

**DE ALMEIRIM À CUF:
OS EMPREENDIMENTOS FABRIS DO VISCONDE DA JUNQUEIRA
(1843-1870)**

João Luís Pacheco Branco Sequeira

Dissertação de Mestrado em Arqueologia

Setembro de 2015

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em (designação da área científica do mestrado), realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Catarina Tente e do Professor Doutor Jorge Custódio.

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente.
O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto,
nas notas e na bibliografia

O candidato,

Lisboa, 28 de Setembro de 2015

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

A orientadora,

Lisboa, 28 de Setembro de 2015

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

O co-orientador,

Lisboa, 28 de Setembro de 2015

À minha Tânia.

AGRADECIMENTOS

Ao longo destes últimos anos, várias foram as pessoas que tiveram uma influência directa ou indirecta na minha vida, e por consequência, na construção deste trabalho:

O meu profundo agradecimento ao João Oliveira pelos debates e pelas ideias brilhantes das quais foi autor, e à sua família que me proporcionou a experiência de ter “estagiado” e de sujar-me agradavelmente no lagar de azeite que possuem em Advagar.

Terei de lembrar sempre a Filipa Fernandes, o Tiago Joel, a Rita Velez Grilo, o Gonçalo Picado, a Alexandra Sousa Santos, o Rodrigo Lopes e o Elton Costa, tantas vezes minhas companhias, meus confidentes, e meus irmãos. Igualmente recordo o apoio que me foi dado pelos ex-colegas de trabalho, Vítor Dias, Joel Simões, Edgar Duque, Paula Rodrigues, Marco Paranhos, Pedro Rosa, Hugo Barros, Tiago Moura, João Rasteiro, Nuno Pereira, Paulo António, Paulo Jorge e Jorge Marques.

Aos meus colegas de faculdade e de curso, vocês sabem quem são e a lista seria extensa. Portanto, a gratidão que sinto em ter partilhado uma série de momentos convosco é igualmente grande.

Ao João Pimenta e ao Henrique Mendes por todo o apoio e incentivo, e por serem exemplos a seguir por todos os que são movidos pela dedicação à Arqueologia.

Na Quinta de Alorna os meus agradecimentos são dirigidos ao Dr. Pedro Lufinha, e demais funcionários da casa, pela ajuda e pela disponibilidade com que me receberam.

Cabe-me agradecer aos funcionários do Arquivo do Ministério das Obras Públicas, aos funcionários do Gabinete de Estudos Olissiponenses, às funcionárias do Arquivo Distrital de Santarém e do Arquivo Municipal Lisboa, da Biblioteca de Santarém, de Almeirim, da FCSH-UNL, e da biblioteca da Direcção-Geral de Florestas. À Dr.^a Maria do Carmo Rogado do Arquivo Histórico do Banco de Portugal pela agradável simpatia e atenção.

À professora Isabel Amaral da UNL-FCT, ao Dr. Gilberto Gomes e à Dra. Isabel Cruz do Arquivo Histórico da CUF do Barreiro, que amavelmente me receberam e apontaram para novos rumos de estudo.

Aos ex-colegas de direcção da APAI, Jorge Russo, Pedro Marques, Sandra Marques,

Mafalda Paiva, Pedro Aboim Borges e Susana Domingues.

Não poderia deixar de agradecer aos meus professores Mário Varela Gomes e Rosa Varela Gomes, referências incontornáveis para o resto da vida, e exemplos a seguir.

À minha orientadora Catarina Tente pelos valiosos conselhos e ao meu co-orientador Jorge Custódio pelo acompanhamento, exigência e amizade. A este último também por acreditar em mim, e por me ter envolvido na linha de investigação “O Vapor em Portugal”.

À minha família, ao meu pai, à minha mãe, aos meus irmãos e aos meus sobrinhos. À Isabel Marques que é como uma irmã para mim.

À minha Tânia, pelo apoio incondicional, pelos “abanões” oportuníssimos, pelos conselhos preciosos, pela amizade que nasceu naturalmente e pela empatia fora do vulgar.

Obrigado a todos e bem-hajam.

DE ALMEIRIM À CUF: OS EMPREENDIMENTOS FABRIS DO VISCONDE DA JUNQUEIRA

(1843-1870)

JOÃO LUÍS PACHECO BRANCO SEQUEIRA

Resumo

A presente dissertação incide no estudo dos empreendimentos fabris de José Dias Leite Sampaio, Visconde da Junqueira (04-01-1804 – 23-12-1870) e de que forma aqueles evoluíram desde 1843 até 1865, momento da formação da Companhia da União fabril.

Terá como ponto de partida a aquisição da Quinta da Alorna (Almeirim) em 1843 e as produções que ali se desenvolveram, nomeadamente vinho e azeite e possivelmente óleo de purgueira. Serão abordados os diversos edifícios e equipamentos, nomeadamente geradores de vapor, utilizados na produção destes bens. Em 1857 o Visconde da Junqueira inaugura a sua primeira fábrica em Alcântara (Lisboa) que produziu velas de estearina, seguindo-se em 1859 a fábrica de sabões e dois anos depois uma unidade fabril que extraía e processava toda a variedade de óleos, exceptuando óleo de purgueira. Este grande complexo industrial é propriedade do Visconde até 1865. Neste ano, em conjunto com outros dois industriais funda a Companhia da União Fabril.

Destaca-se ainda a importância histórica da figura do Visconde da Junqueira, do seu empreendedorismo e importância no contexto industrial português da segunda metade do século XIX, na indústria produtora de velas de estearina, de sabões e óleos, cujo percurso indica o peso deste homem de negócios numa época de desenvolvimento industrial.

A presente tese é assim um exercício multidisciplinar com o recurso a métodos e técnicas de diferentes disciplinas tais como a Arqueologia Industrial, a História e a Arquitectura, recorrendo a informação existente nos mencionados locais, mas em arquivos e bibliotecas.

Palavras-Chave: Arqueologia Industrial, unidade industrial, lagar, Quinta da Alorna, CUF-Companhia União Fabril

Abstract

This dissertation aims to study the industrial enterprises of José Dias Leite Sampaio, the first Visconde da Junqueira (04-01-1804 – 23-12-1870) and how those investments developed from 1843 to 1865, the year when the Companhia da União fabril was formed.

The starting point will be the Quinta da Alorna (in Almeirim) in 1843 and the production developed there, especially wine, olive oil and possibly physic nut oil. The buildings and equipment, namely steam engines, used in these different productions will be approached. In 1857 the Visconde da Junqueira opens his first industrial unit in Alcântara (Lisbon) producing stearin candles and in 1859 the fabric for soap production opens and two years later a fabric the extraction of every known type of oil, except the physic nut oil. This large industrial ground is in the hands of José Dias Leite Sampaio until 1865 when, together with two other industrial entrepreneurs, the Companhia da União Fabril is founded.

It is important to valorise the historical importance of the Visconde da Junqueira figure, a very important industrialist and a business man in the Portuguese industrialization process in the second half of the 19th century, mostly in the candle, wine, oil and soap industry.

This dissertation is thus a multidisciplinary exercise using methods and techniques from different subjects such as Industrial Archaeology, History and Architecture.

Key-words: Industrial Archaeology, industrial unit, oil press, Quinta da Alorna, CUF-Companhia União Fabril

ÍNDICE

1. Introdução	1
2. Metodologia	7
3. Estado da Arte	15
4. O homem: José Dias Leite Sampaio – Visconde da Junqueira	25
4.1. A Condessa da Junqueira	38
5. As produções industriais do Visconde da Junqueira	41
5.1. A produção de vinho	43
5.2. A produção de azeite	46
5.3. Gado e outras produções	49
5.4. As velas de estearina	51
5.5. O sabão e os sabonetes	53
5.6. Óleos industriais	58
5.6.1. O óleo de purgueira: da planta ao combustível	59
5.6.2. Outras plantas produtoras de óleos	65
6. De Almeirim a Lisboa: Duas realidades industriais no panorama nacional e internacional	67
6.1. Almeirim	67
6.2. Lisboa	87
7. Problemáticas e Discussão	101
8. Conclusão	114
Bibliografia	119
Lista de Imagens	131

Anexos

Anexo 1 – Escritura da Quinta Alorna (1843)

Anexo 2 – Concordata dos Credores (1858)

Anexo 3 – Alvará que concede a capacidade para a produção de sabões na fábrica da Quinta da Caldeira (1859)

Anexo 4 - Alvará que concede a capacidade para a produção de diversos óleos na fábrica da Quinta da Caldeira (1861)

Anexo 5 – Resoluções do Conselho Geral das Alfândegas, 1865

Anexo 6 - Actas das sessões da comissão de Inquérito constituída por decisão da comissão do conselho geral das Alfandegas encarregadas de estudar a exposição internacional aberta no porto em 18 de Setembro de 1865 (Lisboa, 25 de Novembro de 1865)

Anexo 7 – Alvará régio dos estatutos da CUF (1865)

Anexo 8 – Apólice de seguro da Quinta da Alorna (1869)

Anexo 9 – Fólios do processo 810 da 3ª Circunscrição industrial (1921)

Anexo 10 – Plantas e alçados

Planta A – Quinta da Alorna

Planta A1 – Quinta da Alorna Núcleo do palácio

Planta A2 – Núcleo da Fábrica

Planta da fábrica da Quinta da Alorna

Alçados da fábrica da Quinta da Alorna

Planta B – Planta da fábrica da Companhia da União Fabril

Alçado da fábrica da Companhia da Companhia da União Fabril (1906)

Anexo 11 – Fichas técnicas dos equipamentos a vapor

Anexo 12 – Cronologia

Anexo 13 – Registo fotográfico

LISTA DE ABREVIATURAS

ACQ – Arquivo CUF-Quimigal

ADS – Arquivo Distrital de Santarém

AHBP – Arquivo Histórico do Banco de Portugal

AHM – Arquivo Histórico Militar

AHMOP - Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

AMCML - Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Lisboa

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo

APAI – Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial

BDGF – Biblioteca da Direcção geral das Florestas

BESAS – Biblioteca da Escola Superior Agrária de Santarém

BGEO – Biblioteca do Gabinete de Estudos Olissiponenses

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

Cf - Conforme

DRELVT – Direcção regional Economia Lisboa e Vale do Tejo

FCSH-UNL – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

FCT-UNL – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa

IPQ – Instituto Português de Qualidade

“...no fundo, estamos apenas a coscuvilhar os restos de pessoas mortas e a tentar adivinhar como viviam as suas vidas.”

Paul Bahn in *Archaeology – a very short introduction* (1996)

1. Introdução

A decisão de formular esta dissertação partiu de uma pergunta simples que depressa se metamorfoseou em desafio: onde e como nasceu a Companhia União Fabril?

Esta pergunta rapidamente evoluiu para muitas mais questões, relacionadas com os homens e capitais envolvidos nesta génese. A designação da empresa foi condensada nas iniciais CUF, sigla que faz parte do quotidiano de Lisboa e da Margem Sul, de tal forma que toca várias áreas e actividades tão distintas como as indústrias químicas, a saúde e o desporto.

Tanto quanto a documentação disponível nos vai permitindo recuar no tempo, sabe-se que o início da então União Fabril remonta a 1865, quando José Dias Leite Sampaio (1804-1870), então Visconde da Junqueira, em conjunto com outros industriais de destaque, unem os seus capitais para a criação desta companhia accionista.

Mas nasce a União Fabril nesse ano, *ex nihilo*? O que há antes? Tal pergunta remete-nos directamente para os empreendimentos industriais do Visconde da Junqueira que, tanto quanto foi possível averiguar, se localizavam em Almeirim e em Lisboa com fábricas e edifícios anexos, que produziam óleos, sabões, e velas de estearina, entre outros produtos tais como o vinho e azeite. Surgem ainda vagas notícias de outras produções, tais como a seda, ainda que seja necessário averiguar se aquela produção, mencionada como existente aquando da aquisição da Quinta da Alorna, foi ou não continuada pelo Visconde.

Muitas das grandes empresas privadas dos nossos dias tiveram o seu início em pequenos negócios. Se tomarmos como exemplo, a nível nacional, a empresa de transportes Luís Simões S.A., veja-se a primeira frase do resumo histórico da empresa: “A história da Luís Simões inicia-se nos anos 30, quando Fernando Luís Simões e Delfina Rosa Soares, ainda adolescentes, transportavam, de carroça, hortaliças e fruta produzidas pelas suas famílias para os mercados abastecedores de Lisboa e da Malveira.”¹

Também o nome de Belmiro Mendes de Azevedo e a dimensão da SONAE são

¹ Cf: <http://www.luis-simoes.pt/page/historia> - consultada a 10/01/2015

exemplos neste campo: “(...) em Janeiro de 1965, e porque era um aluno prestigiado na Faculdade de Engenharia, foi convidado a ingressar como Diretor de Investigação e Desenvolvimento na Sonae – Sociedade Nacional de Estratificados, uma pequena empresa em dificuldades económicas e financeiras, que fabricava laminados decorativos, (...) esteve na base de vários dos seus projetos e que demonstra a sua ousadia e o seu carácter empreendedor.”²

Estes exemplos nasceram de pequenos negócios que cresceram de tal forma que transpuseram os limites do território nacional. Mesmo as grandes marcas e corporações dos dias que correm (Google, Disney, Harley Davidson, Mattel, Hewlett-Packard, ou Microsoft) começaram em pequenos empreendimentos, muitas vezes com recursos escassos. A passagem do tempo faz-nos esquecer, por vezes, que até estes gigantes tiveram uma génese humilde.

Quando se iniciou a investigação para a presente dissertação, era nossa ideia que a Companhia da União Fabril tinha começado de forma semelhante, mesmo que não fosse comparável em dimensão ou facturação a estas últimas firmas referidas. Não deixava, todavia, de ser uma grande empresa que movimentava pessoas e bens, com um impacto muito considerável na vida de milhares de indivíduos, tanto no passado recente como no presente. Como se verá ao longo desta tese, precisamente o contrário foi confirmado. A CUF nasceu na sequência de um desmoronamento pessoal e económico.

Para o caso da CUF, existe um período para o qual a informação ainda não se encontra devidamente compilada, que vai desde a formação da companhia (1865) até à sua fusão com a CAF (Companhia Aliança Fabril) em 1898, ainda que alguns documentos, tais como o Inquérito Industrial de 1881, sejam bem conhecidos, revelando distintas produções e valores. Dentro deste período, os empreendimentos e negócios do Visconde da Junqueira, um dos principais accionistas da União, deixaram marcas importantes na documentação, nos edifícios que foram sua propriedade, e no património que utilizou durante o seu percurso de industrial e homem de negócios.

Uma das suas mais importantes propriedades, que foi sua posse desde 1843, e da sua filha até 1915, está localizada no coração da lezíria ribatejana, a um par de minutos de Almeirim: a Quinta de Alorna. Acreditamos que foi aqui se iniciou o desejo de industrialização e mecanização, da produção de José Dias Leite Sampaio, com a utilização

² Cf: <http://www.fundacaobelmirodeazevedo.pt/biografia.html> - consultada a 10/01/2015

do vapor na produção agrícola desde 1851.

Em Alcântara, ainda subsiste a fachada da velha fábrica no Largo das Fontainhas, outra das propriedades deste empresário. E se para a segunda não há dúvidas quanto à sua utilização, laboração, e produção de sabões, velas e óleos, para a primeira a névoa do tempo e do desconhecimento adensa-se: entre a aquisição da Quinta de Alorna e a fundação da fábrica da Quinta da Caldeira, em Alcântara, passaram 14 anos. Durante mais de uma década José Dias Leite Sampaio estabeleceu-se na propriedade ribatejana, produzindo, sobretudo, vinho e azeite criando as condições estruturais e monetárias para o desenvolvimento de um novo polo industrial em Lisboa.

A propriedade ribatejana ainda apresenta assim, nos dias de hoje, evidências de uma actividade de transformação de matérias-primas agrícolas, evidências essas que nos propomos a interpretar. Possui lagares abandonados, vestígios de transmissões nas paredes, diferentes períodos de construção e reaproveitamentos funcionais de espaços. Também a documentação coetânea aborda a actividade da Quinta, como por exemplo a *Breve Notícia de Almeirim* de Guilherme Tiago do Couto, redigida em 1859.

Neste trabalho apresenta-se o resultado da investigação sobre a recolha dos dados e a interpretação acerca das bases que foram lançadas por parte de José Dias Leite Sampaio para a transformação das matérias-primas em produtos necessários ao verdadeiro sorvedouro (de recursos humanos e materiais) que foi a industrialização lisboeta do século XIX. O cenário de fundo dividir-se-á por Almeirim e Alcântara, entre 1843 e 1870, data da morte do Visconde, ainda que, não raro, possamos mencionar cronologias mais recentes, sobretudo quando acontecimentos, documentos ou eventos nos possam auxiliar em esclarecimentos sobre o período em estudo. Espera-se contribuir para futuras investigações acerca do empresário e dos seus empreendimentos, bem como para a interpretação de um passado recente que perde vertiginosamente o seu significado e corre o risco de ser olvidado.

Portanto, onde começou a CUF e qual a importância do Visconde da Junqueira, das suas fábricas e produções para esse nascimento?

Objectivos

A presente tese tem como propósito o estudo dos empreendimentos do Visconde da Junqueira entre 1843 – que foi a data de aquisição da Quinta da Alorna às herdeiras de

Leonor de Portugal – e a forma como os seus negócios evoluíram até ao fim da sua vida, passando necessariamente pela criação da CUF. Neste percurso deparamo-nos com diferentes processos e produções, tais como o vinho, azeite, sabões, diversos óleos e velas de estearina, entre outros de menor monta, que nos compeliram ao estudo destas produções desde a matéria prima ao produto final, passando por todo o processo de fabrico desde as gentes aos espaços.

Assim, foi necessário o estudo de um conjunto de edifícios na Quinta de Alorna localizada no concelho de Almeirim, (dos quais um deles sobressai na arquitectura local, pelas suas dimensões e configuração) e em Alcântara (edifícios ou complexo fabril onde a organização industrial se aperfeiçoou e desenvolveu). Muito embora o estudo destes edifícios seja apenas o que mais se destaca por ainda existirem evidências físicas, grande parte da informação foi retirada de fontes manuscritas, impressas e outras publicações.

Sobre o edifício de Alcântara, há que deter a atenção sobre a fábrica montada pelo Visconde da Junqueira, em 1857, e a sua evolução até 1865, altura que se constitui a CUF. Sempre que possível, acompanharemos esta unidade até ao tempo em que Alfredo da Silva tomou então conta desta empresa, unindo-a à CAF, da qual era administrador. Recorde-se que, entre 1875 e 1896, a estrutura de accionistas da CUF esteve ligada a Henry Burnay, um dos maiores capitalistas do país do século XIX, bem como a outros industriais que serão mencionados diversas vezes ao longo da tese. A fábrica de Alcântara era uma grande unidade industrial, que porventura teria seguido os modelos das fábricas congéneres contemporâneas, aspecto que tentaremos averiguar através de comparações com modelos coetâneos. Todavia, dadas as incógnitas que existem sobre a fábrica das Fontainhas, antes da administração de Alfredo da Silva, esta dissertação tenta preencher as lacunas de conhecimento existentes, não apenas do ponto de vista histórico e arqueológico, mas sobretudo do conjunto fabril que nasceu e cresceu em Alcântara.

As fábricas/oficinas deste industrial, durante cerca de 40 anos de actividade, merecem mais do que o simples registo: é fundamental o seu estudo para a construção de uma realidade, por enquanto pouco clara, das explorações industriais em contexto rural e urbano, no território do Vale do Tejo da segunda metade do século XIX. Importa ainda averiguar de que forma essas explorações, rurais e urbanas, e as produções a elas associadas, podem ter estado na base do desenvolvimento económico, social e humano que esteve na génese da CUF.

Pretende-se assim ao longo deste trabalho:

1 - Reconhecer o significado do legado de José Dias Leite Sampaio como elemento fundamental para o estudo e conhecimento da sociedade industrial da segunda metade do século XIX em Portugal. Porque se instalou este industrial em Almerim e Lisboa e porque optou pela produção de certos bens em detrimento de outros?

2 - Conhecer melhor a figura e a acção económica e industrial do Visconde da Junqueira: mais do que um simbólico reconhecimento das acções desta personalidade, é um acto de justiça, já que a história tende por vezes a sobrevalorizar individualidades políticas que se destacaram mais por escândalos e menos por actos nobres, esquecendo os visionários que contribuíram para o avanço da sociedade.

3 - Estudar os empreendimentos da Quinta da Alorna e das Fontainhas através das sobrevivências físicas, tais como edifícios ou máquinas, mas também através das evidências documentais que fornecem informações sobre o tipo de matérias-primas, a sua transformação e a importância dos produtos ali fabricados, recorrendo a metodologias e interpretações no âmbito da Arqueologia Industrial. Foi o Visconde pioneiro na produção destes bens ou na industrialização da sua cadeia industrial, e no modo como aqueles métodos de fabrico contribuíram para a industrialização portuguesa? Qual o equipamento motor e operador que foi utilizado na sua produção?

4 - Integrar os resultados obtidos no contexto dos estudos da época industrial da segunda metade do século XIX, através dos paralelos hipotéticos, a nível internacional. De onde foram estes métodos de fabrico importados e qual o impacto que tiveram na produção nacional?

5 - Contribuir para possíveis reconversões do conjunto de edifícios situados na parte oriental da propriedade da Quinta de Alorna, independentemente da utilização que a instituição detentora lhe reserva, estimulando-se a sua reincorporação na funcionalidade activa ou passiva da vida na herdade, ao exemplo do que acontece com o Palácio, ainda hoje utilizado para eventos sociais ou festas.

6 – Discutir de que forma este estudo é importante para o desenvolvimento dos conhecimentos em Arqueologia Industrial. Segundo Manuel Cerdà³, na sua sobejamente conhecida obra *Arqueologia Industrial*, “a comumente aceite definição de que a

³ Op. Cit. 2008, p. 23.

arqueologia industrial é a disciplina que se encarrega de estudar os restos materiais da sociedade industrial deveria ampliar-se de maneira a materializar como é que isto se deve fazer, especificando-se que para tal se serve de determinadas técnicas do método arqueológico, em especial a estratigrafia murária, que aplica a análise e a interpretação dos restos materiais da industrialização – sem descurar (...) outros registos, independentemente do seu valor ou estado de conservação, ou se estão no subsolo ou na superfície – com o fim de produzir conhecimentos históricos que permitam uma maior e melhor compreensão do nosso passado.” Neste sentido, a presente tese, como se pode verificar não apenas no capítulo da Metodologia, mas ao longo de todo este percurso de investigação, fez recurso a essas técnicas, tanto através dos levantamentos de evidências edificadas como através de outros registos tais como fontes manuscritas, impressas, orais ou mesmo fontes iconográficas, efectuando o cruzamento de dados com outras áreas, nomeadamente com a História ou com a Arquitectura, potenciando a multidisciplinarietà.

2. Metodologia

O propósito da presente tese passa pelo estudo dos empreendimentos do Visconde da Junqueira e de que forma o desenvolvimento económico daqueles, com os seus sucessos e insucessos, esteve na base do nascimento da Companhia da União Fabril, através das metodologias inerentes à Arqueologia Industrial. Neste sentido realizaram-se diversas pesquisas e análises com recurso a diversos métodos e técnicas, de acordo com os objectivos a cumprir.

Mais importante do que fazer um rol dos bens e produtos que possam ter sido produzidos nos espaços laborais da posse de José Dias Leite Sampaio, foi fundamental perceber a necessidade e função que tais edifícios cumpriram no período de vida empresarial daquela personalidade: será um passo para a compreensão das decisões e opções que o mesmo terá tomado no que concerne aos seus negócios.

Para tentar chegar às respostas que se procuram para a temática apresentada, apoia-se a elaboração desta tese em duas metodologias fundamentais:

(I) As evidências documentais impressas e manuscritas (que ocuparão o devido lugar na bibliografia final) são de especial importância na temática abordada daí que devam ser devidamente arroladas, indicando os locais onde foram consultadas.

- No Arquivo Nacional da Torre do Tombo consultámos os documentos referentes a actos notariais que envolvem o nome de José Dias Leite Sampaio, entre 1841 e 1870, através do 12º Cartório Notarial de Lisboa, do tabelião António Simão de Noronha, e para os anos entre 1857 e 1870 no 15º Cartório Notarial de Lisboa, do tabelião Francisco Vieira da Silva Barradas. Foi igualmente consultado o Registo Geral de Mercês de D. Maria II no qual identificámos a atribuição dos títulos de Comendador, Barão e Visconde a este homem.

- O Arquivo Municipal da Câmara de Lisboa guarda diversos processos sobre a Companhia da União Fabril

- O Arquivo CUF-Quimigal, fundo existente no Parque Industrial do Barreiro, conserva alguns documentos da CUF das Fontainhas.

- O Arquivo Distrital de Santarém foi consultado para a verificação de dados, expressos na documentação do Notário de Almeirim, entre 1840 e 1915.

-Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas para a documentação da constituição da Companhia União Fabril, no registo das companhias e alvarás de licenças.

-Biblioteca Nacional de Portugal para a consulta dos Inquéritos Industriais de 1881 e 1890, o Relatório de Manufacturas de 1857, o Jornal do Comércio de 1870, a Estatística Industrial de 1852- e obras diversas de levantamentos geográficos e toponímia.

- Biblioteca da Escola Superior Agrária de Santarém onde consultámos o periódico *Archivo Rural* e para bibliografia acerca do fabrico de sabões.

- Biblioteca do Gabinete de Estudos Olissiponenses.

- Arquivo Histórico do Banco de Portugal, para processos bancários resultado da vida empresarial e privada da família Sampaio.

Existe também documentação disponível na *Internet* que se revelou bastante útil, tendo como exemplo as digitalizações no espaço virtual da Hemeroteca Digital⁴, tais como a *Revista Universal Lisbonense: jornal dos interesses physicos, moraes e litterarios por uma sociedade estudiosa* ou o *Archivo Pittoresco* onde se encontraram referências às produções dos empreendimentos do Visconde, ou produções similares, devidamente mencionados ao longo desta tese.

A maior parte da documentação não impressa nem publicada utilizada na elaboração deste trabalho encontra-se reproduzida ou transcrita nos anexos finais. Relativamente às publicações utilizadas optou-se por referenciá-las em nota de rodapé através do último nome do(s) autor(es), data e página, remetendo a sua citação para a bibliografia final ou através do nome do documento.

As fontes cartográficas, embora escassas para a época, foram consultadas no Gabinete de Estudos Olissiponenses e na Biblioteca Nacional, considerando os levantamentos de Duarte José Fava e de Filipe Folque entre outros para a capital portuguesa, e os registos de Manuel Júlio Guerra para a zona adjacente ao Tejo em Almeirim. A consulta de sítios na internet, tais como o do Instituto Geográfico Português⁵, foi referenciada em nota de rodapé sempre que necessário.

⁴ Cf: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/index.htm> consulta efectuada em Novembro e em Dezembro de 2014.

⁵ Cf: <http://dgterritorio.pt/> consultado a 20-3-2015

Os levantamentos fotográficos neste trabalho foram efectuados pelo autor, salvo aqueles que são devidamente mencionadas e apresentados em anexo final.

(II) As evidências físicas, ou seja, os edifícios fabris que se sabem ter sido pertencentes a José Dias Leite Sampaio, ou o que resta dos mesmos. O levantamento daqueles foi efectuado pessoalmente, com recurso a aparelho de medidas de laser da marca Bosch (*Laser Distance Measurer* DLR130K) e outro da marca Dexter (LDM50). Os dados recolhidos foram tratados no programa informático *SmartDraw* e as plantas devidamente apresentadas. As medidas de área foram obtidas através do *site* www.daftlogic.com, recorrendo a cálculo apoiado na plataforma Google Maps. Nas descrições daqueles complexos fabris recorreremos a termos arquitectónicos descritos no *Vocabulário técnico e crítico de Arquitectura*.

Para a elaboração daquelas plantas recorreremos, sempre que possível, à medição directa dos edifícios, o que se verificou para a Quinta da Alorna (Anexo 10 – Planta A; A1; A2). Não se conhece a existência de plantas, o que levou a todo um levantamento *ex novo* destes edifícios situados na referida propriedade. Relativamente à planta da fábrica da Quinta da Caldeira (Anexo 10 – Planta B) atendendo à parca sobrevivência de estruturas físicas aquela foi construída com base em planta de 1909 existente no arquivo da CUF-Quimigal. A exactidão desta representação, a nível de medidas foi confirmada através da corroboração da dimensão da fachada e das janelas ainda hoje existentes, comparando aquelas medidas com as da planta.

No caso de Almeirim, importa compreender o conjunto de edifícios na Quinta da Alorna, representando-os esquematicamente com o registo de medidas e localizações dos vestígios dos equipamentos e das infraestruturas industriais implantadas em planta geral na quinta. Ainda que todos os edifícios tenham sido levantados externamente e apresentados esquematicamente no que designámos por Planta A, dedicámos mais atenção ao grande edifício onde acreditamos que se tenha desenvolvido grande parte da actividade industrial desta quinta. Neste sentido fez-se um levantamento completo não apenas do seu interior, apresentando as divisões internas e a localização dos pilares de ferro que suportam o piso superior, mas também um levantamento completo da fachada. Esta planta foi fundamental na interpretação do espaço e na compreensão da dinâmica das cadeias operatórias ali desenvolvidas.

Para o caso da fábrica da União em Alcântara, o levantamento e interpretação já não possui, infelizmente, as evidências físicas desejáveis já que do empreendimento original apenas sobra uma das fachadas, já muito alterada, e reutilizada para outros fins. No entanto, existem plantas que podem ajudar a estabelecer comparações com os estereótipos coetâneos, como o exemplo os edifícios representados na obra de Louis Figuier, *Les Merveilles de l'Industrie* (cerca de 1875), no sub-capítulo dedicado às saboarias e à história do fabrico do sabão. A comparação com fábricas nacionais e internacionais foi efectivamente algo que tentamos para ambos empreendimentos.

Na tentativa de cumprir os objectivos anteriormente enumerados a presente dissertação foi organizada em diversas partes. A análise bibliográfica e documental foi transversal a muitas delas, e diversas bibliotecas e diversos arquivos foram visitados, os quais serão devidamente referidos.

Um dos primeiros capítulos desta tese, após a Introdução e a Metodologia, foi dedicado ao Estado da Arte onde se dá a conhecer a evolução dos conhecimentos até à produção desta investigação, assim como os estudos que abordam a temática proposta, a maior parte dos quais existentes em bibliotecas nacionais. Neste sentido abordou-se e revelou-se a bibliografia existente sobre a figura do Visconde da Junqueira, da sua vida e morte e das suas relações familiares, pessoais, mas sobretudo profissionais. Ainda que poucas sejam as informações existentes sobre esta figura, foram consultados todos os estudos passíveis de auxiliar na compreensão das suas actividades. Importou também saber que conhecimento já tinha sido produzido sobre os espaços físicos onde José Dias Leite Sampaio se movimentou pelo que se consultou, dentro das existências, toda a literatura possível tanto para a Quinta da Alorna como para a Fábrica de Alcântara, ainda que essa procura tenha sido pouco profícua. Por outro lado, esta tese aborda diversas produções com recursos a métodos mais ou menos industriais, a saber, óleos, sabões, velas, azeite e vinho, produzidos tanto em Almeirim como em Lisboa. À excepção do azeite, poucos são os estudos que abordam esta temática para a industrialização portuguesa, pelo que a solução foi o recurso a bibliografia contemporânea, alguma da qual, produzida noutros países. Atendendo à natureza desta tese foi ainda necessário compreender que outros estudos haviam já sido feitos sobre outros complexos fabris durante o período da industrialização em Portugal.

Finda a consulta da bibliografia, foi possível compreender na íntegra, as grandes lacunas existentes não apenas em torno da figura do Visconde da Junqueira, mas sobretudo em torno de diversas produções industriais da segunda metade do século XIX, no nosso país. Igualmente foi notado que apesar do crescente interesse no estudo de edifícios fabris do século XIX e XX, tanto do ponto de vista da Arqueologia Industrial como do Património Industrial, muito terreno existe ainda por desbravar.

Atendendo ao desconhecimento generalizado sobre este homem, foi fundamental a procura de dados que permitissem a reconstituição da vida de José Dias de Leite Sampaio, o 1º Visconde da Junqueira, informação contida no capítulo 4 desta tese. Neste sentido, propiciou-se a procura de informações em documentação original e manuscrita, nomeadamente nos cartórios notariais junto das suas propriedades e onde seria provável que o Visconde recorresse, quando a necessidade de um tabelião surgisse. Os registos notariais de Almeirim e da freguesia da Ajuda, onde se encontram algumas das mais importantes propriedades deste homem, e onde ele, Visconde, passou mais tempo, encontram-se, respectivamente no Arquivo Distrital de Santarém e nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo. Aqui foram encontrados importantes documentos que mostram onde se encontrava o referido Visconde em determinados momentos da sua vida, pedidos de empréstimos, falências, procurações, bem como as propriedades que adquiria, tais como a Quinta das Águias, em Lisboa (1841) e a Quinta da Alorna em Almeirim (1843). Facilitando a compreensão dos acontecimentos ao longo da sua vida, foi elaborada uma cronologia, que se apresenta em anexo (Anexo 12), de todos os acontecimentos marcantes, a nível pessoal ou profissional.

Ainda que tivesse tido dois descendentes, apenas a filha sobreviveu para se tornar sua herdeira. A continuação dos negócios do pai e manutenção das propriedades e equipamentos da família, por Emília Angélica Monteiro de Sampaio, Condessa da Junqueira (1843-1915), levou ao desenvolvimento de um pequeno prolongamento no capítulo 4, contendo o pouco que se sabe sobre a sua vida. A importância da sua presença nesta tese passa, sobretudo, pelo facto de a Condessa ter ficado a responsável pelos negócios do pai em Almeirim, aquando da fixação residencial deste em Lisboa, tendo em vista desenvolvimento da fábrica das Fontainhas.

Para conhecimento das produções industriais desenvolvidas nos empreendimentos do Visconde foram novamente consultados diversas publicações e fontes que nos

pudessem indicar que produtos eram ali fabricados (Capítulo 5). Após a certeza que estamos a lidar sobretudo com azeite, vinho, velas de estearina sabão e óleos diversos, a par de outras ocasionalmente mencionadas, tais como a produção de gado e de seda, foi efectuado capítulo onde se explica o processo de fabrico daqueles bens e outras características pertinentes. Foi fundamental compreender quais as matérias-primas utilizadas na *chaine operatoire* dos empreendimentos em Almeirim e nas Fontainhas, a sua proveniência ou modo de obtenção e a viabilidade das mesmas face ao cenário económico-social da segunda metade do século XIX e se os produtos destas indústrias transformadoras teriam uma relação directa com a explosiva industrialização da capital portuguesa na baliza cronológica atrás indicada.

Umas das partes mais substanciais desta tese será dedicada à caracterização, dentro do possível, dos empreendimentos do Visconde da Junqueira, visto que são estas que estão na base da fundação da Companhia da União Fabril em 1865, capítulo (6) intitulado De Almeirim a Lisboa: A caracterização de duas realidades no panorama nacional e internacional que se irá subdividir em duas partes. A Quinta da Alorna, em Almeirim, é adquirida em 1843 às Condessas de Oyenhausen e Almeida através de escritura que se encontra no Arquivo Nacional Torre do Tombo, com cópia no Arquivo Distrital de Santarém. À data da sua aquisição as produções que ali se desenvolvem são, segundo a documentação, azeite, vinho e, possivelmente, seda. O Visconde parece ter impulsionado estas produções, pois anos mais tarde, a par do vinho e do azeite, surge a referência à aguardente e ao azeite de purgueira, o que muito surpreendeu devido às razões que serão elencadas neste capítulo e que serão interpretadas em secção dedicada às Problemáticas e Discussão. Seja como for, diversos foram os edifícios que ali se construíram depois de 1843, durante a sua ou a vigência da sua filha, pelo que a produção da quinta parece ter sido, até certa altura, muito rentável.

Infelizmente a administração actual da Quinta da Alorna, através do seu secretariado, informou, em Fevereiro de 2015, a não existência de qualquer documentação para o período Junqueira nos arquivos daquela instituição. Neste sentido, foram consultadas todas as fontes que pudessem indicar o que era ali produzido e com que meios. Informações foram retiradas de monografias contemporâneas do Visconde e de sua filha, tal como a *Breve Notícia de Almeirim*, da autoria de Guilherme Tiago do Couto (1859), mas igualmente de fontes impressas como diversos *Inquéritos Industriais* (1865 e 1881, entre

outros), dos processos de fiscalização do Ministério do Comércio e Indústria, depositados na antiga Direcção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo (DRELVT), mas também de diversas fontes manuscritas que se encontram nos Arquivos da Torre do Tombo e Distrital de Santarém. Interessa, sobretudo, saber que tipo de produções ocorreram na quinta e qual o seu desenvolvimento e importância económica e de que forma pode ter levado a que o Visconde fundasse, em 1857 a fábrica de Lisboa e, consequentemente, a Companhia da União Fabril.

Atendendo às diversas evidências físicas que ainda hoje existem na Quinta da Alorna foi efectuado o levantamento arquitectónico dos edifícios ainda existentes e que foram erguidos durante a administração da Junqueira, discutindo-se se tais construções ocorreram durante a vida do Visconde ou da sua herdeira. Através destes levantamentos, e com auxílio da bibliografia, reconstruímos os processos de fabrico que ali se desenvolveram, para os bens de consumo que se sabem ter sido produzidos no período em estudo. Importa ainda saber de que forma e com que fim eram utilizadas as máquinas a vapor, caldeiras e máquinas de moagem que se sabe ter existido através da documentação ou que ainda subsistem e se encontram depositadas no local, tais como uma locomóvel da marca *Ransomes, Sims & Head* ou uma *Corn mill machinery* que tudo indica terem sido utilizadas em conjunto.

Relativamente à fábrica das Fontainhas o acesso à documentação foi de alguma forma mais facilitada devido aos diversos arquivos lisiponenses. Foi consultado o Arquivo da Companhia da União Fabril, até à morte do Visconde da Junqueira, em 1870, depositado no Arquivo Histórico da CUF-Quimigal, no Parque Industrial do Barreiro. Diversas plantas da fábrica foram identificadas no Arquivo Municipal da Câmara de Lisboa através dos processos de Alcântara. O arquivo do Ministério das Obras Públicas foi igualmente verificado, onde se encontrou o Alvará da Fundação da CUF, bem como documentação existente na APAI - Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, ainda que para períodos mais recentes.

Se a documentação sobre a Quinta da Alorna é quase inexistente mantendo-se os seus edifícios, o contrário ocorre para a CUF, onde diversa informação escrita choca com a quase não sobrevivência física dos edifícios da fábrica das Fontainhas, da qual apenas subsiste a fachada e uma chaminé. Neste sentido, a reconstituição da produção teve de ser feita com base nas plantas sobreviventes e nas informações dos Inquéritos Industriais.

Tentou-se, assim, compreender quais os métodos e técnicas utilizados na produção e onde seriam utilizados os componentes identificados na documentação, tal como a caldeira a vapor da marca *Dauphin et Castay* mencionada num documento de inspecção datado de 1898 e que pode ter ainda sido adquirida, assente e utilizada durante a vida do Visconde. Neste sentido foram consultados diversos tratados e estudos dos finais do século XIX sobre as produções de óleos, velas e sabões que nos auxiliaram em recuperar a forma como a produção era executada. Na procura destes objectivos tivemos de compreender os processos de fabrico, a maquinaria e a força humana envolvida.

A extensão deste capítulo é justificada pela importância que tem e na necessidade de apresentar os dados recolhidos, pois a demonstração daquela realidade é fundamental para estruturar e criar bases sólidas para este estudo.

Interessa ainda compreender quais as semelhanças ou diferenças fundamentais entre estes empreendimentos e os paralelos possíveis para a época, levando em conta a arquitectura industrial e as adaptações necessárias para cadeias operatórias em constante modificação ou manutenção. Importa conhecer estas realidades e enquadrá-las na época e no espaço, relacionando-as, para o caso de Almeirim, com a área rural circundante, ou para o caso de Alcântara, com a malha de empreendimentos fabris que cresceram e dominaram a zona naquele período.

Após a apresentação dos dados recolhidos durante a investigação optámos por desenvolver um capítulo dedicado às Problemáticas e Discussão (capítulo 7), onde debatemos, sustentamos ou refutamos as informações obtidas e onde se tenta interpretar os dados adquiridos, referindo quais as novidades científicas para o estudo do desenvolvimento da CUF e da própria industrialização em Almeirim e em Lisboa, através dos empreendimentos do Visconde da Junqueira.

Finalmente, a Conclusão, para além de um resumo desta dissertação, dará resposta às perguntas efectuadas na Introdução desta tese, tentando esclarecer ainda qual o contributo desta dissertação para os estudos da Arqueologia Industrial em Portugal.

3. Estado da arte

Atendendo ao objectivo da presente tese, foi necessária uma aproximação bibliográfica não apenas ao Visconde da Junqueira, mas igualmente aos espaços onde a sua actividade industrial se desenvolveu. Foi ainda peremptório compreender que tipo de produções eram efectuadas, as suas matérias-primas e processos de fabrico, desde o azeite às velas de estearina, assunto que nos levou a consultar diversas publicações dos séculos XIX e XX, tanto nacionais como estrangeiras.

Todas estas consultas permitiram compreender em que ponto se encontravam as investigações relativamente ao azeite, vinho, diferentes óleos, inclusive o de purgueira, velas de estearina, sabões e sabonetes em Portugal, na segunda metade do século XIX. Esta análise foi fundamental não apenas para a compreensão do que já se encontrava investigado, mas sobretudo para entender qual o contributo que a presente tese pode oferecer no estudo da produção destes bens de consumo, como ainda sobre uma das figuras mais importantes do Portugal oitocentista, que esteve na génese de uma das empresas mais importantes de Portugal do século XX – a Companhia União Fabril.

A primeira investigação em torno deste trabalho passou pela pesquisa da figura de José Dias Leite Sampaio. Parcas são as notícias publicadas e não existe nenhuma resenha biográfica que explique o seu efectivo papel na história industrial do nosso país, pelo que tivemos de recorrer às mais diversas fontes. Contudo não podemos omitir a importância dos estudos do poeta almeirinense Eurico Henriques (1917-2002)⁶ na forma de um documento dactilografado e policopiado⁷, intitulado *A Quinta da Alorna*, cuja data, infelizmente, se desconhece. Deste documento retirámos várias referências e factos que, pese a interpretação do autor dos mesmos, nos apontaram caminhos a seguir na investigação do espaço e das gentes que ali viveram. Aquele autor refere ainda factos importantes acerca da Condessa da Junqueira e do seu cunho na Quinta de Alorna.

A *Breve notícia de Almeirim*, de 1859, publicação da Associação de Defesa do Património Histórico-Cultural de Almeirim, patrocinada pela Câmara Municipal daquela localidade, prefaciada e organizada por Jorge Custódio, refere (tanto no texto como em

⁶ Informação disponibilizada por Odete Dias, funcionária da Biblioteca Municipal de Almeirim

⁷ Disponibilizado por Jorge Custódio.

nota auxiliar de rodapé) dados importantes sobre as produções do Visconde da Junqueira naquele empreendimento rural.

Finalmente, as últimas escassas notícias acerca da vida do Visconde surgem no *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910)*, da coordenação de Maria de Fátima Bonifácio (2005) que, para além de apresentar uma entrada com uma pequena biografia de José Dias Leite Sampaio, possui notas biográficas para outras figuras importantes da finança e da política do século XIX em Portugal, tais como Eugénio Ferreira Pinto Bastos, Eduardo e Henrique Burnay ou Manuel José Júlio Guerra, entre outros.

Relativamente à Quinta da Alorna propriamente dita, a sua história desde a fundação até hoje, poucas são as informações que se conhecem. Até ao momento não existem monografias ou bibliografia dedicadas exclusivamente àquele espaço. Diversas publicações sobre a vila de Almeirim fazem-lhe referência, tal como a obra *Almeirim: um pouco de História*, 1985, a par de diversos romances que incidem em cronologias anteriores ao século XIX e sobre a figura romântica da Marquesa de Alorna, como as obras de Maria João Lopo de Carvalho (201), de Hernâni Cidade (1930), de Vanda Anastácio (2009) ou de António Luís Vaz (1974). Apesar destes trabalhos, no que concerne à cronologia que nos interessa neste trabalho, desde a aquisição da Quinta da Alorna pelo Visconde da Junqueira em 1843 até aos alvares do século XX, não existe nenhum trabalho publicado.

O Visconde da Junqueira foi detentor de dois grandes empreendimentos durante a sua vida, a já supramencionada Quinta da Alorna e uma fábrica na Quinta da Caldeira em Alcântara, fundada em 1857 e onde, a partir de 1865 funcionou a CUF. Nada existe publicado sobre a fábrica do Visconde entre 1857 e 1865 e poucos são os trabalhos que se conhecem sobre a Companhia da União Fabril nos primeiros anos da sua laboração. Isabel Maria Amaral, no seu trabalho de síntese para as provas de aptidão pedagógica e científica da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (1993), menciona a formação da CUF e o seu percurso desde então. Vários *blogs* na *internet* abordam livremente (e ainda bem) o tema, tais como o *blog* “Restos de Coleção⁸” que, no entanto, apenas mencionam os alvares da companhia. Dedicam estes *sites* mais atenção ao período da administração de Alfredo da Silva (1871-1942), grande figura da industrialização lisboeta e que, pelo menos desde 1898, se encontra ligado à administração da CUF aquando da

⁸ Veja-se em <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2012/06/cuf-companhia-uniao-fabril.html> - consultado a 26-08-2015.

fusão com a Companhia da Aliança Fabril (CAF), de que era administrador. Os primeiros anos da CUF são brevemente mencionados na obra *Alfredo da Silva-biografia*, de Miguel Figueira de Faria, publicada em 2004, sem nunca se aprofundar o tema.

Relativamente às produções desenvolvidas nos empreendimentos do Visconde a procura bibliográfica foi o que se pode considerar desigual com muitas publicações, por exemplo, para o azeite e poucas informações sobre a produção de velas.

Considerando assim a produção de azeite, desde a produção e apanha da azeitona, passando pelo lagar, até ao produto final existem centenas de trabalhos publicados em Portugal desde os finais do século XIX até hoje. Para o presente trabalho, sabendo que são muitos e diversificados os estudos sobre o azeite, focámo-nos sobretudo na mecanização da produção deste produto, a partir de meados do século XIX.

Sobre este tema em Portugal, são de referenciar os trabalhos de Giovanni Antonio Dalla Bella (1730-c.1823) que apesar de ser natural de Pádua, foi lente no Colégio Real dos Nobres, e na Universidade de Coimbra⁹, e produziu bibliografia interessante sobre a olivicultura e produção de azeite, estudos esses que ainda hoje são uma referência a ter sempre em conta. Ainda que anteriores à cronologia deste trabalho, como são constantemente referidas nos estudos do século XIX, destacam-se as seguintes obras: *A Memória e Observações sobre o modo de aperfeiçoar a manufactura do azeite de oliveira em Portugal* (1784), ou *A Memória Sobre A Cultura da Oliveira em Portugal* (1818), entre outros tratados de agricultura.

Certamente incontornável, é o livro *Noções de oleicultura prática: azeite, seu fabrico, depuração, conservação e analyse* de A. Cardoso de Menezes (1897) onde menciona as técnicas de fabrico deste produto em finais do século XIX. Carlos Henrique Gomes Ferreira publica, em 1900, o livro *Custos de produção do azeite*, onde descreve os diversos tipos de moendas e revela dados importantíssimos na identificação dos processos de moagem, com descrições pormenorizadas dos sistemas.

Foi igualmente consultada a obra *O Azeite*, da autoria de José de Sousa Tavares (1901), sem dúvida um óptimo relatório dos tipos de maquinaria e as suas aplicações, de tratamentos, de tulhas, modos de conservação, formas de prensagem, marcas de descaroçadores, filtros, depuradores, entre outras coisas. Menciona ainda alguns

⁹ Cf: <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p34.html> - consultado a 02-09-2015

fabricantes e produtores para sustentar os exemplos, completando com ilustrações muito interessantes.

De grande importância é também o trabalho de João da Motta Prego, intitulado *Fabricação do Azeite, conferencia proferida em Portalegre no dia 31 de Março de 1903 a convite da Comissão executiva do conselho districtal de agricultura* por dar excelentes indicações e relatos do fabrico do azeite na transição entre os séculos XIX e XX.

Um dos nomes mais frequentes neste trabalho, no azeite e na purgueira, a qual mencionaremos em seguida, é Augusto Santiago Barjona de Freitas que publicou, juntamente com outros autores, em 1905, a obra *Dois lagares de azeite: officinas, material, technica e notas económicas*. Esta obra, devido às descrições exaustivas do lagar de Azeite do Conde do Sobral, em Almeirim e de outro lagar em Montalegre, foi fundamental na interpretação do lagar da Condessa da Junqueira, na Quinta da Alorna, a este coetâneo. Também em 1905 Francisco Raposo de Souza d'Alte Espargosa publica o livro *Lagares de azeite: breves considerações sobre parte do seu material* onde menciona directamente o lagar da Quinta da Alorna. Destacam-se ainda nos inícios do século XX os estudos de Filipe Gonçalves Tormenta, sendo exemplo disso o livro *Fabrico do Azeite* de 1908, assim como os de Pierre Gautherot, *Fabrico do azeite* de 1920, onde se mencionam diversos lagares e diferentes tipos de moendas. A pequena publicação intitulada *O azeite: como se fabrica e como se conserva*, publicado pela Oficina do *Commercio do Porto* (1912), possui imagens e descrições assim como ilustrações interessantes de alguns lagares de azeite. Em 1915, a Direcção-Geral de Estatística publicou um levantamento intitulado *Produção do azeite em 1915: existências e disponibilidades para o consumo* onde se menciona que o distrito de Santarém possui, à data, 14377 declarantes na produção de azeite, 210 daqueles em Almeirim. É possível acreditar que muitos deles tenham sido criados no século anterior e sobrevivido até então.

Com a obra *O problema do azeite em Portugal*, Luiz Cincinnato da Costa, em 1937, aborda uma série de problemas que o cultivo da oliveira tinha em Portugal, e estabelece comparações com Espanha, Itália, Grécia, ou Turquia. Em 1938, José Penha Garcia deu um feliz contributo para o estado da arte deste tema com a publicação *O problema do azeite*, especialmente nas páginas 178 a 182. Aqui, refere entre outros, os estudos de Francisco Mendes Trigoso, Vandelli, Soares Barbosa, José António de Sá (Amiais de Baixo), Ferreira Lapa ou do Barão de Forrester (Alto Douro) sobre a produção de azeite.

O azeite em Portugal de J. Vieira Natividade, edição do Grémio dos Exportadores de Azeite do Porto (1939), apresenta um leque de iconografia muito rico para o estudo das marcas do azeite, além de uma consistente abordagem do ponto de vista historiográfico e técnico da arte.

F. P. de Almeida Langhans também possui um interessante trabalho intitulado *Apontamentos para a história do azeite em Portugal*, de 1949, aprofundando abordagens de ordem social, legislativa, estatística, regulamentar e iconográfica em diferentes zonas do país. Tem uma representação de um lagar genovês, manual ou a força animal, retirado de Dalla Bella. Confinar-se ao século XVIII, mas não deixa de ser uma referência importante.

Destaque também para os estudos de Francisco de Paula Peixoto da Silva e Bourbon, autor de um livro de 1969 com o título *A evolução do equipamento dos lagares de azeite*, onde faz referência a um inquérito de 1939 da Junta Nacional do Azeite, que identificou 7 544 lagares no país, sendo 5936 do tipo *antigo* (accionados a sangue), 1575 *Veraci*, 16 *Huarte Lety* e 17 *Acapulco*. Incontornável é igualmente o trabalho de Marie-Claire Amouretti, Georges Comet, Claude Ney e Jean-Louis Paillet, “À propos du pressoir à huile : de l'archéologie industrielle à l'histoire”, publicado na Revista *Mélanges de l'Ecole française de Rome. Antiquité* em 1984, que menciona dois lagares portugueses na zona de Castelo Branco (Idanha e Enxabarda) ainda em funcionamento à data recorrendo a vetustas técnicas de produção e introduz a temática da arqueologia industrial no estudo dos lagares.

A obra de Benjamim Pereira, *Tecnologia Tradicional do Azeite em Portugal* (1997), relata e documenta o processo de fabrico do azeite numa aproximação etnográfica e quase história ao apresentar evidências de lagares menos modernizados.

Mais recentemente o número de publicações parece não ter aumentado. A obra *O lagar e o "Azeite Herculano": com uma introdução à tecnologia do azeite em Portugal no tempo de Alexandre Herculano (1810-1877)* de Jorge Custódio, edição patrocinada pela Câmara Municipal de Santarém (1998) é uma obra indispensável nesta resenha, com especial relevância para o capítulo “O azeite em Portugal no séc. XIX”, onde menciona ideias importantes para a discussão desta tese.

Em 2001, Pedro Nunes da Silva elaborou um interessante estudo etnográfico intitulado *Contributos para a preservação de um lagar em Veiros – Estremoz*, onde focando e descrevendo apenas um exemplo de lagar, ainda em funcionamento e conservando

métodos e técnicas centenárias da produção de azeite, relata todo o processo produtivo deste estabelecimento.

O livro *O azeite em Portugal* de José Manuel Baptista Gouveia, José Luís Possolo de Saldanha, Alva Seixas Martins, Maria de Lourdes Modesto e Vítor Sobral (2002), é uma importante obra de referência para este assunto, sobretudo na contextualização histórica da produção de azeite, recuando à presença romana no nosso território.

O grande livro da oliveira e do azeite, coordenado por Jorge Böhm de 2013, é indispensável para o estudo deste produto com diversos capítulos dedicados à evolução da produção do azeite ao longo da história da humanidade, focando-se no nosso território em particular.

Numa vertente museológica, mas naturalmente de mencionar também, a tese de Raquel Sofia Santos Ribeiro intitulada *Museologia e expografia: proposta expositiva para o lagar de azeite em Tinalhas*, de 2006, descreve como funcionava um lagar e qual as suas técnicas de produção na zona de Castelo Branco.

Outras obras de carácter geral existem certamente, no entanto, as que foram aqui mencionadas são aquelas que nos pareceram fundamentais no estudo do azeite no século XIX e inícios do século XX.

Relativamente ao vinho, é outra das grandes produções do Visconde da Junqueira na Quinta da Alorna, bem como um dos seus grandes negócios.

Existe efectivamente muita bibliografia sobre o universo do vinho, no entanto aquela raramente se foca no século XIX e quando o faz não menciona aquilo que nos interessa no nosso estudo mas, sobretudo, a importância económica do vinho e a sua exportação internacional. Por outro lado, quando são mencionadas as produções tradicionais são-no sempre para as produções do Douro e Alentejo e jamais para o Ribatejo.

Sintomática para a compreensão desta ausência é sobretudo a falta de qualquer estudo acerca da produção oitocentista nas actas do congresso *O Vinho na história portuguesa, séculos XIII-XIX: ciclo de conferências*, e de notar a ausência de qualquer referência ao vinho ribatejano. Relativamente à organização dos lagares de vinho, não reconhecemos quaisquer descrições para o Ribatejo, no século XIX.

Não existem quaisquer publicações em Portugal para a organização de fábricas de óleos, ou sequer qualquer levantamento arqueológico-industrial, o que revela que ainda existe todo um mundo a descobrir. Da enorme variedade de óleos que o Visconde poderia

produzir nas suas fábricas (amendoim, patauá, cola, andirobeira e purgueira, entre outros, nomeadamente o óleo de copra), poucas são as referências a estes produtos, à excepção do óleo de purgueira, devido à importância económica que o referido óleo teve a partir de meados do século XIX.

No entanto, existem alguns estudos, sobretudo para os finais do século XIX e inícios do século XX que incidem sobre as produções de óleos e os seus métodos de extracção sem, no entanto, descrever os edifícios e equipamentos. Em 1878, João Inácio Ferreira da Lapa publica o livro *Os bagaços de purgueira e mendobim para adubo das terras e engorda dos gados*. Na capa deste livro, onde menciona a importância daqueles produtos para a produção agrícola, é curiosa a menção à Companhia da União Fabril e ao facto de aquela ter ganho uma medalha de ouro na Exposição de Paris em 1878. Expõe em 37 páginas a razão para os agricultores da época escolherem os bagaços de purgueira para adubar os campos, e os bagaços de mendobi (amendoim) para o gado. Fala dos processos de tratamento químico de cada um. No final, o lamento do autor é interessante: *Gasta-se o sabão, procuram-se as vellas — saem facilmente os oleos. Mas os bagaços, os promettedores bagaços, que deviam sair da fabrica aos milhares do barricas por mez, esses estacionam, porque poucos sabem que esta ali sob aquella fórma vil, uma cousa superior ao ouro, o pão e a carne para o pobre o para o rico*¹⁰.

Relativamente ao óleo de purgueira para além do trabalho de Augusto S. Barjona de Freitas em 1906, *A Purgueira e o seu óleo*, existem outros que abordam a produção desta semente no século XIX, apesar de que grande parte do que existe, remete para o domínio da legislação e tributação alfandegária daquele século. Não obstante, esta obra é indispensável para os estudos acerca das dinâmicas legislativas, sociais, tributárias e políticas que tinham como epicentro as exportações e importações da semente da purgueira.

O livro *Culturas Tropicais* de Mário Cortesão, publicado em 1956 menciona as características botânicas, as espécies e as variedades, clima e solo, cultura, entre outras coisas e menciona a forma de extracção do óleo de purgueira. Este trabalho muito bebeu dos estudos de Barjona de Freitas, mas mesmo assim, consideramos importante ressaltar.

Estudos de Economia Caboverdiana, de António Carreira, foi publicado em 1981 e é uma obra indispensável para o estudo acerca do comércio da purgueira desde finais do

¹⁰ LAPA, 1878, p. 37

século XIX. Oferece pistas e informações preciosas acerca da produção, comércio e utilizações.

O volume 31(2) das Memórias da Junta de Investigação do Ultramar, intitulado *Oleaginosas do Ultramar Português*, da autoria de V. A. Canhoto Vidal, J. E. Mendes Ferrão, J. J. Lopes Xabregas e L. Pereira Coutinho (1962), tem um capítulo dedicado à purgueira, mas focando sobretudo as características físicas, ecológicas ou económicas da espécie.

Na *Revista do Ultramar*, ano 3º, nº 19, Agosto de 1950 (pp. 19-20), Manuel Coelho Pereira Serra publica um artigo com o título “Urge desenvolver em Cabo Verde a cultura da purgueira como uma das melhores fontes de receita do Arquipélago”, que é de consulta valiosa para a compreensão das dinâmicas políticas e económicas que envolveram o monopólio de Lisboa sobre a exportação deste produto.

O livro *A aventura das plantas e os descobrimentos portugueses*, de José Mendes Ferrão (2005), aborda também a temática da purgueira com uma breve resenha histórica. Refere igualmente o historial de outras plantas e leguminosas, tais como o amendoim. É assim importante para um estudo focado na purgueira em Portugal, no entanto, as informações, se bem que sintéticas, são liminares.

Ainda que, de publicação estrangeira, terá de ser mencionada o livro *Promoting Use Of Underutilized And Neglected Crops. 1. Physic nut Jatropha Curcas L.* por Joachim Heller (1996) por se tratar de uma das mais importantes obras sobre a purgueira permitindo o seu enquadramento na história internacional e as diversas utilizações do seu óleo.

Existem outros livros e artigos que abordam a produção de óleo de purgueira, no entanto muitas delas abordam o tema na perspectiva da produção de biodiesel ou das suas propriedades químicas.

Relativamente às velas de estearina (e à própria estearina) não existem quaisquer estudos publicados em Portugal para a sua produção no século XIX. Neste sentido toda a compreensão da produção e cadeia industrial baseou-se em publicações estrangeiras. Menção apenas para as publicações da Empresa Literária Universal, na colecção *Indústrias Práticas*, mas cuja abordagem é puramente técnica e comercial.

No que diz respeito às produções de sabões e sabonetes, para além dos estudos de referência de Louis Figuier na sua obra *Les Merveilles de l'Industrie* (1873-76), de onde se retiram importantes dados acerca do fabrico de sabão no século XIX, existe também o *Nouveau manuel théorique et pratique du savonnier ou l'art de faire toutes sortes de savons*

(1851) de M^{me} Gacon-Dufour e de M^{lle} Julia de Fontenelle, Thillaye et Malepeyre. Estes são apenas exemplos da numerosa bibliografia francesa sobre o assunto e que foram consultados para esta tese, tendo em conta a escassez de trabalhos acerca da produção industrial ou artesanal de sabões e sabonetes no nosso país. No entanto, são de destacar o *Tratado de sabões* de Silvino de Sousa e de Pio de Passos e Silva (1907) com um estudo completo dos processos de fabrico de sabão, se bem que pequeno. Destacam-se as imagens explicativas dos processos, linha mantida pelo manual de Charles Ruck, *Sabões e sabonetes*, publicado em 1927.

O *Tratado prático sobre a indústria de sabões e glicerinas* de Isidro Carroggio, publicado em 1930, tal como os anteriores menciona a produção e produtos. O livro *Indústria de sabões e sabonetes*, de António Rio de Janeiro (1960) e *O monopólio do sabão e as saboarias de Coimbra* de José Pinto Loureiro (1956) seguem esta vertente muito técnica, mas preciosa para comparações e interpretações dos espaços.

Este capítulo não ficaria completo se não fossem considerados os estudos que abordam a análise dos edifícios fabris, do ponto de vista tanto da arqueologia como do património industrial, ainda que nenhum destes trabalhos incida sobre fábricas de sabão, óleos ou estearina. Começamos por recordar e recomendar, a consulta do trabalho de Ana Maria Cardoso Matos, *O Património Industrial da Zona Ribeirinha – o caso de Alcântara* de 1997. A tese de mestrado de Ana Filipa Larcher Arroja, *Universidade Lusófona - Potencial Património Arquitectónico Industrial*, de 2007, aborda o estudo do edifício da Lusitânia, a antiga fábrica de lanifícios do Campo Grande. Em 2012 Cláudia Duarte defende a tese de mestrado *Musealização da Levada de Tomar: subsídios para a conservação do património industrial da moagem Portuguesa*, trabalho desenvolvido no âmbito do Mestrado em Museologia da FCSH-UNL, mas que descreve o edifício da moagem *Portuguesa* em Tomar. No mesmo ano Rita Malaca faz um trabalho semelhante no Instituto Politécnico de Tomar intitulado *A moagem Nabantina. Património Industrial a Conservar e Musealizar*. Em 2014 Rui Maneira Cunha defende a sua tese de doutoramento sobre a indústria moageira em Portugal abordando a organização de diversos edifícios com este fim.

Outros trabalhos mencionam edifícios industriais, sobretudo relacionados com a indústria têxtil no Norte de Portugal. Apenas para mencionar alguns, no âmbito do Levantamento do Património Industrial da Covilhã (2002), Deolinda Folgado faz o levantamento da fábrica de lanifícios São Gabriel em Manteigas. Em 1998 na sequência do

estudo da máquina a vapor de Soure, Jorge Custódio apresenta igualmente o levantamento do edifício industrial onde aquela havia funcionado, entre outros.

Diversos são os trabalhos deste autor sobre levantamentos de complexos industriais tais como a Real Fábrica de Fiação de Tomar (1990) ou a Real Fábrica de Vidros de Coima (2002).

Sobre os materiais de construção, é de grande importância a tese de doutoramento de Maciel Morais Santos, apresentada no ano 2000 à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, *Os Capitais Metalomecânicos em Portugal 1840-1920*, tendo esta obra contribuído para a aferição de cronologias referentes ao edifício da fábrica na Quinta de Alorna.

O autor desta dissertação publicou, em 2015, um artigo na revista *Al-Madan* (pp.112-123) intitulado *A Fábrica de Azeite de Purgueira da Quinta da Alorna em Almeirim*. Esta foi a primeira aproximação ao tema, que em boa verdade se encontra melhorada pela presente dissertação.

A importância da internet como fonte documental deve ser aqui manifestada sobretudo devido à acessibilidade que oferece de diversas publicações, muitas delas inexistentes nas bibliotecas nacionais e existente em *sites* de domínio público, tais como o *Gutenberg Project*¹¹, o *Internet Archive*¹², ou o *Google Books*¹³. Ainda que a informação ali contida tenha de ser observada com cuidado, sobretudo em sites que permitem a manipulação pelos seus utilizadores a disponibilização das informação em plataformas de livre acesso levou a grandes revoluções científicas. Note-se como a Hemeroteca portuguesa se encontra em processo de digitalização de muitas publicações periódicas dos séculos XIX e XX, ferramenta fundamental no estudo destas cronologias.

¹¹ <http://www.gutenberg.org/>

¹² <https://archive.org/index.php>

¹³ <https://books.google.com/>

4. O homem: José Dias Leite Sampaio – Visconde da Junqueira

A Arqueologia Industrial é uma “*Arqueologia com rostos*”¹⁴ - o que não significa que as outras artérias da Arqueologia o não sejam. Simplesmente a quantidade de informação necessária para esta “reconstrução facial” também se perde com a distância temporal, sintoma que tende a ser menos vincado tanto quanto mais recente for a vida de um indivíduo, ou de um conjunto de pessoas. Todavia, no presente estudo, esta tarefa revelou-se rebarbativa para a figura do Visconde da Junqueira, atendendo que, até ao momento, esta tese é a primeira tentativa de compilação dos dados referentes à vida empresarial (relacionada com pormenores da vida privada) do mesmo.

A prosopografia que se segue não pretende desviar as atenções do objectivo multifacetado do estudo Arqueo-industrial que este trabalho se propõe. Espera-se que seja entendida como um recurso para a compreensão das vicissitudes do dia-a-dia, decisões, necessidades, apostas, sucessos e maus momentos do Visconde da Junqueira, para um melhor entendimento da sua vida de negócios e dos seus empreendimentos, cujo estudo dá corpo a esta dissertação.

Não será aqui o local indicado para encetar um debate acerca da fiabilidade do contributo que as biografias podem dar aos estudos arqueológicos, mas “ao aceitar-se a biografia como género histórico, admite-se, igualmente, um alargamento da sua função. Assim, *‘deve propor-se-lhe como finalidade o esclarecimento recíproco do indivíduo e do seu tempo, a articulação de um destino particular, isto é, de escolhas pessoais, de uma liberdade concreta, sobre um conjunto de constrangimentos [e/ou estímulos] de toda a ordem — tanto mentais como materiais — impostos pela época e pelo meio’*”¹⁵. Assim, para cumprir um dos principais objectivos desta tese, torna-se necessário conhecer um pouco do homem, para melhor se contextualizar o seu legado.

José Dias Leite Sampaio é, sem dúvida, uma figura proeminente nos círculos da alta sociedade dos empresários dos meados do século XIX e uma figura de destaque naquela época. O título nobiliárquico é criado para si, ele é o primeiro Barão da Junqueira e após oito anos é-lhe concedido o título seguinte, de Visconde, como veremos adiante.

¹⁴ CUSTÓDIO, 2015, p. 92

¹⁵ VERGER, Jacques citado por MENDES, Amado, 1992, p. 358

Nasceu a 4 de Janeiro de 1804¹⁶ e foi o 1º Barão e o 1º Visconde do título Junqueira. Durante o seu percurso torna-se Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Comendador das ordens de Cristo, de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e de Carlos III de Espanha, mas também Tenente-Coronel honorário da Guarda Nacional (cavalaria), adido honorário de legação e Deputado às Cortes¹⁷. Para além dos títulos e outros cargos, foi ainda um importante empresário, possuindo contractos das saboarias e do tabaco.

Era filho de Manuel de Sampaio, negociante e detentor de diversas propriedades, e de Dona Luísa Leite¹⁸. Até ao presente não foi possível compilar dados que nos esclareçam acerca da infância, adolescência e a entrada na idade adulta do Visconde da Junqueira. Sabe-se que nasceu em Fafe, mas não existem notícias acerca do local onde viveu os seus primeiros anos ou sequer informações que elucidem sobre a sua educação escolar ou académica. Neste sentido, fornecem-se tantos dados quanto foi possível recolher acerca dos episódios pontuais na vida do mesmo. No entanto, a sua tendência para os negócios e aquisição de bens imóveis, pode certamente ter sido influenciada pela figura paterna que, segundo as parcas notícias que temos, dedicou parte da sua vida a estas actividades.

Casou em 21 de Fevereiro de 1835 com Dona Emília Augusta Monteiro (1818-1878), filha de Francisco José Gomes Monteiro, e de Dona Maria Angélica Basto¹⁹.

A 10 de Março de 1835 - 22 dias após o matrimónio de seus pais - nasce o primeiro filho dos futuros Viscondes da Junqueira, Francisco Monteiro de Sampaio, que haveria de viver poucos anos²⁰. Sobre o filho de José Dias Leite Sampaio pouco se descobriu nas fontes consultadas. Nasceu no Porto, onde o pai se encontrava na altura a serviço da Casa Real, e frequentou o curso de Direito de Coimbra no ano lectivo de 1855/1856²¹. Desconhece-se a data da sua morte, ou as causas da mesma.

Catorze anos depois, a 13 de Abril de 1849 nasce Emília Angélica Monteiro de Sampaio, no dia 13 de Abril de 1849.²² Sobre Dona Emília, Condessa da Junqueira, falar-se-

¹⁶ Cf: <http://geneall.net/pt/nome/21695/jose-dias-leite-sampaio-1-visconde-da-junqueira/> - consultada a 27/01/2015

¹⁷ Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XIV

¹⁸ Idem

¹⁹ idem

²⁰ PINTO, 1890, tomo 2, p. 62

²¹ Cf. *Relação e Índice Alfabético dos Estudantes matriculados na Universidade de Coimbra e no Lyceu no Anno Lectivo de 1855 para 1856 com as suas filiações, naturalidades e moradas e com a designação das diversas cadeiras e disciplinas, e dos lentes e professores respectivos.*(1856) Coimbra: Imprensa da Universidade, p 11

²² PINTO, 1890, tomo 2, p.62

á mais adiante neste capítulo. Muito embora a presente tese não seja sobre a vida desta mulher, uma das mais emblemáticas figuras da história recente de Almeirim, ela foi a grande continuadora dos empreendimentos do Visconde da Junqueira naquela vila e, sobretudo, na Quinta da Alorna, responsável pela construção de muitos dos edifícios que ainda hoje lá se encontram. Neste sentido, o esclarecimento sobre a presença de tais edificações, que alguma dúvida têm gerado sobre quando foram ali erguidas e o papel que desempenharam naquela Quinta implica que não possamos ignorar a sua vida e as suas escolhas.

É por Decreto Real de Dona Maria II, datado de 4 de Janeiro de 1837 que lhe atribui a insígnia de *Commendador Honorário da Ordem de Christo*: “*Por decreto de Sua Magestade de quatro de Janeiro de mil oitocentos trinta e sete Sua Magestade A Rainha, attendendo ao que lhe representou José Dias Leite Sampaio, expondo os serviços que praticou durante o memorável Cêrco da Cidade do Porto, arriscando com o maior desinteresse os seus cabedaes para o bom exito da cauza do Throno Legitimo e das Liberdades Patrias*²³ (...)” Esta foi a primeira das mercês que este homem recebeu da Rainha de Portugal.

Contudo, a sua relação com a Coroa era já muito próxima. A 12 de Abril de 1833 foi enviado requerimento ao exército para que o Alferes da 2ª Companhia do Batalhão de Empregados Públicos, José Dias Leite Sampaio, estando no Porto, se pudesse ausentar durante “*dous mezes (...) para hir a Londres tratar de negócios de umma importância precedentes de transações com o Governo de Sua Majestade*”(sic), sendo esse prazo prorrogado mais dois meses, a 4 de Junho²⁴. Neste sentido em 1833 o futuro Barão da Junqueira passou pelo menos quatro meses em Londres a tratar de negócios do interesse da Coroa. Desconhecemos qual o seu percurso no exército português, no entanto em 1848 é mencionado como “*Tenente-coronel do Esquadrão de Cavallaria de Voluntários da Carta e Raynha*”²⁵, mostrando uma grande progressão na hierarquia militar, em 15 anos.

Num documento produzido por Francisco Henriques, amanuense da Quinta de Alorna em meados do século passado e poeta de destaque na região, José Dias Leite Sampaio, Barão da Junqueira (por decreto real de 8 de Novembro de 1843) “*prestara serviços à causa da liberdade combatendo no cerco do Porto como Alferes do Batalhão dos*

²³ ANTT/ Registo geral de mercês de D. Maria II, lv. 7, fl. 78 v.

²⁴ AHM, Fundo 3, série 7, Caixa 39, número 7

²⁵ AHM, Fundo 3, série 7, Caixa 39, número 7

*Empregados Públicos. Sublocatário com outro do contrato dos Tabacos do qual era contratador geral o conde Farrobo, nos triénios de 1840 a 1843 e 1843 a 1846*²⁶, negociante de vinhos, armador, industrial de sabões e velas de estearina, possuía uma avultada fortuna, computada naquele tempo em cerca de um milhar de contos”²⁷.

Em 1841 adquiriu a Quinta das Águias à Santa Casa da Misericórdia²⁸, situada entre a Rua da Boa Hora e a Rua da Junqueira, em Alcântara, infelizmente, quase em ruínas, na actualidade. A partir desta data e até à sua morte esta parece ter sido uma das residências principais desta família e onde maior parte das suas actividades quotidianas teve lugar. Poderá ter sido neste ano que a família se muda do Porto, para Lisboa.

Segue-se um período de notória prosperidade, pelo menos a julgar pelos diversos documentos que encontrámos referentes a este homem. O investimento na aquisição da casa da família em Lisboa não deixou certamente o novo Comendador da Ordem de Cristo descapitalizado. Apenas dois anos depois, faz uma das compras mais emblemáticas da sua vida. A 13 de Setembro de 1843, compra a Quinta de Vale de *Nabaes*, mais conhecida como Quinta de Alorna, originária de uma das famílias mais prestigiadas que a possuiu em Almeirim, bem como todos os terrenos da propriedade pela quantia de 70 contos de réis²⁹. A compra é feita às condessas de Oeynhausen e Almeida, Dona Frederica e Dona Henriqueta, através do seu representante, Adrianno Ernesto de Castilho, e a aquisição comporta a *“Quinta com todas as propriedades/anexas, terras, olivais, pomares, vinhas, casa/es, foros, casas de residências, oficinas e mais acomodações, charnecas, e todas as outras suas pertenças, tudo / assim e do mesmo modo que tem sido possuído, e desfrutado por suas Excelências, e por seus rendeiros, e forão / por seus Excellentíssimos antecessores naquella destri/ção sem excepção alguma”*³⁰.

Como já mencionado, a 8 de Novembro de 1843, por Decreto Real, recebe o título nobiliárquico de Barão³¹, demonstrando que continua a ter muita importância na alta sociedade portuguesa, sendo capaz de fazer parte da nova nobreza emergente. Será apenas em 1851 que, novamente por Decreto Real da Rainha, lhe é concedido o título de

²⁶ Possivelmente um pequeno erro de cálculo do autor do texto, já que conforme REIS, Jaime (1996), nas páginas 422/423 da obra *O Banco de Portugal, das origens a 1914*, 1º volume: a concessão do caixa geral ou do contratador geral situam-se entre 1841 a 1843 e 1844 a 1846.

²⁷ HENRIQUES, s.d.

²⁸ GONÇALVES, 2014, p. 27

²⁹ ADS, Maços de Documentação do Notário de Almeirim, Maço 145 (1843 a 1844), fl 47 a 60v

³⁰ Idem.

³¹ ANTT/ Registo Geral de Mercês, D.Maria II, liv.20, fl.150v-151v

Visconde por duas vidas³²: Nestes oito anos, como veremos, José Dias Leite Sampaio torna-se certamente um dos homens mais ricos e influentes do reino, com imenso capital, proveniente dos diversos investimentos, nomeadamente na Quinta da Alorna.

Mais uma vez, citando Francisco Henriques, a Quinta de Alorna passa “*das mãos da melhor nobreza do Reino, com raízes fundas na História de Portugal, e muitas vezes ela a própria História, (...) para a nobreza acabada de chegar, [ilegível] burguesia enobrecida pelo Constitucionalismo, (...) gerad(a) na guerra civil que ensanguentou o solo de Portugal e que teve o seu epílogo em Évora-Monte*”³³.

Ainda que nada se saiba do quotidiano ou dos negócios que geraram a riqueza do Barão da Junqueira nesta data, em 1846 existem notícias que ele é efectivamente accionista do Banco de Portugal, director e accionista da Companhia de Crédito Nacional, e accionista da Companhia União³⁴. Ainda que seja possível que tenha herdado alguns bens de seu pai, também ele negociante, não duvidamos da capacidade de José Dias Leite Sampaio para, a pulso, ter conseguido desenvolver negócios que lhe permitiram entrar neste novo tipo de nobreza portuguesa. Fará aqui sentido mencionar a descrição feita com a caricatura corrosiva que Ramalho Ortigão vocifera em 1876, apenas 30 anos depois: “*Nos chefes de indústria, ausência absoluta de espírito de classe, de amor da profissão. Uma vez enriquecido, o industrial procura tornar-se capitalista, homem de negócios, influente político, comendador, visconde, director de bancos, gerente de companhias. E considera a fábrica um desdouro, uma mésalliance, um ganha-pão subalterno, com a vantagem principal de representar em cada eleição um peso de duzentos votos, a troco dos quais ele procura colocar-se sob a protecção do Estado e sob o favor dos governos*”³⁵. Não são novidades as críticas tecidas a esta nobreza nova enriquecida através dos negócios e da indústria, do qual o Barão da Junqueira, em 1846, é um exemplo sintomático.

Aquando do convite de Napoleão III para o nosso país se fazer representar na Exposição Universal de Agricultura e Indústria de Paris, que teve lugar no dia 1 de Maio de 1855, Fontes Pereira de Melo exprimiu o voto que “*a indústria do paiz corresponda ao convite que lhe foi dirigido por uma das primeiras e mais cultas nações da europa*”³⁶. O

³² ANTT/ Registo Geral de Mercês, D.Maria II, liv.35, fl.252-253.

³³ HENRIQUES, s.d.

³⁴ In *Organização do Banco de Portugal (1847), Relação Geral dos Accionistas*. Lisboa Imprensa Nacional, p. 7

³⁵ ORTIGÃO, 1993, pp. 82-8.

³⁶ SERRÃO, 2002, vol. III, pp. 274-276.

Barão da Junqueira fez parte da comissão nomeada para este efeito, presidida pelo Marquês de Ficalho. José Dias Leite Sampaio estava entre os homens mais prestigiados do reino ligados aos empreendimentos agrícolas, para fazer parte desta comissão.

Apenas cinco anos depois da sua aquisição, em 1848, a Quinta de Alorna foi hipotecada³⁷. As razões por detrás desta acção podem não estar directamente ligadas a problemas financeiros, mas possivelmente para cobrir as despesas que o mesmo efectuou a equipar e a remodelar as oficinas e os lagares de vinho e azeite daquela propriedade (como adiante se discriminará com mais pormenor), e para suportar as aquisições de terrenos e courelas que passaram a incorporar a área agrícola da Quinta. Tais aquisições são identificáveis na documentação, pelo menos, desde 31 de Outubro de 1842, ainda antes da aquisição da Quinta, quando o então Comendador José Dias Leite Sampaio compra a Francisco José Godinho Júnior *“uma porção de terra com noventa e sete Oliveiras, sita na Charneca desta Villa”*³⁸.

Não sabemos quando começaram as negociações entre as Condessas de Oeynhausen e o Barão da Junqueira para a aquisição da Quinta da Alorna. No entanto, a compra do terreno anteriormente mencionado em 1842, naquela zona, mostra que José Dias Leite Sampaio já estaria interessado na sua aquisição e, possivelmente, confiante na mesma. Os investimentos efectuados no concelho de Almeirim foram no sentido de relançar a herdade na produção de azeite e vinho, produções, que à altura deviam ser bastante rentáveis, sobretudo quando exportadas para o mercado externo.

A figura do Visconde da Junqueira, e posteriormente da sua filha, foi de tal ordem importante a partir desta altura em Almeirim que ainda é aludido actualmente por diversos autores locais, tais como José Lima Monteiro de Andrade que o menciona da seguinte forma, reconhecendo o seu espírito empreendedor: *“As vinhas plantadas no campo foram um sucesso produtivo de grande significado. O sucesso das experiências do Visconde da Junqueira, na Alorna, levou todos os grandes proprietários, a seguir o seu exemplo. A casta Fernão Pires passou a ser a heroína da produtividade vinícola nacional”*³⁹.

O Arquivo Distrital de Santarém guarda a documentação notarial de Almeirim para meados do século XIX. Nesta colecção, vários são os actos notariais assinados por José Dias

³⁷ Henriques, s.d., p.20.

³⁸ ADS: Maços de documentação do Tabellião de Almeirim (1842-1843) fl 4 – fl 5v

³⁹ Cf. <http://desafiodealmeirim.blogspot.pt/>

Leite Sampaio, em alugueres, aforamentos, emprazamentos, entre outros, o que denota uma actividade intensa no que diz respeito à consolidação de uma casa agrícola a ser completamente regenerada e preparada para uma industrialização que se adivinha no reino.

Em notícia do jornal *Revista Universal Lisbonense*, de 1843, ano da aquisição da Quinta de Vale de Nabais pelo então Barão, refere-se a existência, de um amoreiral de dimensões consideráveis: *“Ouvimos que o Sr Barão da Junqueira possui na sua quinta de Valle de Nabaes em Almeirim um amoreiral antigo e vasto em cujo centro se conservão ainda as cazas e officinas de um relevante estabelecimento que ahi houvera para a criação do bicho, fiação e fabrico da seda. A industria da seda attrae ao presente a atenção de todos os paizes e em Portugal, se chega a pegar como parece provável, augura ela dias de oiro porque ainda que tarde venhamos a competir com a Itália e com a França no tece-la e tingi-la, nenhum clima a não ser talvez o de alguma parte da Itália rivalisará com este nosso (...) Ao amoreiral grande do Sr Barão, á sua fortuna muito maior e á sua grandíssima alma cheia de illustração, de philantropia e de amor pátrio, está provavelmente reservada a gloria de começar a felicitação d’aquelles descampados ermos trans-taganos. Ouvimos que S. Ex^a pensa nisso - A Providencia abençoará os seus esforços e o Alem-tejo tendo também o seu Olivier de Serres⁴⁰ não deixará de se metamorphosear de repente como o Vivaraís”⁴¹*

Sobre este amoreiral, que devido à sua dimensão certamente já lá existiria aquando da aquisição da Quinta da Alorna, ou a sua exploração, não encontramos mais registos imediatos, nem durante a vida do Visconde, nem durante a vigência da sua filha, pelo que acreditamos que aquela exploração não foi continuada. No entanto, se a ausência de informação não pode de maneira nenhuma indicar a sua extinção, a exploração e produção de seda não parece ir de encontro aos interesses produtivos da família, que se parecem centrar, no que diz respeito às propriedades de Almeirim, sobretudo na produção de azeite e de vinho.

⁴⁰ Olivier de Serres (1539 – 1619) foi um agrónomo francês famoso cujo livro *Théâtre d'Agriculture* (1600) foi uma referência para o século XVII.

⁴¹ Conhecimentos úteis - Seda, 1843-1844, p. 169.

Em 1845, o Barão da Junqueira nomeou João Paulo da Motta Cerveira⁴² seu representante e procurador⁴³. A nomeação de alguém que trate dos interesses das famílias parece ser prática comum para um industrial da época, se quisesse ter capacidade útil de resposta às múltiplas responsabilidades e afazeres.

Para este período e até sensivelmente 1867, estão patentes neste tabelião almeiricense, uma série de investimentos traduzidos em actos notariais, assinados por outras figuras de destaque da época: Marquês do Faial, Barão de Almeirim, Conde Sobral, Conde do Farrobo, Duque de Palmela ou Conde d'Atalaya. Não devem restar grandes dúvidas que estes homens, bem relacionados com a alta finança, com o governo, e familiarizados com as necessidades que a industrialização da capital estava a criar, buscavam o suporte para “alimentar” a máquina industrial que se previa. Sabiam que o sector primário estava na base da estrutura e que chegara a oportunidade de realizar grandes negócios.

A informação fornecida por Francisco Henriques é preciosa no estudo da Quinta da Alorna e na importância que foi dada pelo seu proprietário à produção de azeite e de vinho: *“Foi grande, muito grande mesmo, o labor que o Visconde da Junqueira despendeu no sentido de valorizar e ampliar a Quinta de Vale de Nabais, podendo dizer-se que quase duplicou a sua área com as aquisições feitas no seu tempo. À sua morte, a superfície da Quinta era sensivelmente a de hoje. Mas não foi somente sob este aspecto que a acção do Visconde da Junqueira se tornou notável. Logo após tê-la comprado, reconhecendo que as instalações não satisfaziam as necessidades da Quinta, empreendeu uma série de construções que muito a valorizaram. Escolheu para local destas construções os terrenos fronteiros ao portão da cerca do Palácio, Junto da estrada que vai para Benfica do Ribatejo.”*⁴⁴ Segundo este mesmo autor, o investimento do Visconde da Junqueira nessas construções, que valorizaram a Quinta, foi de cerca de vinte e cinco contos de réis. Foi assim edificada *“uma arribana para 120 bois, oitos casas de criados, palheiros, um lagar de azeite com a respectiva maquinaria e um grande celeiro em cima deste lagar, quatro*

⁴² Segundo a *Revista Universal Lisbonense*, Tomo IV, Ano de 1844-1845, p. 49, João Paulo da Motta Cerveira era administrador do concelho de Almeirim nesta baliza cronológica (sobre esta profissão veja-se SILVA, Henrique Dias da (2012), *Reformas Administrativas em Portugal desde o Século XIX*, in *Jurismat : Revista Jurídica* n.º 1, pp. 65-9), e tinha sido juiz de fora da vila de Coruche em 1829 (sobre esta profissão, veja-se SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (2005), *D. Afonso IV*. Rio de Mouro: Circulo de Leitores, pp. 81-87).

⁴³ ADS, Maços de Documentação do Tabellião de Almeirim, Maço 148 (1844-1845) fl24.

⁴⁴ Na realidade, o portão que Francisco Henriques fala é o portão das traseiras da Quinta. A frente do palácio, cuja construção remonta a 1725, e deve-se ao primeiro proprietário, D. Pedro de Almeida Portugal.

armazéns para cereais, arribanas, casas de malta, oficinas, (...) quatro grandes adegas e 10 lagares de cantaria”, entre outras coisas mencionadas pelo autor, tais como uma possível abegoaria. A descrição exaustiva destes melhoramentos poderá ser lida no capítulo referente aos empreendimentos do Visconde em Almeirim (capítulo 5).

Ainda que o interesse do Visconde na Quinta da Alorna fosse sobretudo económico, notícias surgem que foram igualmente feitas grandes reparações no Palácio da Quinta, o edifício mais antigo da propriedade, remontando à vigência da família Almeida-Portugal e edificado nos inícios do século XVIII. O restauro da grande casa terá tido certamente uma função mais simbólica, demonstrando interesse por um passado nobre, do que necessariamente económica.

O restante do documento acima transcrito também refere pormenorizadamente a produção agropecuária e as produções anuais das vinhas em pipas, bem como a multitude de bens agrícolas dos aforamentos e dos arrendamentos, demonstrando como a Quinta da Alorna, a certa altura, foi uma propriedade que deve ter originado lucros altíssimos. Ainda que o investimento em produções agrícolas tal como o azeite e o vinho tenham, segundo a documentação, sido das principais fontes de rendimento de José Dias Leite Sampaio, os seus interesses não pararam por aí.

Entretanto, durante o ano de 1850, o Barão e a Baronesa da Junqueira foram chamados ao tribunal da Comarca Judicial de Lisboa num processo de reivindicação dos bens de Almeirim, acção intentada pelo Marquês de Fronteira *como administrador da pessoa e bens de sua mãe* (sic)⁴⁵, Dona Leonor de Oeynhausen que estaria em *estado de demencia* quando se realizou a venda das propriedades. Queria assim o Marquês de Fronteira provar que as suas tias não poderiam ter vendido a propriedade com os terrenos e prazos que a compunham visto que essa decisão caberia à filha primogénita (também Leonor como a mãe a famosa *Alcipe*). Como a mesma estaria mentalmente incapaz, o Marquês de Alorna, na qualidade de tutor e administrador, queria a anulação do contrato de compra e venda de 13 de Setembro de 1843. O mesmo requeria também a impossibilidade da venda da propriedade por esta, segundo o requerimento do mesmo, por ser um morgadio, terra de posse *immemorial*, que faria parte do espólio e riqueza da família. Em resposta, Dona Henriqueta contrapõe que todos os terrenos foram sendo

⁴⁵ Cf. *Causa entre o Marquez de Fronteira, a Condessa D'Oeynhausen, o Barão e Baroneza da Junqueira* (1850) Lisboa: Typographia da Revista Universal Lisbonense, pp. 3-123.

adquiridos ao longo do tempo após a aquisição original, cada um com documentação a comprovar o facto, além de que, entre várias provas, o testamento de 13 de Setembro de 1756 feito pelo Conde de Assumar (depois Marquês de Alorna) nomeava *todos os prazos de que era possuidor*. Se fosse um morgadio isto não poderia acontecer.⁴⁶

Como a Quinta de Alorna se manteve na posse da família Sampaio, o resultado é notório: o Marquês de Alorna perdeu a causa. Este processo merece uma abordagem futura, com o devido apoio das disciplinas da área do Direito, mas para já fica a constatação de que o então Barão da Junqueira fez frente a uma das personalidades mais conceituadas, condecoradas e tituladas da alta sociedade do século XIX.

Em 1853, já Visconde e certamente detentor de enorme fortuna, aposta na produção de óleos industriais, com o registo de várias patentes de invenção. O *Relatório da Repartição de Manufaturas do Ministério das Obras Públicas*, datado de 1857, refere que o Visconde detinha, desde 1853 e até 1868 (durante 15 anos) as seguintes patentes⁴⁷: “*Melhoramento das machinas para o fabrico do azeite de mendobi, o qual consiste nos esquentadores e tarefas de nova invenção; azeite de cóla, especie de fructo produzido na costa d’Africa; extracção e fabrico de oleo de andirobeira; extracção e fabrico de oleo de patauá.*” Sobre as propriedades e usos destes óleos falaremos mais adiante. Aqui interessa demonstrar como o Visconde deteve na sua mão a patente de invenção e possível privilégio destas produções, o que, mais uma vez, o deve ter enriquecido e levado à construção de estruturas de apoio à sua produção. Durante estes 15 anos - (1853-1868) - dá-se a fundação da Fábrica de Alcântara (1857) onde maior parte destes óleos seria extraído do fruto e processado, utilizado como matéria-prima na produção de sabões. Não surgiram até ao momento notícias se qualquer óleo foi extraído entre 1853 e 1857 ou onde tal teria ocorrido. Em Alcântara, além dos óleos e sabões, também se produziam velas de estearina.

A origem dos “frutos” que originavam estes óleos era, sobretudo, africana, pelo que temos de considerar o Visconde na sua vertente de negociante, em contacto com intermediários e mercadores que lhe importavam a matéria-prima do além-mar. Desta lista de patentes, não consta a purgueira. Ainda que a produção deste óleo seja mencionada

⁴⁶ Idem, p. 24.

⁴⁷ Cf. Relatório da repartição de manufaturas do Ministério das Obras Públicas, 1857, pp 48-59.

como monopólio da Viúva Burnay & Filhos, em 1844⁴⁸, uma notícia redigida pelo médico facultativo de Almeirim, Guilherme Tiago do Couto (1859)⁴⁹, relata que “*O único edifício notável que existe neste Concelho é o antigo Palácio da Marquesa da Alorna, hoje pertencente ao Visconde da Junqueira que estabeleceu em frente a ele uma máquina de vapor, e oficinas para o fabrico de azeite de purgueira.*”⁵⁰ O que todos estes empreendimentos durante a década de 50 do século XIX demonstram é que estamos perante um homem empreendedor, que gerou grande fortuna à conta dos seus negócios em meio urbano e em rural, que não teve medo de investir levando ao desenvolvimento de grandes infraestruturas de produção, em Almeirim e em Lisboa.

Entre 1843, momento da aquisição da Quinta da Alorna, e 1857, fundação da fábrica de Alcântara, a vida e empreendimentos de José Dias Leite Sampaio devem ter corrido na perfeição, com construções, aquisições e sobretudo grande enriquecimento, o que lhe proporcionou, inclusive, a atribuição do título de Visconde da Junqueira. Era certamente um dos industriais mais importantes do Portugal de então e homem de grande influência.

Em 1858, José Dias Leite Sampaio era possuidor de quatro unidades industriais, já em funcionamento ou em construção. Duas em Alcântara para fabricar “*velas d’stearina, de sebo, e cera em grume, outra para sabão*”, e a terceira para “*fabricar e clarificar toda a qualidade de óleos*”.⁵¹ Juntava-se a estes edifícios, o edifício da Quinta da Alorna.

Contudo, algo se passou. Não sabemos como, nem quando as coisas começaram a correr mal, mas o Arquivo do Banco de Portugal guarda, datado de Junho de 1858, um documento fulcral no estudo dos empreendimentos deste homem⁵². Trata-se de uma concordata na qual são mencionados diversos credores aos quais o Visconde deve um total de 128:280\$000 contos de réis, entre os quais o próprio Banco de Portugal. No início do documento é mencionado que um negócio de exportação de vinhos de Barcelona para o

⁴⁸ Cf. BONIFÁCIO, Maria de Fátima (1991), “Lisboa, bastião do proteccionismo (pautas, política e indústria nos anos 30-40 do século passado)”, in *Análise Social*, vol. XXVI (112-113) (3.º-4.º), 515-535. Curiosamente, a *Revista Universal Lisbonense*, - refere que esta fábrica já existia desde 1842 (cf. Tomo III, 2ª série, nº 25, 10º anno, artigo 289).

⁴⁹ COUTO, Guilherme Tiago do (1859), *Breve Notícia de Almeirim*. Ed: Associação de Defesa do Património Histórico-Cultural do Concelho de Almeirim, 1991, p. 40.

⁵⁰ Será discutida em capítulo próprio a localização desta fábrica e respectivas estruturas, mas recordemo-nos para já que, mais uma vez, este autor também assume que a parte frontal do palácio é na realidade a traseira.

⁵¹ AHBP 75 processos de liquidação de créditos Visconde da Junqueira, 1º arquivo – Proposta de concordata de 1858.

⁵² AHBP 75 processos de liquidação de créditos Visconde da Junqueira, 1º arquivo – Concordata aos credores de 1858.

Brasil não correu bem. No entanto, o descalabro num único negócio, seria o suficiente para arruinar um industrial desta envergadura? Poderá ter sido uma sucessão de maus negócios e dramas na vida pessoal, tal como a morte do seu filho Francisco? Foi a fundação da Fábrica de Alcântara, em 1857, um mau investimento, que nunca viu retorno financeiro?

Ainda assim, o texto é explícito: *“E tendo outrossim empreendido huma importante negociação de vinhos de Barcelona para o Brasil, em conta de participação com Serafim Gonçalves de Faria, d’aquella Praça; com Joaquim Maria Osório, e o Doutor Theotônio José Rodrigues d’Abreu e Fontes, d’esta Cidade, pertencendo a cada um d’elles o interesse de vinte por cento e a elle Visconde quarenta por cento, aconteceu, que tendo faltado o sócio Ozorio com a sua respectiva entrada, foi obrigado a tomar sobresi maior parte da negociação, a qual por esta causa, e por outras accidentaes que ocorrerão, d’esperançosa e lucrativa como se considerou, se tornou difícil, trabalhosa e precária. Forçado portanto a grandes desembolsos, quer para o estabelecimento das sobreditas fábricas, quer para sustentar a referida negociação de vinhos, teve de recorrer ao crédito em larga escala, já sobre letras da Terra, e já sobre letras de câmbio por conta das carregações de vinho para o Rio de Janeiro e outros, mas sobrevindo a crise monetária em quazi toda a Europa, fez com que a casa de Manoel Pedro Guimarães & filho de Londres suspendesse sem pagamentos, não podendo satisfazer os acceites nas letras da conta d’elle Visconde que tem voltado recambiadas, vendo-se por este inesperado successo na penosa necessidade de também suspender seus pagamentos.”⁵³*

Ao momento não nos é possível inferir o que ocorreu, no entanto, a partir de 1858, vários são os documentos que mostram que tudo começou a não funcionar e lucros deixaram de ser gerados. Sucedem-se diversas concordatas com os credores e em 1864 apresenta-se à Conselho Geral das Alfândegas com graves dificuldades financeiras queixando-se da crise europeia, dos impostos alfandegários e das falsificações nas diversas matérias-primas utilizadas na produção de velas e provenientes de outros países, que lhes diminuía o preço, pelo que as suas produções não eram competitivas, levando mesmo ao encerramento da fábrica⁵⁴.

Tudo parece correr mal ao Visconde, inclusive os seus negócios agro-pecuários. O *Archivo Rural* (nº 8, 524) em 1865, menciona um episódio relatado pelo veterinário

⁵³ Anexo 2.

⁵⁴ Resoluções do Conselho Geral das Alfândegas, 1865, pp. 98-99.

Dionysio António Saraiva, ocorrido cinco anos antes: *No dia 21 de janeiro de 1860 fui chamado pelo ex.mo visconde da Junqueira à sua quinta d'Alorna, proximo d'Almeirim, afim de examinar o gado suino que tinha chegado, havia poucos dias dos montados do Alemtejo (de Aviz). (...) Passando a examinar a manada em globo, que se compunha de uns 300 farroupos do pezo de 30 a 45 kilos, vi que uma grande parte estavam afectados. Os symptomas eram os seguintes: tristeza, inappetencia, pello arripiado, arqueamento da espinha, tosse rouca e muito repetida, respiração embaraçosa e apressada, grande agitação do flanco (...) Estabelecido por esta forma o meu diagnostico, indiquei ao ex.mo visconde os meios preventivos e curativos a seguir com o seu gado, taes como: o uso da agua com farinha, sendo a agua acidulada com qualquer acido mineral; o uso da theriaga; as fricções de mostarda e vinagre, e finalmente a applicação de um sedenho na papada: recommendando além d'isso muito os meios de policia sanitária: 1º proibição expressa de entregar ao consumo publico a carne dos animais affectados ou mortos da epizootia reinante; 2º o enterramento dos ditos animaes; 3º separar o rebanho dos affectados ou suspeitos dos animaes sãos, visto a doença ser contagiosa. No dia 21 do dito mez, quando eu me dirigia à quinta de Alorna, afim de observar se o tratamento por mim ensinado era posto em pratica, e para vêr a marcha da doença, foi-me dito pelo feitor do ex.mo visconde, que os porcos tinham sido embarcados por ordem de seu amo, no dia 23 no porto do Sabugueiro, proximo a Muje, e em direcção a Aldeia Gallega, para ahi serem abatidos, e aproveitada a carne magra para chouriços, e as gorduras para o fabrico dos sabões⁵⁵.* Certamente mais uma quebra nos rendimentos dos seus negócios, minimizada pela última decisão relatada.

Nestes anos começam a surgir os problemas que levarão o Visconde da Junqueira a uma ruína lenta e pesada. Os seus problemas são de tal ordem que surge mesmo a possibilidade da venda da Quinta da Alorna para o pagamento das dívidas. No entanto, um eventual comprador, nunca surge⁵⁶.

Era, no entanto, um homem certamente de palavra e de confiança. Os credores abdicam da hipoteca da Quinta da Alorna, confiando que receberão o que lhes é devido. Em 1863 foi homologada, por decisão do Tribunal Comercial de 1ª Instância de Lisboa,

⁵⁵ SARAIVA, 1865,p. 524.

⁵⁶ ⁵⁶ HENRIQUES, s.d., p. 20.

nova concordata aos credores do Visconde⁵⁷. Neste documento são credores privilegiados o Banco de Portugal, a Junta de Crédito Público, Matheus da Silva Louro, José Borges Pereira da Silva, o Marquês de Fronteira, António José Ferreira Monteiro, William Gruis (que será com ele um dos três criadores da CUF) e a própria esposa, no que diz respeito ao complemento do dote da mesma. O montante total dos créditos era de 128.280\$200... muito dinheiro, à época.

A documentação não deixa claro se haveria litígio entre as partes, mas tudo indica que quem o rodeava, apercebeu-se que uma série de coincidências infelizes e não calculadas teriam levado este homem, tão respeitado por todos, a um enorme desespero por saldar as suas dívidas. Com as várias concordatas fica claro que José Dias Leite Sampaio tentou desesperadamente pagar o que devia, mas para pagar a uns... tinha que ficar a dever a outros.

Foi então que jogou uma cartada decisiva: em 1865, em conjunto com Anselmo Pinto Bastos e um dos seus credores, William Gruis, cria a COMPANHIA UNIÃO FABRIL, à qual vendeu, pela quantia de 170.822\$770, as suas fábricas de Alcântara. *Liquidadas as suas dívidas, ainda lhe ficou um lote de 625 acções naquela Companhia, que mais tarde foram vendidas pelos seus herdeiros. Assegurou com 100 acções de 200\$000 o dote da sua filha*⁵⁸.

Este processo arrasta-se até à morte do desafortunado Visconde. Faleceu em 1870, sendo que o dia atribuído por algumas fontes é 23 de Dezembro⁵⁹. No entanto, o registo mantido no cemitério da Ajuda, onde está o jazigo de família (nº 48), indica que José Dias Leite Sampaio faleceu de “*apoplexia cerebral*”, a 25 de Dezembro de 1870⁶⁰.

4.1. A Condessa da Junqueira

Apesar de ficar aquém do âmbito cronológico deste trabalho, como já se disse, julgou-se pertinente e meritória a menção biográfica de Dona Emília Angélica Monteiro de Sampaio, até porque durante a administração da Condessa da Junqueira manteve-se a utilização dos edifícios para a produção de vinho e azeite (principalmente), muitos deles construídos pelo seu pai, outros já durante a sua regência, tal como o grande edifício que albergou o lagar de azeite e onde laborou uma máquina a vapor.

⁵⁷ AHBP 75 processos de liquidação de créditos Visconde da Junqueira, 1º arquivo, Concordata de 1863.

⁵⁸ HENRIQUES, s.d., p. 20.

⁵⁹ Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XIV, ou HENRIQUES, s.d.

⁶⁰ Livro de Jazigos Particulares, nº 1 Volume 1, p. 48.

Nascida em 15 de Abril de 1849, na Ajuda⁶¹, em Lisboa, casou em 1867, aos 17 anos, com José da Paz Castro Seabra em regime de separação de bens⁶². Em Abril de 1874, torna-se Condessa da Junqueira, tendo o seu marido ganho título homónimo de Conde⁶³. Notícias sugerem que a sua vida conjugal foi bastante atribulada.



Fig. 1 – Condessa da Junqueira (fotografia de Augusto Bobone)

Do pai herdou não só as propriedades, mas também as suas dívidas⁶⁴. Tudo indica que não expandiu a área da Quinta de Alorna, antes concentrando os seus esforços em fazê-la render o mais e melhor possível.

E não só no domínio da agricultura e da produção de azeite e vinhos, como também na produção de gado bovino que estaria conceituado na utilização lúdica da actividade mais popular destes tempos: a tauromaquia⁶⁵. Aparentemente não tinha no seu cônjuge um companheiro à altura da administração da herança⁶⁶ o que a fez tomar o controlo dos negócios.

Em segundo, incompatibilizou-se com o marido de tal forma que para além de se separem judicialmente, o Conde da Junqueira chegou a tentar interditar a Condessa por prodigalidade, processo que foi anulado por incompetência de juízo pela 1ª Instância da 4ª Vara de Lisboa⁶⁷. Esta “prodigalidade” seria uma realidade, ou, como conta Francisco

⁶¹ Cf. [http://geneall.net/pt/nome/ Emília Angélica Monteiro de Sampaio](http://geneall.net/pt/nome/Emília%20Angélica%20Monteiro%20de%20Sampaio) (consultada a 25-04-2015).

⁶² HENRIQUES, s.d., p.20.

⁶³ PINTO, 1890, Tomo 2, pág. 61

⁶⁴ O processo depositado no Arquivo Histórico do Banco de Portugal é, mais uma vez, a fonte fulcral para o estudo aprofundado deste tema. Muitos são os documentos dirigidos à direcção da instituição, assinados pela Condessa da Junqueira que merecem um estudo sistemático. (menção a uma pequena publicação chamada “O SNR. J. F. J. BICKER E O INFAME E VIL PROCEDIMENTO DA CONDESSA DA JUNQUEIRA EMILIA ANGELICA MONTEIRO SAMPAIO PROPRIETARIA DA QUINTA DE ALORNA EM ALMEIRIM, QUE ESTÁ HYPOTHECADA AO BANCO DE PORTUGAL, PELA QUANTIA DE CEM CONTOS DE REIS” que traz mais alguns dados interessantes acerca da forma como a Quinta estava em dificuldades mesmo depois da morte do Visconde. Apesar de parecer uma publicação vingativa, que denigre o nome dos Viscondes e Condes da Junqueira, pode ajudar em futuras interpretações acerca da vida da família.)

⁶⁵ Cf. *Commercio e Industria*, XI Anno, Número 168, Lisboa, 1904.

⁶⁶ HENRIQUES, s.d. p. 21.

⁶⁷ Recorte do *Jornal de Notícias* de 5 de Maio de 1885, no processo AHBP - Processos de liquidação de créditos Visconde da Junqueira, 2ª caixa.

Henriques, seria a causa principal das desavenças entre o casal, a estranha intimidade entre a condessa e o seu administrador da Quinta de Alorna, o Dr. Júlio César Maldonado⁶⁸?

Seja como for, a figura da Condessa da Junqueira é relembrada com deferência ainda hoje, tanto na Quinta de Alorna, como nos círculos intelectuais mais prolectos de Almeirim. Pelas escassas representações fotográficas que chegaram às nossas mãos da autoria de Augusto Bobone, depreende-se que terá sido uma figura carismática da época, tanto pelo facto de possuir titulação nobiliárquica de relevo, como por ser uma mulher de pulso firme no que concerne aos destinos da propriedade. Curiosamente, numa das nossas deslocações à herdade, foi referido pelo director da sociedade anónima que compõe a Quinta de Alorna, Dr. Pedro Lufinha, que a influência da autoridade de Dona Emília Angélica Monteiro Sampaio era tão respeitada pelas pessoas que a rodeavam, que só resolveram questões familiares nevrálgicas (tais como divórcios) após a sua morte.

A Sociedade Agrícola da Alorna nasceu em 1915, após o falecimento da Condessa da Junqueira, que por não ter descendência, acabou por permitir que a Quinta fosse herdada por seis parentes seus. Três anos mais tarde, em 1918, a propriedade foi adquirida por novos sócios, entre eles o médico dentista e empresário, Dr. Manuel Caroça, que se tornou em pouco tempo no único dono da Quinta, adquirindo as quotas dos restantes sócios. Fernanda Caroça, sua filha, casou com o professor doutor Fausto Lopo de Carvalho, prestigiado médico pneumologista contemporâneo de Egas Moniz, que se encarregou da gestão da Quinta, conseguindo que voltasse à prosperidade dos tempos antigos. O casal teve três filhos que o avô, Manuel Caroça, tornou herdeiros da Quinta da Alorna ainda em vida⁶⁹.

⁶⁸ HENRIQUES, s.d., p. 21.

⁶⁹ Cf: <http://alorna.pt/quem-somos> (consultado a 10-05-2015).

5. As produções industriais do Visconde da Junqueira

Em 1843 Almeida Garrett publica *Viagens na Minha Terra*, Frei Luís de Sousa e *Romanceiro*, e Alexandre Herculano edita as obras *O Bobo* (1ª versão) e *Apontamentos para a História dos Bens da Coroa e Forais*⁷⁰. Joaquim Rodrigues Graça inicia viagem ao interior de África⁷¹.

É também o ano em que o *Illustríssimo Commendador* José Dias Leite Sampaio adquire a Quinta do Vale de *Nabões* e se torna Barão, como já se disse anteriormente, por decreto da Rainha Dona Maria II.

Escolhe-se este ano como ponto de referência para marcar o início de um espaço cronológico, sem, no entanto, nos alhearmos do espectro político-social português destes tempos que matizou, neste contexto, tempos agitados.

De acordo com Oliveira Marques, vivia-se um clima de instabilidade social, com uma guerra civil desgastante entre Setembristas e Cartistas, produzida pela Revolução de Setembro, com episódios marcantes entre 1836 e 1838 e entre 1846 e 1847 (Patuleia). Também igualmente marcantes, 1838 (nova Constituição), 1840, 1842 (Restauração da Carta Constitucional, no Porto), 1844, 1846 (Maria da Fonte), -, 1848 (regresso dos Cabrais) e 1851 (Regeneração) foram anos pautados por conspirações, golpes de Estado e movimentos revolucionários⁷². Foi o “*tempo dos Cabrais*”, do 1º Marquês de Tomar, António Bernardo da Costa Cabral e do nepotismo que rotulou para sempre as acções diplomáticas e políticas do mesmo. Esta política de favorecimento e falta de transparência verificou-se “ainda na esfera económica, sobretudo no que respeitou à participação do Estado em companhias e obras de fomento.”⁷³

O espaço de tempo entre 1843 e a data da morte do Visconde da Junqueira, em 1870, pode ser descrito em breves palavras por um pico de ascensão e subsequente queda. Se os seus empreendimentos apresentam um sucesso vertiginoso até cerca de 1861, entram em queda assustadora até ao fim da sua vida.

Não se pode precisar a relação que poderá existir entre o contexto sócio-político e a falência do Visconde. Podem ter sido vários os motivos, desde as mudanças políticas,

⁷⁰ CAPELO et al, 1994, p. 216.

⁷¹ Ibidem.

⁷² MARQUES, 2002, pp. 597- 618.

⁷³ Ibidem, p. 604.

prejudiciais para quem beneficiou economicamente durante o governo de Costa Cabral, ou os maus negócios referidos no capítulo anterior, ou a inconstância na produção agrícola dos seus terrenos na herdade da Quinta de Alorna, coincidente também com a instabilidade do rio Tejo. Terá sido culpa da fraca protecção governamental no que concerne a assegurar as condições para o escoamento dos produtos nacionais, ou terá sido o próprio mercado interno, cuja estrutura estava em crise e não favorecia o escoamento da produção? Terá o próprio Visconde efectuado más decisões e negócios? Teremos que nos cingir ao que a documentação revela. Pode ter sido o somatório de várias situações e nenhuma em particular.

Ninguém melhor do que o próprio Visconde e respectivos sócios para nos auxiliar na percepção do que se passou nesta fase e quais os bens que as suas fábricas produziam e através de que técnicas e em que quantidade. Nas *Actas das sessões da comissão de inquérito do Inquérito Industrial de 1665*, José Dias Leite Sampaio, William Gruis e Anselmo Ferreira Pinto Basto, apresentam algumas reflexões ao questionário das referidas actas. Aqui mencionam os diversos problemas das fábricas, sobretudo o quão onerosas eram as diferentes matérias-primas necessárias ao fabrico dos produtos que ali se faziam⁷⁴. Este tipo de queixas era uma realidade já antes da fundação da Companhia como se pode verificar no requerimento que apresenta em 1864 ao Conselho Geral das Alfândegas, focando-se nesse momento exclusivamente nos problemas da fábrica de estearina.⁷⁵

Não olvidemos que, pesem estas *Reflexões e Resoluções*, é de recordar que por esta altura estava o Visconde da Junqueira a recompor-se de uma série de agruras com a justiça e de negócios ruinosos, para além de falências.

Os seguintes sub-capítulos não procuram ser exaustivos no que diz respeito a cada uma das produções, mas pretendem explicar em traços largos o que era fabricado nos dois empreendimentos do Visconde da Junqueira. A importância da caracterização destas produções prende-se sobretudo com o entendimento de onde vinham as matérias-primas, que técnicas eram utilizadas e de que forma essas técnicas e métodos de produção tornaram necessária a existência dos edifícios, das máquinas a vapor e caldeiras, bem como da sua força motora e da mão-de-obra que existiram nos empreendimentos do Visconde.

⁷⁴ *Actas das sessões da comissão de inquérito 1865* – Anexo 4.

⁷⁵ *Resoluções do Conselho Geral das Alfândegas, 1865* – Anexo 5.

5.1. A produção de vinho

Falar sobre o vinho é tarefa semelhante à de falar sobre o azeite. É um produto que está presente na história do Homem do Mediterrâneo desde os mais remotos alvares. Os historiadores geralmente concordam que o vinho foi provavelmente descoberto acidentalmente na área do Crescente Fértil, a região entre o Nilo e o Golfo Pérsico durante a época das primeiras civilizações do mundo, entre 4000 e 3000 a.C.⁷⁶.

A inserção do vinho na Península Ibérica foi efectuada pelos fenícios que começaram a frequentar as costas do Sul peninsular a partir do século X a. C., especialmente as próximas a Huelva e Cadiz. “No mundo fenício e em toda a zona do Levante Mediterrânico, o fabrico do vinho é conhecido desde tempos imemoriais, tal como o confirmam os dados obtidos em diversos povoados na Jordânia e na Palestina, datáveis a partir do Bronze Antigo (2900-2700 a.C.)”⁷⁷.

Em Portugal, o consumo de vinho reporta-se a eras igualmente remotas como é comprovado, a título de exemplo, pela presença de cerâmica de produção helénica em Alcácer do Sal, a *krater*⁷⁸ de sino, de figuras vermelhas, datável do primeiro quartel do século IV a.n.e.⁷⁹.

Por ter um clima efectivamente propício à viticultura, os vinhos portugueses cedo ombrearam nos mercados internacionais com outras nações historicamente sonantes neste campo, tais como a França ou a Itália. Tratados assinados pelas mais altas esferas políticas, como o Tratado de Methuen (1703), que tinha como finalidade assegurar o câmbio *quid pro quo* por têxteis ingleses, garantiam o escoamento do vinho português mesmo que se verificassem cenários de conflito entre os reis de Inglaterra e de França.

O processo de produção do vinho é uma actividade em muito semelhante de sítio para sítio. Todavia, e apesar do encadeamento do processo geral ser sempre o mesmo, conhecimentos passaram de geração em geração, segredos de fabrico foram mantidos,

⁷⁶ Cf. Tradução livre de texto alojado em <http://www.lifeinitaly.com/wines/history.asp> - consultado em 11-07-2015.

⁷⁷ SEUMA, 2013, p. 86 (tradução livre do texto em catalão).

⁷⁸ “Kratér, s.m. (pl. *Krateres*) – Grande vaso com asas, destinado a misturar o vinho e a água.” cf. ARRUDA, 1997, p. 159.

⁷⁹ Acerca deste tema, leia-se o texto *Notícia sobre vasos gregos existentes em Portugal* de Maria Helena Rocha Pereira, alojado em http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas07-08/08_MHRP.pdf - consultado a 11-07-2015.

modos de apuramento foram preservados dentro dos negócios familiares. Mudam os pequenos pormenores, ou, mudando o fruto, modifica-se também o produto final. Os principais tipos de vinho são agrupados tendo em conta a Classe (de mesa, leve, champanhe, licoroso e composto), a Cor (tinto, rosado ou branco), ou quanto ao Teor de Açúcar (seco, meio doce ou suave)⁸⁰. O processo produtivo é composto de 7 fases muito gerais, de características físicas e químicas: colheita (a vindima), transporte, desintegração (por esmagamento mecânico ou força a sangue), fermentação (aeróbica e anaeróbica), decantação, filtragem e engarrafamento/armazenamento. Claro que o consumo posterior (moderado como é óbvio), é a condição *sine qua non* para concluir todo o processo⁸¹.

Como não podia deixar de ser, e porque se situa no “coração” da lezíria ribatejana, os terrenos da Quinta de Alorna possuíam extensos vinhedos, muitos deles mandados plantar pelo próprio Visconde apurando a qualidade das uvas.

Um dos documentos consultados no Arquivo Histórico do Banco de Portugal, que consta do processo relativo ao Visconde da Junqueira e à sua descendente directa, refere que vários edifícios situados junto ao palácio eram utilizados para a produção vinícola. Tal diploma vai ser abordado pormenorizadamente aquando da descrição do complexo industrial que foi a Quinta da Alorna durante a administração Junqueira, no entanto aquele menciona claramente: *Grande grupo d’officinas, (...) constando o do lado do norte d’uma grande adega, uma casa com tres lagares de pedra e suas pias (...). O grupo do lado do sul consta d’outra grande adega, uma casa com tres lagares e suas pias, uma casa com três lagares, tudo de pedra (...). Outro grande grupo d’officinas (...) consta d’uma adega grande com seus lagares (2) de pedra do lado do norte – outra igual ao lado do sul, (...) casa de máquina de destilação (...).*⁸²

Actualmente é informação corrente do domínio público local Almeirinese que o Visconde da Junqueira foi pioneiro na exploração vinícola. O *blog* Desafio de Almeirim, mantido por José Lima Monteiro de Andrade, autor do livro *Espirito de Almeirim*⁸³, refere que “As Vinhas plantadas no campo, foram um sucesso produtivo de grande significado. O

⁸⁰ Esta transcrição contextualizadora não dispensa a consulta do endereço :

<http://www.adegadovinho.com.br/artigo.php?recordID=11&artigo=Principais%20Tipos%20de%20Vinhos> consultado a 21-08-2015.

⁸¹ Veja-se <http://www.vinho.org/tudo-sobre-vinho/processo-de-producao-e-fermentacao/> consultado a 21-08-2015, para uma completa noção da produção vinícola, em Portugal e no mundo.

⁸² Anexo 8.

⁸³ ANDRADE, 2012.

*sucesso das experiências do Visconde da Junqueira, na Alorna, levou todos os grandes proprietários, a seguir o seu exemplo. A casta Fernão Pires passou a ser a heroína da produtividade vinícola nacional.”*⁸⁴. Infelizmente sem referência bibliográfica, esta informação é de certo modo suportada pelo que está descrito no *Archivo Rural*, nº VII, de 1865, numa nota de Silvestre Bernardo Lima que nos diz “... e agora para notar a propaganda que se espera na enxofração dos vinhedos do Ribatejo, á vista do frisante successo obtido este anno, pelos srs. visconde da Junqueira e conde de Sobral, em Almeirim. O sr. visconde nos annos antecedentes, mal podia tirar de suas vinhas, que não enxofrava ou mal enxofrava, uma safra do 60 a 80 pipas de vinho; este anno, que correu geralmente calamitoso para esta especie de colheita, assegura-se que al-cançará mais do quintuplo da producção, e isto altribuido ao bom methodo que seguiu na enxofração, contratando com um hábil enxofrador francez esta operação. Outro tanto acontece ao sr. conde de Sobral e pelo mesmo motivo. È (sic) admirável, é até mesmo maravilhoso, dizem-nos, vêr este anno, vestidas de parras virentes e viçosas, encobrando belos cachos de fructo bem grados, sucosos e limpos de oidium, as vinhas do sr. visconde da Junqueira e do sr. conde de Sobral enxofradas pelo francez”(sic)⁸⁵. O vinho seria, ao que parece, a produção mais marcante da Quinta Vale de Nabaes durante o período da administração Junqueira.

A produção de bagaço e/ou aguardente parece ter sido outra das produções registadas na Quinta. A única informação documental, até ao momento identificada, é a já mencionada apólice de 1869. Nela é claramente mencionada a “*caza de máquina de destilação*”. Arquitectonicamente a destilaria pode ainda ser identificada através das dimensões em altura de uma parcela de um dos núcleos junto ao palácio.

O método produtivo não apresentará grandes mutações de outras realidades já tão conhecidas do domínio público, especialmente no mundo rural. O alambique teria uma caldeira aquecida por fogo de lenha, ligada a uma serpentina de arrefecimento dentro de recipiente com água fria, de forma a formar a condensação do álcool. Em seguida, esta condensação é recolhida num recipiente para consumo posterior.

⁸⁴ Cf. <http://desafiodealmeirim.blogspot.pt/> consultado a 05-07-2015.

⁸⁵ LIMA, 1865, p. 167

5.2 A produção de azeite

Atribui-se aos fenícios a divulgação do azeite no Mediterrâneo Ocidental que o fizeram chegar ao Norte de África e Sul de Espanha, no início do primeiro milénio, e aos Gregos, que o introduziram em Itália⁸⁶. Conhece-se a utilização destes produtos há mais de cinco mil anos na iluminação de edifícios, nomeadamente templos. Nalguns túmulos dos faraós egípcios, entre 1500 e 1400 a.C., estão representados mercados cretenses onde este produto era comercializado. “No reinado do rei Djoser, as mastabas (...) deram lugar a complexos funerários muito mais grandiosos, as pirâmides escalonadas maciças ou pirâmides de degraus. A de Saqqarah, a primeira pirâmide conhecida, datando de 2500 a.C., abriga a pintura da mais antiga prensa que se conhece”⁸⁷. Os Egípcios, seguidos pelos Gregos e depois, os Cartagineses, chegaram, por via marítima, à Península Ibérica onde trocaram produtos de luxo, azeite e vinho, pelos alimentos e matérias-primas de que necessitavam. Estes povos foram igualmente responsáveis pela introdução da oliveira domesticada que os Gregos, sabiamente, cultivavam e que os Romanos rapidamente adoptaram para consumo e actividades quotidianas⁸⁸.

A palavra azeite tem origem no termo árabe “*az-zait*” que significa sumo de azeitona, que conserva o aroma, sabor, vitaminas, antioxidantes e todas as propriedades do fruto de que procede⁸⁹.

Em traços largos, o processo de extracção do azeite percorre o seguinte esquema produtivo: a azeitona é apanhada no campo e transportada para um lagar, onde sofre uma lavagem antes de ser prensada com mós rotativas, ou galgas, feitas em pedra. Em seguida a pasta da azeitona é enseirada (espalhada numa espécie de “tapetes” circulares e furados a meio), e empilhada em prensas (hidráulicas ou manuais, depende da época). Estas prensas vão comprimir a massa e permitir que se separe o líquido (azeite, água e impurezas) do bagaço (impurezas maiores, ramos, folhas, etc) que é descartado.

O líquido, vertido em recipientes chamados tarefas, sujeita-se à separação da água e do azeite, processo chamado decantação. Neste ponto, o azeite podia ficar rançoso por estar demasiado tempo em contacto com as impurezas, algo que nos dias de hoje já não ocorre com tanta frequência devido a esta separação ser feita por centrifugação, como já

⁸⁶ BÖHM, 2013, p. 25.

⁸⁷ GOUVEIA, et al, 2002, p. 20.

⁸⁸ BÖHM, 2013, p. 25.

⁸⁹ Ibidem, p. 25.

foi mencionado atrás em tema que se interliga, neste caso, o fabrico de sabão a partir de azeite.

O processo da produção de azeite obedeceu durante muito tempo do nosso passado recente no território nacional, a práticas inalteradas desde a Romanização. Isto teve consequências na forma como se explorava a oliveira até ao final do século XIX. Em 1862, em artigo acerca do varejo da azeitona no volume V do *Archivo Rural*, José Nunes da Matta⁹⁰ tentou compreender e explicar o equilíbrio entre as práticas ancestrais populares e as mais recentes abordagens técnicas no que diz respeito à apanha da azeitona. O autor constatou que a apanha à mão revelava, de uma colheita para a seguinte, um decréscimo de produção algo que era inverso à prática do varejamento. Percebeu porém que esta prática servia também como forma de “podar” a árvore, que uma vez mais desbastada e aberta, aumentava a sua produção de fruto. Segundo o mesmo autor haveria também um equilíbrio a manter para a plantação de muitas oliveiras num determinado espaço, o que influenciaria directamente a produção de cada unidade.

No mesmo volume, Alvares Pereira⁹¹ lamenta, a título de exemplo, a forma como as oliveiras são mal tratadas na localidade de Azambuja. Também este autor refere o apego a práticas ancestrais que já demonstraram a sua falibilidade em comparação com os “*esforços do distinto lente da universidade, o Sr. Dalla Bella*” em tentar introduzir novas formas de aumentar a qualidade do produto final. Termina o artigo com a seguinte frase: “*É tempo de olharmos seriamente para o fabrico d’este produto agrícola, se não o queremos ver única e exclusivamente empregado para uso das fabricas.*”

V. Raynaud reflecte igualmente no volume 13 do *Archivo Rural*⁹² acerca das aplicações do azeite, referindo quatro: a iluminação, o fabrico de sabão, o consumo das máquinas e o uso à mesa. Realça a qualidade superior dos sabões, a baixa perigosidade da iluminação, aponta como caminho a seguir a aposta nos azeites finos para fins culinários e gastronómicos como um mercado sustentável, e lembra que não existe lubrificante melhor para a maquinaria.

João da Motta Prego, numa conferência realizada em Portalegre em 31 de Março de 1903, deu a conhecer o estado atrasado que se vivia em Portugal na capacidade de

⁹⁰ MATTA, 1862, pp.156-157

⁹¹ PEREIRA, 1862, p. 546.

⁹² RAYNAUD, 1870, pp. 158-161.

extracção do azeite a partir da quantidade exagerada de massa enseirada para a prensagem (cerca de 94 kg por seira). Segundo o mesmo, os oleicultores queixavam-se que as seiras rebentavam frequentemente quando sujeitas ao referido processo. O autor, após viagem a Itália para se colocar a par das mais recentes invenções e técnicas na extracção do azeite, recomendou que se reduzisse a quantidade de massa de azeitona por seira, de forma a obter melhores prensagens e consequentemente, azeite mais fino e de melhor qualidade, entre outros melhoramentos, tais como a diminuição do tamanho das seiras.

Nos dias de hoje, os lagares de azeite mais modernos apenas fazem uma prensagem, mas com muito menos massa de azeitona por seira. Haviam assim, várias prensagens da massa, o que faria com que o processo fosse demorado e mais faseado que actualmente.

Também a decantação já não necessita da espera de 24 horas para obter a separação entre o azeite e o soro, já que no final do processo o líquido espesso que escorre das prensas é centrifugado em maquinaria própria, o que impede também um dos problemas mais comuns com que se debatiam os lagareiros de outrora: o azeite rançoso pelo contacto prolongado com as impurezas da massa.

Pela forma inovadora (cerca de 27 anos antes da publicação desta conferência) como o Visconde da Junqueira planeou e fomentou a organização, plantio e manutenção dos olivais na herdade da Quinta de Alorna, tudo leva a crer que estivesse a par das recomendações dos mais entendidos especialistas nas disciplinas agrícolas. Asseguraria toda a cadeia de produção e subsequentes ramificações. Produzia a matéria-prima, neste caso, o azeite, e controlava os seus derivados. A quinta em Almeirim parece ter sido o único local onde o Visconde produziu azeite, possuindo José Dias Leite Sampaio, nas imediações, outros terrenos produtores de azeitona, de onde poderia originar a matéria-prima. Na verdade, voltando a referir a supramencionada apólice de seguro, a mesma refere a *“casa da machina e fabrico de azeite, ao sul dos edefícios acima em uma distância de 400 metros aproximadamente, devidida em cinco casas sendo por cima um andar dividido em duas casas e que serve de celeiro”*⁹³ pelo que tudo indica que neste edifício se encontrasse a máquina a vapor de origem portuguesa relatada por Sebastião José Ribeiro de Sá no *Relatorio da repartição de manufacturas do Ministério das Obras Públicas de 1857*, com a força de 18 cavalos.

⁹³ AHBP 75 processos de liquidação de créditos Visconde da Junqueira, 1º arquivo – Proposta de concordata de 1858.

Os terrenos e clima da lezíria ribatejana tornam a região propícia ao fabrico de azeite. Tal constatação parece-nos óbvia, no entanto perfeitamente confirmável na obra *Produção do azeite em 1915: existências e disponibilidades para o consumo* onde são referidos, apenas na zona de Almeirim 210 declarantes e um enorme universo de mais de 14000 declarantes para o distrito de Santarém. Certamente que o lagar de azeite da Quinta da Alorna consta deste inventário. Estes números em inícios do século XX apenas demonstram a grande tradição da produção de azeite no Ribatejo com “azeites de baixa e muito baixa acidez, ligeiramente espessos, frutados e com cor amarelo ouro, por vezes ligeiramente esverdeados⁹⁴.”

Segundo Francisco de Paula Bourbon, em 1969 o distrito de Santarém detinha a maior quantidade de lagares particulares (152) e também o maior número de lagares industriais (1088), sendo que o distrito a ocupar a 2ª posição neste *ranking* era o de Castelo Branco (136 e 568, respectivamente)⁹⁵.

5.3. Gado e outras produções

Pelo referido no capítulo anterior, no particular episódio do gado doente na Quinta de Alorna, percebe-se que a administração do Visconde apostasse também na criação, compra e venda de cabeças de gado. Também de acordo com Francisco Henriques “*a pecuária desse tempo traduzia-se em 73 bois de trabalho, 68 éguas e cavalos, 1.839 ovelhas*”⁹⁶, o que obrigaria a manter postos de trabalho tais como ferradores, tratadores, campinos e maiores, para além da contratação de serviços de veterinário. Não esqueçamos que alguns dos referidos animais são fontes de gordura após o seu abate, e, no caso do gado caprino, uma fonte de lanolina. Mas sobre este sub-produto não podemos aferir uma hipótese de aproveitamento do mesmo, seja por falta de suporte documental, seja porque só após o ano de 1880 se verificou um desenvolvimento dos métodos de refinação e registo de patente por parte de Oscar Liebreich (1839 – 1908) e de Otto Braun⁹⁷, mas não podemos excluir o seu aproveitamento para venda ao mercado farmacêutico de então.

⁹⁴ *Azeite de Portugal*, 2000, p. 13.

⁹⁵ BOURBON, 1969, p.11.

⁹⁶ HENRIQUES, s.d., p. 18.

⁹⁷ Esta patente pode ser consultada online: <https://www.google.com/patents/US271192> - consultada a 12-07-2015.

Existem também referências dispersas acerca da produção de seda na Quinta. As *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa* de 1789, Tomo I, referem que o *Excellentissimo Senhor Marquez d'Alorna* tem uma *cultivação* de bicho-da-seda, o que se traduz na manufactura de cetim e seda em Almeirim⁹⁸.

Num artigo de 30 de Novembro de 1843, a *Revista Universal Lisbonense* relata-nos que “Ouvimos, que o Sr. Barão da Junqueira possui, na sua quinta de Valle de Nabaes , em Almeirim , um amoreiral antigo e vasto, em cujo centro se conservam ainda as cazas e officinas de um relevante estabelecimento, que ahi houvera, para a criação do bicho, fiação e fabrico da seda. (...) Ao amoreiral grande do Sr. Barão, á sua fortuna muito maior e á sua grandíssima alma, cheia de illustração , de philantropia e de amor pátrio, está provavelmente reservada a gloria de começar a felicitação d'aquelles descampados ermos transtaganos. Ouvimos que S. Ex. pensa n'isso. (...) Recommendemos o exemplo d'este homem humano a todos os que por sua riqueza , ou por sua eminente posição administrativa ou ecclesiastica, podem directa ou indirectamente pelas obras ou pela palavra contribuir para tamanha prosperidade nacional”⁹⁹.

Desconhece-se que destino foi dado a tão importante amoreiral e respectivas estruturas durante a administração da Junqueira, mas de futuro as únicas referências a *Amoreiras* estarão presentes, apenas, na toponímia da zona.

Possivelmente, o Visconde da Junqueira não pretendeu desviar-se dos seus objectivos principais de produção, fossem quais fossem os motivos. Faltam-nos dados que completem a identificação das causas do abandono de tal manufactura, que, de acordo com informações sobre aquela produção, em Portugal até seria rentável, sobretudo no Norte do país¹⁰⁰.

Constatámos que num relatório de 21 de Dezembro de 1868, lido perante a comissão promotora da sericultura presidida pelo duque de Loulé onde se faz um ponto da situação da actividade por distrito, Santarém não transmitiu qualquer informação¹⁰¹.

⁹⁸ *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa* (1789), Tomo I, p. 185. Também é referido em NEVES, José Accursio (1827) - *Noções históricas, económicas e administrativas sobre a produção, e manufactura das sedas em Portugal e particularmente sobre a Real Fábrica do subúrbio do Rato, e suas anexas*. Lisboa: Impressão Régia, pp. 167, 168 e 172, que as amoreiras brancas necessárias à criação de bicho-da-seda vieram de França.

⁹⁹ *Conhecimentos Úteis – Seda*, 1843-1844, p. 169, artigo 2351.

¹⁰⁰ Para uma melhor compreensão deste assunto, recomenda-se SOUSA, Fernando de (2006), *História da Indústria das Sedas em Trás-Os-Montes*. Bragança: Ed. Afrontamento, Volume I.

¹⁰¹ SILVEIRA, 1869.

Assim, podemos afirmar com alguma segurança que entre 1843 e 1868 o Visconde da Junqueira encerrou a produção de seda nas suas propriedades ribatejanas.

Não sabemos se alguma vez o Visconde produziu tabaco em qualquer dos seus empreendimentos. No entanto, o alvará de aprovação dos estatutos da CUF refere “o fabrico e comércio do tabaco” em 1865¹⁰². Esta licença estará ainda relacionada com a actividade de contratador que o mesmo possuiu durante tantos anos.

Num breve apontamento acerca das produções gramíneas, que cabe mencionar aqui: *“As terras no geral aforadas ou arrendadas produziam trigo, centeio e cevada, algumas milho e feijão – produtos com que eram pagos os foros que oneravam essas terras”*¹⁰³.

Os arrendamentos de alguns dos terrenos que o Visconde possuía eram pagos em alqueires de cereal, como era costume desde tempos recuados. Apesar de não haver indícios de uma produção em larga escala, aceita-se que estas produções tivessem uma presença constante na organização da quinta. Mais tarde, já no período administrativo da sua filha, aparentam ser uma das produções principais que ombreia com a produção de vinho e azeite. No capítulo seguinte veremos o porquê desta afirmação.

5.4. As velas de estearina

Como mencionado, a produção de azeite em Almeirim poderia estar indirectamente ligada ao fabrico das velas de estearina que se verifica mais tarde no complexo industrial das Fontainhas, bem como à produção de sabão. A produção de velas de estearina na fábrica da Quinta da Caldeira encontra-se confirmada desde, pelo menos, 1857, sendo a sua existência confirmada à data de 1859 no alvará régio atribuído ao Visconde para o fabrico de sabões na Quinta da Caldeira (Fontainhas) na condição nº 5¹⁰⁴.

Graças às descobertas e estudos dos químicos franceses de Michel Eugène Chevreul (1786-1889), Gay-Lussac (1778-1850) e de Henri Braconnot (1780-1855), a indústria produtora de estearina floresceu em França desde 1830¹⁰⁵, tendo como fontes de matéria-prima as gorduras animais ou os óleos de palma (*Elais guineensis*), a própria azeitona (*Olea europaea*), a colza (*Brassica napus*), ou o girassol (*Helianthus annuus*) e a soja (*Glycine max*). O processo de fabrico das velas inicia-se por “derreter os pães de ácido esteárico em

¹⁰² ACQ, Alvará régio, 1865 (Anexo 7).

¹⁰³ HENRIQUES, s.d., p. 18.

¹⁰⁴ ACQ, alvará de 1859 (Anexo 3).

¹⁰⁵ FIGUIER, 1873-1876, p. 408.

caldeiras de duplo fundo, aquecidas pelo vapor. Quando a massa está em fusão, junta-se-lhe 10% de ácido sulfúrico, para tornar as velas menos friáveis. Deixa-se esta massa em repouso até se operar um começo de cristalização; lança-se, em seguida, em moldes metálicos, cujo centro é ocupado por uma torcida de algodão embebida em ácido bórico, para aumentar a sua combustibilidade. Logo que os moldes esfriam, tiram-se as velas; aparam-se para lhes dar as mesmas dimensões, pulam-se e marcam-se antes de serem empacotadas”¹⁰⁶.

Em 1831 foi fundada em Paris a primeira fábrica de velas de estearina, com o nome *L'Etoile*¹⁰⁷. A opção por este composto descontinuava a produção de velas de sebo, cujo odor seria insuportável¹⁰⁸.

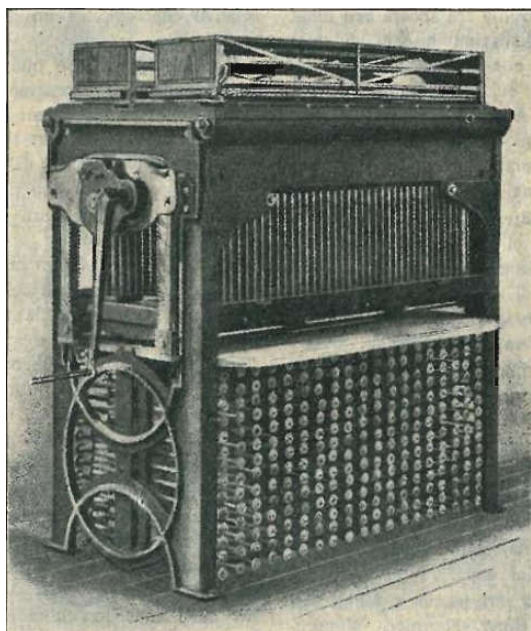


Fig. 2 - Equipamento para produção de velas de estearina (seg. Domande e Risposte, 1923, p: 2)

A evolução das técnicas de produção e pesquisa/experiência com pavios, soluções ácidas, maquinaria operadora/produtora e reacções químicas na indústria luminária deve-se a técnicos, fabricantes e engenheiros tais como Drou, Cahonet, Morane, Rinet, Fournier, Wünschmann, Rost, Cowles ou Süffert¹⁰⁹.

Existiram e ainda existem velas diferentes na sua composição, como exemplos: velas de sebo, de cera de abelha, de parafina e, obviamente, de estearina. A composição das mesmas influencia a velocidade a que a chama as consome, o cheiro que exalam, a luminosidade que fornecem, ou a sua dureza¹¹⁰.

¹⁰⁶ Cf. Enciclopédia Lello Universal, 1980.

¹⁰⁷ AA.VV., 1923, p.2.

¹⁰⁸ Ibidem.

¹⁰⁹ Ibidem.

¹¹⁰ MESCHER, 2008

Também o preço varia consoante o material de que são feitas. Por muitos séculos, as velas eram consideradas dos itens mais caros na Europa. A partir do século XVI, no entanto, os padrões de vida melhoraram e as velas podiam ser encontradas em famílias comuns.

Eram normalmente vendidas à libra e em pacotes de oito, dez ou doze velas¹¹¹. Utilizadas preferencialmente em ambientes domésticos, as velas tiveram sempre uma contínua utilização em serviços e celebrações religiosas.

O número 161 da revista *O Panorama*, de 30 de Maio de 1840, adverte acerca do potencial venenoso das velas de estearina por conterem arsénico. No número 166, de 4 de julho do mesmo ano, publica-se outra notícia, desta vez alegando mal-entendido, referindo que o aviso anterior era apenas uma advertência às velas contrafeitas. Neste texto, refere-se a existência de uma fábrica de velas de estearina na Rua do Loureiro (em Alfama?). É possivelmente uma das primeiras fábricas, e tudo indica que seja a do Conde de Farrobo, pela data (1840)¹¹².

Não é novidade a produção de velas a par ou próximo da produção de sabão na indústria, tal como é exemplo de uma companhia largamente conhecida nos Estados Unidos e já atrás mencionada, a Procter & Gamble¹¹³.

5.5. O sabão e os sabonetes

A utilização do sabão pode, historicamente, ser apontada desde a Civilização Suméria na Mesopotâmia. Na zona da actual Síria foram descobertos utensílios de barro cujas inscrições revelam que os habitantes ferviam gordura de animais juntamente com cinzas, criando uma substância rudimentar que utilizavam na lavagem de tecidos¹¹⁴.

No Antigo Egipto, um dos documentos que aparentemente refere o sabão, é o famoso papiro de Ebers. A este documento foi atribuída a data de cerca de 1500 anos a.n.e. pelo egiptólogo alemão Georg Ebers, que estudou o documento entre 1872 e 1875¹¹⁵.

¹¹¹ Cf. Tradução livre de <http://www.expressivecandles.com/history.php> - consultado a 14-07-2015.

¹¹² BONIFÁCIO, 1991, p. 526.

¹¹³ Cf. http://www.pg.com/en_US/company/heritage.shtml - consultado a 14-07-2015.

¹¹⁴ Informação recolhida no Museu do Sabão em Belver, e conforme KRAMER, 1971, p. 90.

¹¹⁵ BRYAN, 1930, pp. 1-5.

Os Fenícios terão sido o primeiro povo a utilizar uma substância pastosa feita de argila e cinzas para higiene pessoal¹¹⁶. Os romanos e os gregos tinham a prática de se esfregar com areia fina e óleo ou azeite, e removiam a mistura com um instrumento de metal chamado *strigil*¹¹⁷.

Plínio, o Velho (23-79 a.n.e.) escreve na sua *"Naturalis Historia"* do ano de 77, uma passagem acerca do uso de uma substância por parte do povo celta como um unguento para aplicar no cabelo: *"O sabão, também, é muito útil para este fim, uma invenção dos Gauleses para dar uma tonalidade avermelhada ao cabelo. Esta substância é preparada a partir de sebo e cinzas, sendo as melhores cinzas para este propósito as da faia e do carpino. Há dois tipos de sabão: o sabão duro e sabão líquido, ambos muito usados pelas pessoas da Alemanha, os homens, em particular, mais do que as mulheres."*¹¹⁸

Também Galeno (130-200 a.n.e.) terá feito referência a esta substância num texto que lhe é atribuído posteriormente¹¹⁹. Em meados do século IV a palavra *sapo* passou ao uso corrente para mencionar os produtos de limpeza, surgindo as primeiras referências aos *saponarii*, nome atribuído aos fabricantes e vendedores de sabão.¹²⁰

Os árabes foram os primeiros a produzir sabões feitos a partir de óleos vegetais (tais como azeite), óleos aromáticos (tais como o óleo de tomilho) adicionando soda cáustica (ou um composto com características semelhantes). Desde o início do século VII, que o sabão foi produzido em Nablus, Kufa e Basra. Produziram sabão perfumado e colorido, alguns dos sabonetes eram líquidos, outros eram sólidos. Também fizeram sabão especial para barbear¹²¹.

É durante a Idade Média, pelo século X, que Marselha se destaca como a principal cidade produtora de sabão da Europa, rivalizando com Savona e Génova, em Itália, e Alicante¹²², em Espanha. Esta actividade produtora e comercial é transversal aos séculos XV

¹¹⁶ Informação recolhida no Museu do Sabão em Belver.

¹¹⁷ Cf. http://www.britishmuseum.org/explore/highlights/highlight_objects/gr/t/three_bronze_strigils_with_sce.aspx consultado a 21-06-2015.

¹¹⁸ PLÍNIO, o velho – *Naturalis Historia*, Liber XXVIII, cap. 51, cf. <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.02.0137%3Abook%3D28%3Achapter%3D51> consultado a 27-07-2015.

¹¹⁹ Para um desenvolvimento deste tema, recomenda-se a consulta de BECKMANN, John (1817). *A History of Inventions and Discoveries*, vol III. London: S. Hamilton, Weybridge, Surrey; pp. 224-253.

¹²⁰ Informação obtida através do Museu do Sabão, em Belver.

¹²¹ Cf. <http://www.soaphistory.net/soap-history/history-of-soap/> consultado a 21-06-2015.

¹²² Para uma pesquisa mais aprofundada acerca das disputas económicas destas cidades, recomenda-se a consulta de FIGUIER, Louis (1867-1875), *Les Merveilles de la Science ou description populaire des inventions modernes*. Paris : Furne Jouvett; pp. 399-410.

e XVI, sendo alvo de monopólio por parte dos grandes senhores e proprietários da terra. O primeiro fabricante de sabão de Marselha chamava-se Crescas Davin (1371), um judeu de Marselha, que foi sucedido pelo seu filho, Salomon Davin¹²³.

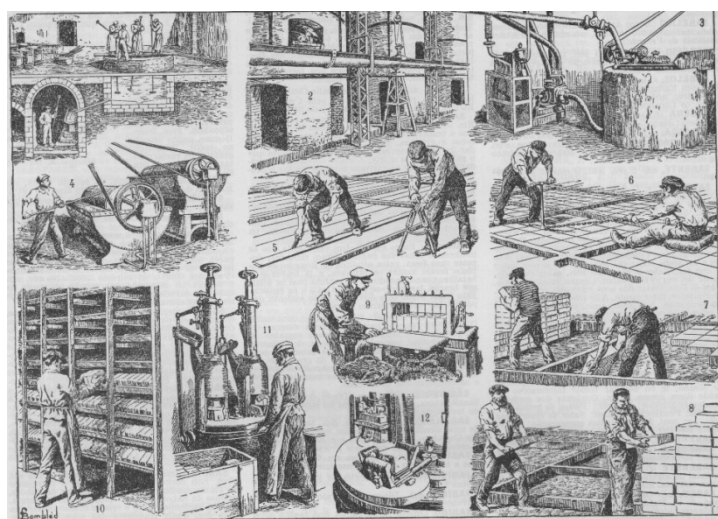


Fig. 3 – Fabrico do sabão (seg. *Enciclopédia Lello*, p. 803)

Para os séculos XVIII e XIX, sobressai a inovação nos métodos de produção e fabrico, bem como uma série de melhoramentos na disciplina da Química referentes à composição do produto. Em 1791, Nicolas Leblanc (1742-1806) registou a patente de um método de extracção do carbonato de sódio a partir do cloreto de sódio, o sal comum que usamos nas nossas cozinhas. Esta invenção revolucionou a metodologia produtiva saboeira na França e só em 1863 encontra uma nova alteração produtiva com o processo Solvay. Ernest Solvay (1838-1922) criou o processo homónimo de obtenção de carbonato de sódio sem utilizar ácido sulfúrico o que melhorava as condições de salubridade dos complexos produtivos. Até aos dias de hoje este processo se mantém.

Charles Ruck refere no seu manual sobre sabões e sabonetes: *“No fabrico dos sabões o azeite representa um papel preponderante, devendo usar-se de preferência o da segunda pressão, por ser mais abundante em estearina, mais barato e render mais.”*¹²⁴.

Alguns nomes sobressaem no século XIX no mundo da indústria saboeira, como são os casos de William *Colgate* (1783-1857) em Nova York, ou B. J. Johnson no ano de 1864 em Milwaukee, que mais tarde será a *Palmolive*, de William H. Lever com o seu irmão em

¹²³ Cf. <http://www.savon-de-marseille.ca/histoire1.html#VZgIF IVhBc> consultado a 04-07-2015.

¹²⁴ RUCK, 1927, p. 7.

1874, ou as empresas Procter & Gamble em 1878, ou a Roger & Gallet em 1879, marcas registadas que perduraram na história da indústria até aos nossos dias¹²⁵.

No caso de Portugal, e dado que, como já foi referido, tanto os Romanos como os povos árabes já conheciam o fabrico do sabão, é expectável que essa noção tivesse chegado a estas paragens. Porém, é de difícil identificação a existência de vestígios de manufactura de sabão nos registos arqueológicos para estes períodos.

Refere Oliveira Marques que “não é por acaso que, desde pelo menos finais do século XVI, abundam os documentos sobre saboarias e sua concessão à alta nobreza. Ao almirante Lançarote da França doou D. Fernando, em 1376, as saboarias pretas de Tavira, Castro Marim, Alcoutim e Aldeia de Martim Longo, no Algarve, doação essa que D. João I veio a confirmar nove anos depois. Mais tarde, foi o infante D. Henrique, outro monopolista de saboarias, que recebeu em Santarém, junto ao rio Tejo, por carta de 1424, com generalização posterior a todo o país e confirmação em 1433, 1437, 1449 e 1455. Sucedeu-lhe no monopólio o infante D. Fernando. Também nas ilhas recém-descobertas se dava início ao fabrico de sabão em idênticas condições monopolistas. No protesto dos povos contra o monopólio, registado em 1472, alegou-se que representava grande agravo não poder cada um fazer sabão do seu azeite, nem sequer para despesa de sua casa. Em quase todos os casos se menciona sabão branco e sabão preto”¹²⁶. O monopólio régio do sabão durou quase cinco séculos variando entre a reserva total dos benefícios para o rei (D. Manuel e D. José), ou a partilha dos privilégios entre a coroa e nobres¹²⁷. Em determinadas alturas da história, observou-se um aumento da clandestinidade do fabrico do produto como na cidade de Coimbra em 1490, havendo a necessidade de impor multas na ordem dos dois mil reais¹²⁸, multas estas que foram sendo agravadas ao longo do tempo: em 1577 chegavam aos 15 cruzados¹²⁹, em 1584, aos 20 cruzados¹³⁰.

Em 16 de Junho de 1830 foi emitido “*um decreto da Terceira*”¹³¹ *que declara livre o fabrico, venda e importação do sabão*”¹³², confirmado pelo Duque de Bragança, pelo

¹²⁵ Informação obtida através do Museu do Sabão em Belver.

¹²⁶ MARQUES, 1987, p. 53.

¹²⁷ Informação obtida através do Museu do Sabão em Belver.

¹²⁸ LOUREIRO, 1956, p. 7.

¹²⁹ Cerca de 6000 reais, nesse tempo.

¹³⁰ Para uma melhor compreensão e elaboração deste assunto, LOUREIRO, 1956.

¹³¹ Governo provisório liberal constituído em Angra do Heroísmo.

¹³² CARMO, 1843, pp. 282 - 283.

Decreto de 11 de Abril de 1832¹³³. Devido ao clima de instabilidade política e social, este decreto terá sido suspenso tendo em vista a colecta da receita que fornecia a tributação das saboarias: do contrato do tabaco e dos sabões provinha cerca de um quinto das rendas públicas, o que era determinante¹³⁴.

Só em Março 1857 é que o monopólio do sabão seria abolido¹³⁵. E é também neste ano que José Dias Leite Sampaio funda a sua fábrica de produção de velas de estearina na Quinta da Caldeira, nas Fontainhas¹³⁶. A dos sabões surgiria dois anos depois.

A forma como o sabão é produzido (em traços gerais, porque mudando a natureza da gordura utilizada, muda o produto final¹³⁷), é descrita de forma exímia por Louis Figuier na segunda metade do século XIX: “ *O fabrico dos sabões, em geral, é composto de uma série de operações, que podem ser divididas em três etapas: 1ª A preparação de uma espécie de emulsão, ou empastagem, que constitui o começo da saponificação. [Onde se colocam num recipiente, a gordura e a soda cáustica.] 2ª A libertação da pasta já meio emulsionada. Esta operação tem como finalidade separar do excesso de lixívia aquosa a emulsão formada pela empastagem. A separação é determinada pela adição à massa pastosa de uma certa quantidade de sal do mar, que provoca imediatamente a precipitação da emulsão saponificada em massa sólida. [Adicionando-se cloreto de sódio à emulsão, cria-se a separação do sabão, para um nível superior, sobre a glicerina e as impurezas, num nível inferior.] 3ª A saponificação ou decocção propriamente dita, que ocorre sob o efeito do calor prolongado, e que completa a combinação completa e perfeita da gordura com o alcali.* Após esta decocção ainda existem algumas operações que o autor descreve, tais como o marmorear do sabão que será a adição de corantes e aromas, a secagem e o corte das barras em unidades mais pequenas para embalagem e posterior armazenamento.”¹³⁸

Existem diferenças fundamentais no que concerne ao sabão e ao sabonete. O sabão é uma mistura de sais ácidos gordos e de bases geralmente alcalinas empregada para lavar e desengordurar¹³⁹. O sabonete é produzido essencialmente da mesma maneira e serve para

¹³³ *Ibidem*.

¹³⁴ SERRÃO, 2002, p. 115.

¹³⁵ MÓNICA, 1992, p. 465.

¹³⁶ ACQ, alvará de 1859.

¹³⁷ Segundo RUCK, 1927, qualquer gordura faz sabão. O que muda, no final, é a qualidade, a rigidez, o aroma ou outros atributos do produto. Pode fazer-se sabão a partir da saponificação de azeite, de sebo, de lanolina, de óleo de côco, de palmiste, de manteiga, de resina, de glicerina, etc...

¹³⁸ Veja-se a obra de FIGUIER, 1873-1876.

¹³⁹ Dicionário da Língua Portuguesa, Porto Editora.

o mesmo efeito, com a diferença que este último tem por norma uma alcalinidade neutra, e requer outros ingredientes adicionais tais como glicerina, corantes e aromas naturais¹⁴⁰. No nosso dia-a-dia sabemos bem a diferença sem necessidade de grandes explicações. O sabão aplica-se, por exemplo, na lavagem de peças de roupa, o sabonete é o indicado, entre outros usos, para a pele humana.

“O sabão não se dissolve em todas as águas, decompondo-se em algumas delas pelos sais que contêm; as do mar, por exemplo têm apenas a propriedade de o separarem das lixívias fracas que se hajam empregado no seu empaste”¹⁴¹.

O azeite produzido na Quinta de Alorna poderia ser uma das fontes de gordura para a produção de sabões por parte dos empreendimentos do Visconde, bem como de velas de estearina como adiante se explicará mais adiante, por estarem quimicamente relacionados.

5.6. Óleos industriais

A *Enciclopédia Lello Universal* explicava-nos na sua edição de 1980, que “Designam-se sob o nome genérico de óleos, todas as matérias gordas, cujo ponto de fusão é baixo e que são líquidas à temperatura ordinária (...) Extraem-se os óleos por pressão e por esgotamento. No primeiro caso, fraccionam-se as substâncias a tratar, depois trituram-se, e, enfim, submetem-se (a quente na maior parte das vezes) à acção de prensas poderosas; o resíduo chama-se bagaço. Por esgotamento, faz-se intervir um dissolvente (sulfureto de carbónio ou qualquer outro), e submete-se tudo ao calor; os produtos obtidos são a seguir purificados.”¹⁴² Muito se poderia explicar acerca do interessante universo dos óleos e das aplicações dos mesmos na preparação de tintas, de ceras, de vernizes, na medicina, na perfumaria, nos cosméticos, na iluminação e nos combustíveis, na culinária, nos curtumes, em cerimónias e preceitos religiosos, nas indústrias conserveiras, nas máquinas dessas indústrias ou de quaisquer máquinas de outras indústrias, no entanto é um tema cujo desenvolvimento extravasa os limites óbvios deste estudo.

¹⁴⁰ Informação obtida através do Museu do Sabão, em Belver.

¹⁴¹ RUCK, 1927, p. 4.

¹⁴² Cf. AA.VV (1980) *Enciclopédia Universal Lello & Irmão*, Porto.

5.6.1. O óleo de purgueira: da planta ao combustível

“A purgueira é uma espécie resistente à seca, que é amplamente cultivada nos trópicos como uma cerca viva¹⁴³. Muitas partes da planta são utilizadas na medicina tradicional. As sementes, no entanto, são tóxicas para os seres humanos e muitos animais. Quantidades consideráveis de sementes de purgueira foram produzidas em Cabo Verde durante a primeira metade deste século, e isto constituiu um contributo importante para a economia do país. As sementes foram exportados para Lisboa e Marselha para a extração de óleo e produção de sabão”¹⁴⁴.

Tal como tivemos a oportunidade de as observar *in loco* na ilha de Santiago do arquipélago supracitado, é um arbusto largo, ou uma pequena árvore com pouco mais de metro e meio de altura, com um perímetro de cerca de quatro a cinco metros (Fig. 4 - Anexo 12). No entanto, podem atingir entre cinco a seis metros de altura¹⁴⁵. Na paisagem desolada e vulcânica da zona do Salineiro, a Norte/Noroeste da Cidade Velha, podem estes arbustos ser observados de forma dispersa, quase triunfantes na aridez do terreno. Na verdade, é uma espécie que necessita de pouca água para singrar.

Pertence à família das *Euphorbiaceae*, que contém aproximadamente 170 espécies conhecidas até à data ¹⁴⁶.

Segundo Joachim Heller: “Numeroso nomes vernaculares existem para a purgueira: physic nut, purging nut (Inglês); pourghère, **pignon d’Inde**¹⁴⁷ (França); purgeernoot (Países Baixos); Purgiernuß, Brechnuß (Alemanha); purgueira (Portugal); fagiola d’India (Itália); dand barrî, habel meluk (Arábia); kanananaeranda, parvataranda (Sânscrito, Índia); bagbherenda, jangliarandi, safedarand (Hindi, Índia); kadam (Nepal); yu-lu-tzu (China); sabudam (Tailândia); túbang-bákod (Filipinas); jarak budeg (Indonésia); bagani (Costa do Marfim); kpoti (Togo); tabanani (Senegal); mupuluka (Angola); butuje (Nigéria); makaen

¹⁴³ “Mais tarde a sua propagação terá sido ajudada pelo homem para ser aproveitada para sébes, ao observar-se que o gado a não comia.” FREITAS, 1906, p. 27.

¹⁴⁴ HELLER, 1996, p. 10.

¹⁴⁵ JANICK, 2008, pp. 371-372.

¹⁴⁶ HELLER, 1996, p. 7.

¹⁴⁷ O pinhão da Índia é a designação utilizada para a semente oleaginosa com expressa proibição de utilização, descrita no alvará da fábrica de óleos do Visconde da Junqueira de 1861.

(Tanzânia); piñoncillo (México); coquillo, tempate (Costa Rica); tártago (Porto Rico); mundubi-assu (Brasil); piñol (Peru) and pinón (Guatemala)¹⁴⁸”.

A sua origem é incerta. Alguns autores identificam o Brasil como o local de onde provém, enquanto que outros defendem que é uma espécie originária da América Central¹⁴⁹.

Também surge actualmente na Guiné, em certas zonas de El Salvador, no Mali, no Burkina Faso, na Nigéria, em Madagáscar e no México, para além dos países já referidos. Tal é o seu reconhecimento nas economias, que existem organizações empresariais que apontam a produção em larga escala desta espécie como uma alternativa sustentável no campo dos biocombustíveis, principalmente porque a mesma se desenvolve em solos que possuem escassos recursos hídricos. O termo "curcas" foi utilizado pela primeira vez pelo médico português Garcia de Orta (1501-1568), no século XVI, num trabalho sobre plantas medicinais Indianas intitulado *Colóquio dos simples e drogas e coisas medicinais da Índia* (1563). Mas (também) a origem da palavra é incerta¹⁵⁰.

Nas tradições locais, e mais uma vez apresentando o caso da ilha de Santiago, o óleo extraído da semente tem aplicações curiosas: ainda hoje é utilizado para fazer sabonetes em contexto familiar, ou em pequenas produções tendo em vista o comércio local ou para vender a turistas. Segundo testemunhos locais, existe uma prática de utilização do óleo de *pulguera* (tal como é dito no crioulo local) durante os partos complicados: esfrega-se este óleo na barriga das parturientes na esperança que o parto corra melhor, numa lógica simples, visto que o produto, se ingerido em pequenas quantidades liberta o corpo humano de obstipação intestinal, também assim a criança nascerá mais depressa.

Na França, já no início do século XX, o óleo de purgueira era conhecido e utilizado como ingrediente dos famosos sabonetes de Marselha¹⁵¹.

Em Portugal, durante a primeira metade do século XIX, a importação da semente da purgueira é bem conhecida na capital. Estabelecida no Baluarte de Alcântara, a fábrica da Viúva Burnay & Filhos dedicava-se à extracção do óleo das sementes desde 1842, e dava

¹⁴⁸ *Ibidem*, p. 9.

¹⁴⁹ *Idem*, p. 13.

¹⁵⁰ Cf. ORWA. C., 2009 - Agroforestry Database: a tree reference and selection guide. version 4.0, (<http://www.worldagroforestry.org/af/treedb/> - consultado em 25-05-2015).

¹⁵¹ HELLER, 1996, p. 10, p. 34.

emprego a cerca de 40/50 pessoas diariamente¹⁵². Também Mário Cortesão, na sua obra *Culturas Tropicais – Plantas oleaginosas*, refere que “João Batista Burnay montou a primeira fábrica de «azeites de purga» em Santa Apolónia, nos terrenos onde hoje existe a estação do caminho-de-ferro, tendo sido mais tarde mudada para Alcântara”¹⁵³. Sobre isto, também Miguel Ferreira de Faria refere na sua obra biográfica sobre Alfredo da Silva, que esta fábrica se situaria num antigo forte no bairro de Santa Apolónia¹⁵⁴. Mais tarde, já estabelecida em Alcântara, *para o exercício d’esta industria teve a Viuva Burnay & Filhos (...) um privilegio por dezenove anos (sic)*¹⁵⁵, mas é quase certo que Santiago Barjona de Freitas tenha cometido um lapso na atribuição do período do privilégio. De acordo com a Revista Universal Lisbonense¹⁵⁶, num artigo intitulado “Resenha methodica das patentes de privilégio, concedidas desde 1840”, em 1842 foram atribuídos 15 anos a Francisco Guilherme Burnay para ter a exclusividade da utilização de “*machina para extrahir azeite da planta denominada purgueira*” (sic).

Este óleo era utilizado como alternativa ao óleo de cachalote ou ao azeite de peixe na iluminação pública, e ganhou preponderância em alguns locais pontuais do país na década de cinquenta do século XIX quando o azeite passou a ter um preço elevado devido à sua escassez: “O azeite de peixe e o óleo de purgueira apesar de serem mais baratos que o azeite de oliveira, tinham um poder iluminante menor e um cheiro mais intenso que o último. Além disso este último tinha um uso na alimentação que os outros não tinham. A questão do preço parece ter sido decisiva”.¹⁵⁷

A produção deste óleo nos empreendimentos industriais de José Dias Leite Sampaio é referida por Guilherme Tiago do Couto em 1859¹⁵⁸, precisamente em Almeirim. Na verdade não sabemos se aquele autor alguma vez viu óleo de purgueira a ser produzido na Quinta da Alorna, no entanto, a sua referência a “*oficinas para fabrico de azeite de purgueira*”,

¹⁵² Revista Universal Lisbonense, 1851, Tomo III, 2ª série, p. 289 (a discrepância desta data já foi verificada anteriormente).

¹⁵³ CORTESÃO, 1956, p. 164, citando FREITAS, 1906.

¹⁵⁴ FARIA, 2004, p. 93.

¹⁵⁵ FREITAS, 1906, p. 29.

¹⁵⁶ Op.Cit. Tomo VI, 1847, p. 520.

¹⁵⁷ CORDEIRO, 2006, p 60. Para uma melhor compreensão da dinâmica de utilização do óleo de purgueira na iluminação pública, recomenda-se a consulta da dissertação de mestrado em Ciências Sociais de CORDEIRO, Bruno Cordovil da Silva (2006), *A iluminação pública em Lisboa e a problemática da história das técnicas*. Universidade de Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

¹⁵⁸ COUTO, 1859, p. 40.

sempre suscitou dúvidas. Sempre nos pareceu complicada a extracção deste produto em Almeirim visto que estaria condicionada ao transporte da matéria-prima pelo rio Tejo, pelo menos até à vila de Valada¹⁵⁹ tornando um produto já de si oneroso, segundo vários relatos e queixas do próprio Visconde, ainda mais caro. É certo que nesta data (1859) o privilégio de extracção do óleo de purgueira concedido à firma Viúva Burnay & Filhos já tinha terminado em 1857¹⁶⁰, mas qual seria a vantagem da produção de óleo de purgueira naquele local? A resposta a este enigma parece surgir na Concordata dos credores da dívida de José Dias Leite Sampaio (1858) quando se enumeram as suas propriedades industriais da seguinte forma: *“O Visconde da Junqueira tendo edificado três fábricas, huma para fabricar velas d’stearina, de sêbo, e cêra em grume, outra para sabão, e a terceira para fabricar e clarificar toda a qualidade d’óleos, estando a primeira já em laboração, as seguidas quasi em completo acabamento, e a terceira com todo o maquinismo e edifício quazi completo, tendo esta última o maquinismo em Almeirim”*.¹⁶¹ Ainda que a fábrica de purificação de óleos fosse claramente em Lisboa guardava-se na Quinta da Alorna o equipamento que haveria de ser enviado Tejo abaixo para a equipar, algo que só acontece em 1861. Estaria o Visconde já a fazer uso deste equipamento e a experimentar a extracção de diferentes ou foi o autor da *Notícia de Almeirim* mal informado?

De notar, que a Companhia União Fabril só recebe autorização para a produção deste óleo em 1865 aquando da aprovação dos seus estatutos através de alvará régio¹⁶².

A quinta produzia vinho e azeite em considerável quantidade nesta altura¹⁶³, o que manteria a mão-de-obra ocupada com outros afazeres para além da extracção de óleos referida pelo médico facultativo¹⁶⁴. Em 1869, uma apólice de seguro da Companhia Fidelidade que está depositada actualmente no Arquivo Histórico do Banco de Portugal, refere que *“A casa da machina e fabrico de azeite, ao sul dos edefícios acima em uma distância de 400 metros aproximadamente, devidida em cinco casas sendo por cima um*

¹⁵⁹ Esta realidade será contextualizada no capítulo *Discussão*, observando o relatório de José Júlio Guerra, *Estudos Chorographicos, Physicos e Hydrographicos da Bacia do Rio Tejo...* de 1861.

¹⁶⁰ Também este assunto será abordado mais adiante, no capítulo *Discussão*.

¹⁶¹ AHBP – Concordata Credores 1858

¹⁶² ACQ, alvará de 1865.

¹⁶³ HENRIQUES, s.d., p.18.

¹⁶⁴ *“Facultativo é o médico que exerce legalmente a medicina, tendo para esse exercício carta passada pela Universidade ou Escola Superior. O facultativo veio substituir o médico-de-partido, isto é, o profissional remunerado pelo município, para assistência clínica a pobres, serviço de higiene e profilaxia.”*, CUSTÓDIO, 1991, p. 5.

andar dividido em duas casas e que serve de celeiro no valor de tres contos de reis”(sic)¹⁶⁵. Este documento não refere em altura nenhuma que algum dos edifícios segurados fabricasse óleo de purgueira, considerando que entre a descrição de Guilherme Tiago do Couto e este documento decorreram cerca de dez anos e a Companhia União Fabril já laborava em Lisboa.

A maturação das sementes da purgueira está dependente dos ciclos de pluviosidade tropical, e tendo em conta que nos dias que correm a planta ainda não foi domesticada¹⁶⁶, também no século XIX não haveria uma sazonalidade na importação das mesmas. As sementes de purgueira, dentro do mesmo cacho, têm idades diferentes, conforme o dia de abertura das flores femininas, e dentro da mesma planta, conforme época de florescimento, o que dificulta a colheita¹⁶⁷. O *bagaço* destas sementes (utilizando a mesma terminologia do sub-produto da prensagem da azeitona) não serve para a alimentação animal, sendo no entanto um óptimo fertilizante¹⁶⁸.

Sabemos pelas fontes disponíveis qual era a utilização do óleo da purgueira. O que não está totalmente claro é o fim que o Visconde da Junqueira lhe atribuía. A utilização na iluminação pública é uma hipótese clara já que a inovação do gás não se propagou, como é óbvio, a todas as esquinas do país, depois do seu surgimento em Julho de 1848, no Chiado¹⁶⁹. O azeite era mais caro (3\$100 por almude) do que o óleo de purgueira (2\$500 por almude) em 1844¹⁷⁰, daí que podemos considerar a preferência deste último para a iluminação devido à diferença substancial de preço.

Outro destino possível seria a utilização no fabrico industrial de sabão de 1ª qualidade, o denominado sabão Offenbach, vulgarmente chamado sabão Azul e Branco. O óleo de purgueira é um dos muitos ingredientes deste produto, entre os quais óleo de palma, sebo, óleo de rícino ou óleo de palmiste. Normalmente não se excede as percentagens de 6 a 9% na sua composição¹⁷¹. A sua extracção por prensagem após

¹⁶⁵ Ver transcrição do documento no Anexo 8.

¹⁶⁶ OLIVEIRA, 2010, p. 8.

¹⁶⁷ Ibidem, 2010, p. 7.

¹⁶⁸ HELLER, 1996, p. 23; OLIVEIRA, 2010, p. 6.

¹⁶⁹ CORDEIRO, 2006, p. 6.

¹⁷⁰ Ibidem, p. 60.

¹⁷¹ RUCK, 1927, pp. 13-14.

cozimento prévio¹⁷² não exigiria uma cadeia industrial complexa, nem unidades técnicas especiais.

Para a província de Cabo Verde, Augusto Sant'ago Barjona de Freitas descreve-nos o processo que os autóctones utilizavam no princípio do século passado: *“A technica indígena da extracção, comporta as seguintes operações: o borralhar purga, o pilar purga e finalmente a extracção propriamente dita. A borralhagem da purga consiste n’uma torrefacção parcial (...) e dá-se por terminada quando o tegumento¹⁷³ começa a estalar e as sementes apresentam um aspecto oleoso. Obtida a torrefacção, são as sementes, previamente separadas da terra e da cinza, deitadas no pilão,- almofariz de madeira feito de um tronco de figueira indígena, - e são esmagadas. Ao mesmo tempo ha o cuidado de ter ao lume uma panella com agua, onde são deitadas as sementes depois de esmagadas. Pela fervura solta-se o oleo que sobrenada e é separado por decantação, operação que denominam desnatar¹⁷⁴.”*

Na mesma obra, o autor descreve a forma como se produzia nas indústrias de extracção de óleos, sem especificar o país, mas relata de forma interessante as diferenças e as inovações que se dividem em extracção mecânica e química¹⁷⁵, de tal forma que podemos afirmar que no Portugal dos finais do século XIX, estes dois processos deviam ser bem conhecidos dos industriais portugueses.

Ainda que não se consiga descrever com toda a certeza a cadeia operatória que caracterizaria a extração do óleo de purgueira em Portugal no século XIX, sabemos que nos nossos dias *“Nos países importadores, basicamente Portugal e França, as sementes da purgueira sofrem o mesmo tratamento industrial que as bagas de mamona, isto é, cozimento prévio e esmagamento subsequente em prensas tipo “expeller” para extracção do óleo, que em seguida, é filtrado, centrifugado e clarificado, resultando um produto livre de impurezas¹⁷⁶.”* Entre a descrição de Barjona de Freitas para a realidade indígena e o processo industrial actual, descrito por Ana Alexandra dos Santos Neves, mudaram com certeza as inovações tecnológicas.

¹⁷² NEVES, 2008, p. 33.

¹⁷³ Termo técnico para a casca da semente.

¹⁷⁴ FREITAS, 1906, p. 69.

¹⁷⁵ Seria exaustivo transcrever aqui todo o processo, que pode ser consultado em FREITAS, 1906, pp. 75-80.

¹⁷⁶ NEVES, 2008, p. 33.

Não obstante, de um facto temos a certeza: a planta da purgueira não poderia ser criada nas lezírias almeirinenses. Jamais o rio Tejo, com as suas *cheias*, o permitiria.

5.6.2. Outras plantas produtoras de óleos

No ano de 1854, tal como já foi mencionado no capítulo anterior, José Dias Leite Sampaio registou várias patentes de invenção no que diz respeito à extracção: azeite de mendobi, azeite de cola, óleo de andirobeira e óleo de patauá. Porquê estas espécies?

A questão pode ter respostas muito simples: e porque não? Se o Visconde não o fizesse, corria o risco de alguém tomar a iniciativa, e no mundo da indústria conta também precaver a continuidade da produção, ou assegurar nichos de mercado. Os breves resumos que se seguem apenas pretendem que não se refira esta questão sem notas explicativas, por mais breves que elas sejam:

Azeite de mendobi - Nada de extraordinário acerca deste produto: é o tão comum amendoim (*Arachis hypogaea*). É um legume, e como tão bem o conhecemos, dispensa apresentações. No século XIX era mais uma alternativa para a extracção de óleo para os mais diversos fins. As suas sementes são ricas em proteínas (cerca de 25%) e sobretudo em lípidos (quase 50%). Os principais ácidos gordos presentes no amendoim são o oleico (23,7 g), o linoleico (15,6 g) e o palmítico (5,2 g)¹⁷⁷.

Azeite de cola – Líquido extraído da semente de cola, vulgarmente chamada noz de cola. Citando a obra *“The Encyclopedia Americana”* de 1918: *Noz de cola, a semente da árvore Cola acuminata com uma altura entre 20 a 30 pés, pertencente à ordem das Sterculiaceae cujo habitat é a região Africana Oeste, compreendendo 500 milhas desde a costa até ao interior, entre a Serra Leoa e a Guiné. A árvore foi levada para as Índias Ocidentais e para o Brasil*¹⁷⁸. *Comporta uma profusão de flores de cor púrpura. (...) Uma análise da mesma mostra que contém quase todos os constituintes do café, do chá e do cacau, para além de outros que estes não possuem.*¹⁷⁹

¹⁷⁷ DUARTE, 2008, p. 30. Para um melhor ponto de partida para o conhecimento desta leguminosa consulte-se DUARTE, Amílcar (2008) - *Amendoim – A «Noz Subterrânea»*. *Cultivo em Aljezur*. Al-Rihana, 4:23-41.

¹⁷⁸ Terá sido por portugueses?

¹⁷⁹ Tradução livre da AA.VV. (1918) *Encyclopedia Americana*. New York, p. 274.

Óleo de andirobeira – Ou de andiroba (*Carapa guianensis*), é o fruto da andirobeira. É uma árvore de uso múltiplo, podendo ser aproveitada para óleo, casca medicinal e madeira. As sementes de andiroba fornecem um dos óleos medicinais mais utilizados na Amazônia¹⁸⁰.

O óleo também tem demanda internacional, sendo exportado para a Europa e Estados Unidos.(...) Uma prova da popularidade da andiroba está na variedade de produtos como sabonetes, cremes, óleos, pomadas e velas¹⁸¹. A madeira desta árvore também é muito procurada para a construção de mastros, falcames¹⁸² e bancos de navios, também em construção civil, carpintaria, marcenaria, mobiliário, e para a confecção de portas e caixotaria¹⁸³.

Óleo de patauá (*Oenocarpus bataua*) – Patauazeiros ocorrem no Peru, Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela¹⁸⁴. Aparentemente este óleo e o azeite comum são muito semelhantes, e é utilizado para fins semelhantes. Durante a Segunda Guerra Mundial, com a escassez de azeite (...), o Brasil exportou mais de 200 toneladas por ano de óleo de patauá¹⁸⁵.

Não é necessário aprofundar as razões que terão levado o Visconde da Junqueira a registrar as patentes de produção e extracção destes óleos. Possivelmente teria que assegurar alternativas à purgueira, ou estes ingredientes entrariam na composição e fabrico de sabões e sabonetes na unidade fabril de Alcântara. Ponto comum a todas estas matérias-primas, com a excepção da noz de cola: são fontes de ácidos gordos. Não são assim elementos estranhos a um negócio de produção como o que temos vindo a contextualizar.

¹⁸⁰ SHANLEY, 2005, p. 41.

¹⁸¹ Ibidem, p. 43.

¹⁸² Falcame — Tábuas sobrepostas ao casco das embarcações, e nele pregadas, e nas cavernas (Amazónia). Cf: <http://www.brasiliana.com.br/obras/ensaio-sobre-as-construcoes-navais-indigenas-do-brasil/pagina/252/texto> consultado a 27-07-2015.

¹⁸³ COSTA e MORAIS, 2013, p. 12.

¹⁸⁴ Cf. http://www.cifor.org/publications/pdf_files/Books/BShanley1001/203_208.pdf consultado a 05-07-2015.

¹⁸⁵ Ibidem. Para uma melhor noção deste produto, recomenda-se a bibliografia contida em http://apps.kew.org/wcsp/namedetail.do?name_id=138049.

6. De Almeirim a Lisboa: Duas realidades industriais no panorama nacional e internacional.

Vincou-se, tanto quanto possível, até aqui, a figura do Visconde da Junqueira no foro privado e na vida empresarial. Encaixou-se nesta abordagem o espectro de produções e as suas matérias-primas de forma contextualizadora. Analisar-se-á de seguida até que ponto é válido fundamentar a existência de uma industrialização (ou tentativa de industrialização) na Quinta de Alorna em Almeirim. Sobre a fábrica de Alcântara, esta tarefa será indubitavelmente oposta, focando-nos na compreensão e estudo possível de um núcleo industrial efectivo e pleno.

Tudo aponta para que as principais produções do Visconde tenham sido, como mencionado no capítulo anterior, diversos óleos, sabões/sabonetes e velas, em Lisboa, e vinho e azeite em Almeirim. Estando assim contextualizados, no leque de produtos, o que os negócios e empreendimentos do Visconde da Junqueira manufacturavam, tentaremos elencar de seguida as realidades para os dois principais locais onde se encontram os vestígios industriais destes mesmos empreendimentos. Cronologicamente é por demais óbvio que se comece por Almeirim e a Quinta de Alorna, dado que é neste local que se verifica o impulso positivo dos negócios do Visconde, e onde se encontram os vestígios arqueológicos que testemunham e confirmam este facto.

6.1. Almeirim

Façamos um balanço acerca dos dados que dispomos sobre a actividade produtiva na Quinta ribatejana dentro da cronologia proposta (1843-1870):

- 1- Produziu vinho.
- 2- Produziu azeite.
- 3- Produziu cereais, gado, possivelmente óleo de purgueira, seda e outros bens agrícolas.

A já mencionada apólice de seguro da Companhia Fidelidade (Anexo 8), datada de 1869, faz uma descrição exaustiva e pormenorizada da Quinta da Alorna (Planta A – Anexo 10) àquela época dividindo-a em dois núcleos que convencionámos em designar por 1 e 2. No núcleo 1 (Planta A1 – Anexo 10) localiza-se o palácio e dois conjuntos de edifícios onde

se reconhecem armazéns, adegas, lagares, destilaria, casa de gado e casas de máquinas. No núcleo 2 (Planta A2 – Anexo 10) distingue-se o grande edifício industrial onde se menciona o lagar de azeite, casas de criados e armazéns. Todos estes edifícios segurados são identificáveis, com maior ou menor facilidade, actualmente na Quinta (Planta A – Anexo 10). Aceita-se que todos os outros que existem presentemente não sejam coetâneos¹⁸⁶, senão figurariam no rol das propriedades descritas nesta apólice. Reforçando este argumento, a actual loja da Quinta que se encontra aberta ao público para venda de produtos, ostenta no seu interior, no fecho de um arco sobre uma porta, a data 1883 (Fig. 5 – Anexo 13). Este estabelecimento comercial, que é acessível a partir da EN 118 e que rasga a propriedade no sentido Sudoeste-Nordeste, faz parte de um conjunto que inclui nas traseiras um lagar de grandes dimensões onde se produziu azeite, segundo o testemunho de funcionários da casa. Sobre este conjunto de imóveis falaremos mais adiante.

Numa das múltiplas visitas à Quinta de Alorna (desta feita no dia 10 de Agosto de 2015), alguns dos trabalhadores da casa, confirmaram as disposições e localizações de alguns dos edifícios, de acordo com a descrição registada na apólice. De outros, nomeadamente o grupo de *"Seis grandes armazéns e cinco cazas que ficam do lado do sul da caza da machina do azeite"*, já não resta qualquer memória, mesmo existindo ainda vestígios, se bem que escassos.

Tendo esta descrição como documento norteador da elaboração que se segue, cabe atribuir ao palácio o ponto de partida. Trata-se de uma casa nobre com funções primordiais de habitação e não se enquadrando no conjunto de edifícios dedicados às mais diferentes funções produtivas e labores, não poderia, todavia, ser ignorado do conjunto, pela importância que encerra na compreensão macroscópica do espaço envolvente.

[1]¹⁸⁷ O palácio da Alorna (Planta A1 – Anexo 10) implanta-se no lado Oeste da Quinta, com a frente virada para o Tejo, e com uma vista ampla e privilegiada deste mesmo rio e de Santarém. Possui actualmente o código 00027265 no Inventário de Património Arquitectónico, da ex-DGEMN/IHRU (actualmente DGPC)¹⁸⁸. O estilo de arquitectura

¹⁸⁶ Entenda-se com esta definição que não foram feitos no período de vida de José Dias Leite Sampaio, mas alguns anos mais tarde, pelo menos a partir desta data.

¹⁸⁷ Os números entre parêntesis rectos correspondem à identificação dos edifícios nas plantas (Anexo 10) e no documento da apólice (Anexo 8).

¹⁸⁸ Cf: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=27265 consultado a 10-08-2015.

residencial setecentista¹⁸⁹ está patente em grande parte do edifício, principalmente pelas suas linhas simples, apesar das adaptações pontuais e remodelações funcionais. A fachada principal possui 27,70 metros de comprimento, com um avançamento central de 10,56 metros que comporta a entrada principal. Esta entrada tem 3,52 metros de altura por 1,42 metros de largura. Entre fenestrações (seis ao nível do chão, outras seis no primeiro andar com uma varanda balaustrada por cima da entrada) mede-se cerca de 2,60 metros entre as mesmas. Distantes as janelas, das extremidades aos silhares de esquina, cerca de 1,10 metros. Estas janelas possuem 2,20 metros de altura por 1,10 metros de largura e estas medidas estão patentes em todas as fenestrações do imóvel. Esta presença constante da medida de 1,10 metros ou de 2,20 metros pode indicar o uso da vara craveira, unidade básica de medida e do seu múltiplo a braça, anteriores à implementação do sistema métrico em Portugal na segunda metade do século XIX¹⁹⁰. Do chão ao remate do beiral do telhado de cinco águas, mediram-se 8,80 metros. Os silhares que emolduram portas e janelas são de calcário branco e medem em média 0,20 metros (ou 1 palmo menor da Quina dos Mestres de Obra) (Figs 6 e 7 – Anexo 13). Por cima da varanda mesial do primeiro piso está contido entre duas volutas de pedra calcária, o brasão da família Almeida, encimado por frontão abaixado (Fig. 8 – Anexo 13).

As fachadas laterais possuiriam quatro janelas ao nível do piso térreo e igual número no piso superior, embora com varandim. O edifício foi alvo de algumas alterações que se notam, por exemplo, na abertura de portas nas fachadas laterais, aproveitando uma das quatro janelas do piso térreo. Estas fachadas laterais possuem 16,72 metros de comprimento (Figs. 9 e 10 – Anexo 13).

A entrada do lado da Estrada Nacional vai dar às traseiras da casa. Esta entrada secundária que terá sido transformada em entrada principal durante a administração da Junqueira, é dominada visualmente pela arcaria do piso térreo, com cinco arcos de volta perfeita peraltados na fachada, suportados por colunas quadrangulares, espaçadas em 1,80 metros entre si (Figs. 11 e 12 – Anexo 13).

Intercaladas nestes arcos por cima, são agradavelmente representadas as quatro estações do ano em estilo clássico, em molduras ovais de fundo negro e decoradas com

¹⁸⁹ Idem.

¹⁹⁰ CUNHA, 1997, p. 83.

motivos florais. Da esquerda para a direita, Inverno, Verão, Primavera e Outono (Fig. 13 – Anexo 13).

As abóbadas no tecto do espaço interior desta arcaria são abóbadas de aresta em ogiva e formam um alpendre interior com uma porta central de 3,95 metros de altura por 1,80 metros de largura, ladeada por dois pares de janelas e duas portas laterais viradas para dentro de 2,62 metros por 1,30 metros. Estas fenestranças interiores estão em sintonia com as medidas das suas pares nas restantes fachadas.

O piso superior é semelhante ao subjacente, com o mesmo número de arcarias suportadas desta feita por pilaretes quadrangulares, com parapeitos em calcário. Todo este conjunto é ladeado por duas fachadas, com quatro janelas, duas no piso térreo, e duas no primeiro andar. As de baixo são ligeiramente mais largas do que o estabelecido, possuindo 2,38 metros de largura.

Esta fachada está decorada com o brasão do Barão da Junqueira no centro do frontão (Fig. 14 – Anexo 13). Não se conseguem vislumbrar os materiais de construção utilizados, visto que nos dias que correm este edifício é utilizado para eventos sociais, e, consequentemente, está cuidado e reparado, não apresentando os sinais de antiguidade que por um lado lhe deveriam ser naturais, e que por outro são tão frequentes nos restantes edifícios. De lamentar que, do ponto de vista do restauro, aqui e ali se tenha recorrido a reparações nos silhares utilizando argamassa de alvenaria com grande percentagem de cimento, o que retira algum do brilho que o edifício ainda erradia.

O jardim tem como centro uma estátua de Flora, no meio de um tanque, com vestígios de calçada constituída por pequenos seixos rolados, de acordo com os materiais e as técnicas usadas na região (Fig. 15 – Anexo 13).

Foi confirmado por funcionários das oficinas da Quinta que dentro do palácio ainda se encontra a ermida referida na apólice do seguro. Infelizmente, apesar das diversas tentativas efectuadas para visitar o interior do palácio, tal nunca nos foi autorizado.

Sobre as oficinas e lagares junto ao palácio (Planta A1 – Anexo 10), descritos na apólice como estando localizados a nascente [2], já pouco resta dos edifícios descritos naquele documento. Dos quatro edifícios que parecem ter existido originalmente, divididos em lado Sul e lado Norte, sobreviveram dois, correspondendo estes apenas ao lado Norte. O comprimento do edifício mais a Norte [2a] é de aproximadamente 40 metros, a sua largura 10 metros e altura de cerca de 4 metros. Medidas mais precisas não foram

possíveis de extrair devido a construções mais recentes a ela adossadas (Fig. 16 – Anexo 13). O edifício seguinte [2b], cuja fachada está orientada para o pátio central, com 48 metros de comprimento e igualmente 10 de largura, possui sete portas, oito janelas e seis óculos com o diâmetro de 0,42 metros (Fig. 17 – Anexo 13). As portas apresentam dimensões médias de 1,88 metros de altura por 0,87 metros de largura, enquanto as janelas possuem 1 metro de altura por 0,79 metros de largura. Todos os lintéis e ombreiras das portas e das janelas deste conjunto são de calcário branco bujardado e medem 0,22 metros de largura, em média. Este edifício tem 4,40 metros de altura e o telhado, de duas águas, é montado com telha mourisca. Ao centro deste conjunto, em semelhança ao que existe do outro lado do pátio, abria-se um arco abatido com 3,45 metros de largo por 2,85 metros de altura e cujo lintel tem 0,38 metros de largura. Actualmente fechado, com portão de madeira, em 1869 servia de acesso a pátio central, hoje em dia coberto, tendo sido transformado em compartimento cujo acesso não foi possível. No extremo Sul deste edifício, ergue-se uma pequena torre que, através da apólice, sabemos ter sido um pombal (Fig. 18 – Anexo 13).

Estas casas, cuja funcionalidade não é descrita na apólice, podem ter tido vários usos, desde casas para trabalhadores agrícolas a arrecadações para guardar alfaías ou abegoarias. Contudo, e apesar de não ter sido possível entrar no seu interior foi possível vislumbrar o espaço interno através de algumas janelas abertas. Neste sentido, o chão, forrado com grandes lajes e com aberturas circulares no solo, bem como uma porta aparelhada em tijolo burro ao fundo de uma das salas sugere que estamos perante um local utilizado no processamento ou armazenamento de vinho. As paredes destes edifícios foram erguidas com tijolo maciço ou burro e argamassa de saibro e cal, caiadas posteriormente sobre o reboco. Alguns silhares do arco do acesso ao pátio interior foram substituídos, algo que se nota através das diferentes pátinas e desgastes da matéria-prima.

O grupo de edifícios do lado poente [3] apresenta melhor estado de conservação, tendo sobrevivido os quatro edifícios descritos na apólice. Do lado Norte [3a], virado para o pátio central, encontra-se edifício muito semelhante ao que descrevemos do lado oposto, com oito portas, oito janelas e seis óculos, embora dois dos quais tenham sido suprimidos. Também as dimensões das portas são em grande parte similares (Fig. 19 – Anexo 13).

Aquelas aberturas apresentam igualmente dimensões médias de 1,88 metros de altura por 0,87 metros de largura, e as janelas apresentam 1 metro de altura por 0,79

metros de largura. Todos os lintéis e ombreiras das portas e das janelas deste conjunto são igualmente de calcário branco bujardado e medem 0,22 metros de largura. Este edifício tem 4,25 metros de altura e o telhado de duas águas montado com telha mourisca. Ao centro deste conjunto, existe um arco abatido com 3,50 metros de largura por 2,60 metros de altura e cujo lintel tem 0,38 metros de largura e 15 metros de comprimento. Atravessando esta passagem, acede-se a pátio cujo pavimento é composto de seixos rolados e que dá acesso aos restantes três edifícios (Fig. 20 – Anexo 13). Do lado Norte [3b] surge um edifício com porta larga, possuindo 2,40 metros de largura e 3,17 metros de altura. Na sua fachada abrem-se duas pequenas fenestrações com 0,77 metros de altura, por 0,88 metros de largo. No topo do edifício, junto ao telhado podem ser observadas quatro rasgos rectangulares permanentemente abertos. Parecem ter sido feitas em fase posterior quando se acrescentou o edifício em altura. As características deste edifício levam-nos a pensar que se trata de uma estrebaria descrita como *casa do gado* na apólice (Fig. 21 – Anexo 13).

Anexo a este edifício, encontra-se o único imóvel com dois andares [3c]. É composto por rés-do-chão onde se abre igual passagem em arco, permitindo a saída do pátio para Sul. As medidas repetem-se com 3,50 metros de largura por 2,60 metros de altura, numa extensão de 11 metros que representam sensivelmente a largura total daquela casa. O rés-do-chão possui uma porta com 1 metro de largura e duas janelas com 1 metro de altura por 0,79 metros de largo. Do lado direito do edifício, junto à estrebaria, abre-se escada de acesso ao primeiro andar, onde se identificam duas janelas e duas portas. O comprimento total deste edifício é de 40 metros (Fig. 22 – Anexo 13).

Junto à escada, através de uma pequena porta, pode aceder-se à casa do poço. Actualmente tapado, comporta o balão de pressão para a extracção de água de um furo. Esta captação de água encontra-se na base de um edifício com 11 metros de altura, possuindo as características que o permitem identificar como a destilaria mencionada na apólice (Figs 23 e 24 – Anexo 13).

Finalmente, o último edifício deste grupo [3d] tem uma largura total 10 metros por 30 metros comprimento e a altura de 4,55 metros. Construções anexas já posteriores não nos permitiram identificar as originais deste edifício, contudo existe ainda uma larga porta com 2,40 metros de largura e 2,60 metros de altura (Fig. 25 – Anexo 13).

Devido às alterações estruturais ocorridas neste conjunto ao longo do século XX, não foi possível verificar a localização da casa onde estaria localizada a caldeira portuguesa. Todavia, como previamente mencionado, foi confirmado por um dos funcionários mais antigos da Quinta de Alorna que naquele conjunto de edifícios esteve uma “caldeira alimentada a lenha”.

Voltando para Sul do jardim central (em direcção à estrada nacional 118), atravessasse um portal de cerca de 3,25 metros de largura, adossado por duas colunas com cerca de 4,40 metros de altura, 1,09 por 1,06 metros de largura. No topo de cada capitel, uma águia imperial ostentando um brasão: a da esquerda o dos Almeida, a da direita o de Portugal.

Do lado direito deste portão existe um estacionamento espaçoso ao lado de um grande lagar moderno, de construção aparentemente recente. Neste estacionamento ainda se encontra uma locomóvel da marca Ransomes, Sims & Head¹⁹¹ com alguma maquinaria auxiliar francesa da marca E. Mabilille Frères (Figs 26, 27 e 28 – Anexo 13) que, dado o contexto de produções da Quinta, serviria para triturar uva.



Fig. 29 – Prensa para uva da marca E. Mabilille Frères (seg. www.delcampe.net)

J.E. Carvalho d’Almeida na sua obra *A Cultura da Oliveira e o Fabrico do Azeite* de 1912, menciona várias vezes esmagadores e prensas de azeitona desta marca, em serviço nos inícios do século XX¹⁹². A unidade técnica motora a vapor inglesa, construída algures entre 1869 e 1880¹⁹³, serviu para variados serviços agrícolas: alguns dos funcionários mais antigos recordam-se ainda da mesma a funcionar¹⁹⁴. Tal como é descrito na apólice, à distância de 400 metros (Planta A2 – Anexo 10) destaca-se do conjunto de edifícios a casa da máquina e fabrico de azeite [4].

É um edifício rectangular com quatro fachadas, possuindo as fachadas Norte e Sul cerca de 13,60 metros, e as fachadas Este e Oeste cerca de 55,30 metros de comprimento ao nível

¹⁹¹ SEQUEIRA, 2015, p. 115

¹⁹² ALMEIDA, 1912, p. 120.

¹⁹³ Cf: [http://www.gracesguide.co.uk/Ransomes, Sims and Head](http://www.gracesguide.co.uk/Ransomes,_Sims_and_Head) consultado a 12-08-2015.

¹⁹⁴ Ver ficha técnica no Anexo 11.

do solo (Planta da fábrica; Alçados da fábrica – Anexo 10). Possui dois pisos, encimado por um telhado de duas águas composto por telhas de aba e canudo que parece, numa primeira análise, um telhado já com muitos anos (Figs 30, 31, 32 e 33 – Anexo 13).

Até à aba do telhado apresenta uma altura média de 9,80 metros mas este valor sofre algumas variações devido ao pavimento exterior incerto, composto de seixos rolados. As fachadas Norte e Sul são encimadas por um óculo, cada uma, junto da empena. O telhado apoia-se numa sequência de asnas compostas e travejamento em madeira, suportadas por cachorros em alvenaria sendo que, apenas os estribos, que se alongam dos pendurais às traves inferiores, são de ferro. A sequência de arcos de descarga entre o telhado e a parede fenestrada formam um falso “clerestório” à volta de toda a divisão, o que indica um possível acréscimo em altura do edifício.

As paredes foram erguidas com lajes cerâmicas em disposição horizontal e argamassa de saibro com cal, e cobertas com massa de cal e areia. Excepto em locais onde se observam pequenas mas abundantes reparações no edifício, as paredes são caiadas e este processo foi repetido ao longo dos anos. Ainda hoje, no Sul de Portugal, se designa por *cafêlo* o revestimento das paredes que resulta da espessura lamelada das várias camadas de pinturas de cal¹⁹⁵.

A cadência dos vãos das fenestranças tipo *guilhotina* transmite regularidade, sobrepondo-se as mais pequenas do andar cimeiro às de maiores dimensões no piso térreo. A fachada Oeste possui 12 janelas no rés-do-chão e duas portas originais de 2,28 metros de altura por 1,18 metros de largura, possui 16 janelas no primeiro andar e a fachada virada a Este possui o mesmo número de fenestranças nos dois níveis, tendo a porta original as mesmas dimensões das anteriores, e as janelas 1,74 metros de altura por 1,20 metros de largura. Estas, em média, estão a uma distância de 1,20 metros do nível do chão.

As cantarias utilizadas nas portas e nas janelas são de calcário, com cerca de 0,20 metros de espessura e em alguns casos, sofreram reparação com recurso a argamassa de cimento e areia.

Na fachada Oeste, na terceira porta a contar do lado esquerdo, existe uma ombreira (a da esquerda) marcada com um “J” invertido e uma coroa de conde, também invertida (Fig. 34 – Anexo 13). Imediatamente oposta, na fachada Este, surge também uma porta

¹⁹⁵ CUNHA, 2006, p.30.

igual. Estas entradas não são coetâneas das restantes. Nota-se que os silhares inferiores das ombreiras se encontram menos desgastados, e pelas dimensões e aproveitamento dos silhares, tudo indica que a abertura destas portas foi efectuada através da anulação de uma fenestração de cada um dos lados.

Ainda de mencionar, na fachada Oeste, a abertura de um portão largo de 3,70 metros de largura que terá anulado duas janelas, visto que não as ultrapassa em altura. Denota-se a utilização de um lintel em betão a suportar esta abertura (Fig. 35 – Anexo 13).

No interior, o edifício está dividido a meio de forma transversal por uma parede de 0,76 metros de espessura, com a mesma técnica construtiva já descrita. Esta divisão apenas ocorre no piso térreo, piso este que tem um pé direito médio de 4,20 metros de altura. A metade Norte terá sido, numa primeira fase, um local de armazenamento de produtos ou de equipamentos, devido à criação de um piso interno suplementar, em madeira de pinho, suportado por 6 pilares em alvenaria a uma altura média de 2,50 metros. Nesta metade ocorreram divisões do espaço em diferentes alturas da vida do edifício. Aqui, está erguida também, além da parede mesial, a parede no topo Norte que encerra três divisões usadas actualmente como pequenas arrecadações de material (Fig. 36 – Anexo 13), uma delas só de acesso exterior, por debaixo da escadaria para o piso superior. Nesta parte do edifício funcionou uma forja, mas não se conseguiu apurar a sua cronologia, nomeadamente quando iniciou e findou a sua actividade.

Os vestígios do lagar de azeite estão presentes de forma visível nestas divisões da metade Norte do espaço. O pavimento hidráulico existente apresenta marcas das prensas e tarefas ou cilindros de decantação (negativos construtivos), e da disposição pontual de maquinaria que precisa de estabilidade ou fixidez. A fotografia deste compartimento, publicada no jornal *Commercio e Industria* de 1904, revela a organização deste lagar onde se podem observar as prensas hidráulicas (em número de quatro de acordo com a notícia) pressionando as seiras, accionadas muito possivelmente pelo motor e respectiva máquina a vapor, atendendo às polias que se observam atrás de cada uma (Fig. 37). São igualmente visíveis as tarefas, assentes em blocos de alvenaria quadrangulares, cujas marcas ainda sobrevivem no chão. Não surgem evidências acerca da localização das galgas onde seria moída a azeitona, mas a referida notícia menciona a presença de duas daquelas mós¹⁹⁶ num tipo de moinho que podemos pensar como sendo exemplar do sistema Veraci, como

¹⁹⁶ MARQUES, 1904

descreve Motta Prego (1903) ou Pierre Gautherot (1912)¹⁹⁷, tecnologia de moagem confirmado por Francisco Souza d'Alte em publicação de 1905¹⁹⁸. A notícia menciona ainda a presença de lavadouros e filtros. Este equipamento poderia estar numa sala ao lado do mesmo edifício.

Este espaço mostra também o que resta de um esgoto para escoamento das lavagens (Fig. 38 – Anexo 13), e os pilares de ferro ainda apresentam os vestígios de furações para suporte de acessórios (Fig. 39 – Anexo 13). Os travejamentos no tecto revelam marcas de suportes, possivelmente para transmissões de força motriz (Fig. 40 – Anexo 13).

Na metade Sul, não existem quaisquer divisões parietais. Esta possui 321,5 m² de área total, denotando-se obras de melhoramentos pontuais, como por exemplo o tecto entre traves totalmente rebocado a argamassa e pintado de branco.

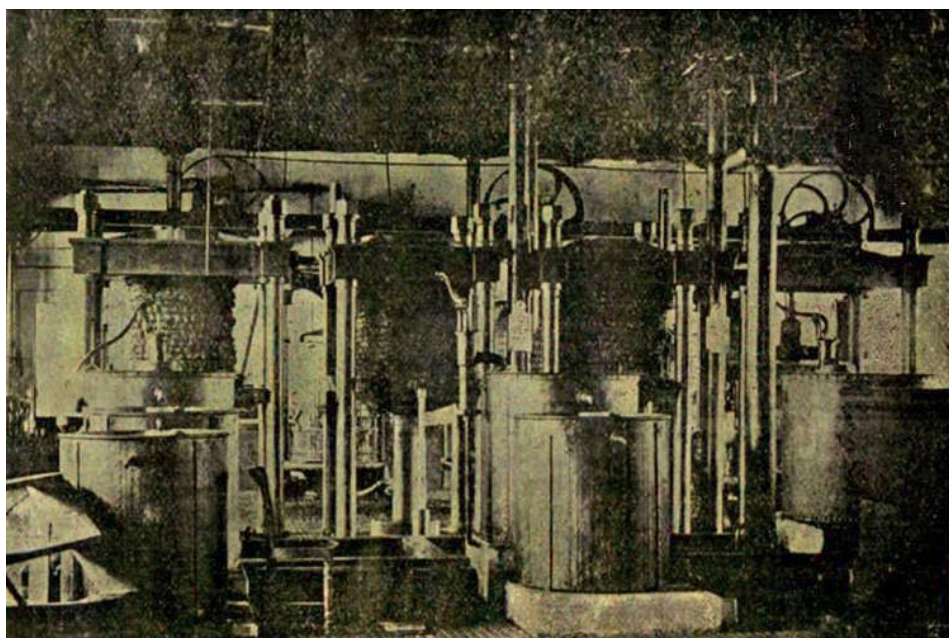


Fig. 37 – Lagar de azeite da Alorna em 1905 (seg. *Commercio e Industria*, XI Anno, Número 168, Lisboa, 1904)

O pavimento, constituído por blocos de granito de cor escura, aparenta ser de cronologia recente (meados do século XX), e junto a uma das portas viradas a Sul, encontra-se um alçapão utilizado actualmente como aquilo que parece ser um “fosso de mecânico”. No entanto, as dimensões e localização desta estrutura negativa demonstram que não foi concebido para este fim. Possui cerca de 1,30 metros de profundidade, sensivelmente 1,80 metros de comprimento por 0,90 metros de largura, o que

¹⁹⁷ “O moinho Veraci compõe-se de duas galgas de pedra com 1 metro de diâmetro e 0,35 metros de rasto” de acordo com GAUTHEROT, 1912, p.20.

¹⁹⁸ ESPARGOSA, 1905, p. 15.

impossibilita a sua utilização para a função supra-mencionada, acrescido ao facto de estar desalinhado da porta mais próxima (que está a 0,50 metros): não é prático em questão de manobras com viaturas. Adjacente à fachada Sul, no exterior, existe ainda vestígios de uma construção em tijolo, que apenas com intervenção arqueológica intrusiva se poderá perceber do que se trata.

Pela utilização dos pilares de ferro fundido (14 no total do edifício), em distribuição longitudinal, consegue-se perceber a intenção do aproveitamento do espaço ao máximo, atendendo à funcionalidade dos edifícios de cariz industrial que exigiam essa rentabilização espacial. Apenas um (o 4º a contar de Norte para Sul) apresenta marca de fabricante na forma de uma inscrição em relevo: “*Fundição / de Fradellos / Porto*”. Esta construtora, estabelecida em 1877 por António Lopes dos Santos, laborou pelo menos até 1920¹⁹⁹. São pilares cuja configuração se integra por comparação na ordem toscana, com base, fuste e capitel simples com apenas uma canelura (Figs. 41 e 42 – Anexo 13).

Em cada um destes pilares assentam os barrotes principais de suporte ao piso superior (Fig. 43 – Anexo 13). Dispostos transversalmente, todos estão divididos a meio, encaixados por assemblagem, e é neste ponto que o pilar está em apoio.

O piso superior é totalmente amplo, havendo divisórias em aglomerado criadas recentemente para facilitar o armazenamento geral. Terá sido esta parte de cima o celeiro que a apólice indica. A escada de acesso a este piso apresenta-se muito danificada, com os madeiramentos dos degraus exaustos e enfraquecidos por agentes xilófagos. Está situada em frente à primeira porta do lado esquerdo da fachada Oeste. Uma balaustrada encima o topo da escadaria, mas não aparenta ser a original, e não oferece segurança no apoio (Figs. 44, 45 e 46 – Anexo 13).

No geral, a arquitectura deste edifício revela uma maior preocupação com o funcionalismo, e uma menor exigência com questões de forma. A decoração, no geral, é praticamente inexistente. Não existem vestígios de transmissões nas paredes interiores do edifício, o que leva a crer que o sistema utilizado poderia ter sido a suspensão das mesmas, apoiadas de outra forma que não a normal nas paredes, talvez nos pilares de ferro que revelam perfurações, e que o lagar de azeite sempre se localizou no mesmo compartimento.

¹⁹⁹ SANTOS, 2000, vol. 2, p. 203.

Já não existem evidências relevantes do conjunto de armazéns a Sul da casa da máquina [5], pelo que nenhuma das pessoas interpeladas na Quinta se lembra dos mesmos. Eram *seis grandes armazéns e cinco cazas* dos quais apenas restam duas paredes e uma fachada a suportar lateralmente um grande armazém de máquinas agrícolas. Estas paredes estão paralelas com a estrada de terra batida, possuem uma altura de cerca de 5,60 metros, e uma fachada a Sul que apenas ficou como suporte das estruturas (Fig. 47 – Anexo 13). Esta fachada possui cerca de 8,90 metros. Multiplicou-se este número por seis (o número de armazéns) e ficámos com um número muito aproximado do comprimento total das traseiras do actual conjunto, cerca de 54 metros. Conclui-se que a disposição destes armazéns seria lado a lado, com orientação Norte-Sul (Fig. 48 – Anexo 13). Sobre as referidas cinco casas, não se conseguiu detectar para já nenhum vestígio relevante.

Num dos barracões desta área, encontram-se encostados a uma das paredes, os elementos de uma moagem de farinha de milho (Fig. 49 – Anexo 13), em franco mau estado de conservação, mas com grande potencial de restauro. Esta moagem, apesar de não ter sido possível identificar a sua marca, pode ter sido adquirida em conjunto com a locomóvel Ransomes, Sims & Head já referida, num pacote que a figura seguinte, retirada de um catálogo, representa²⁰⁰.

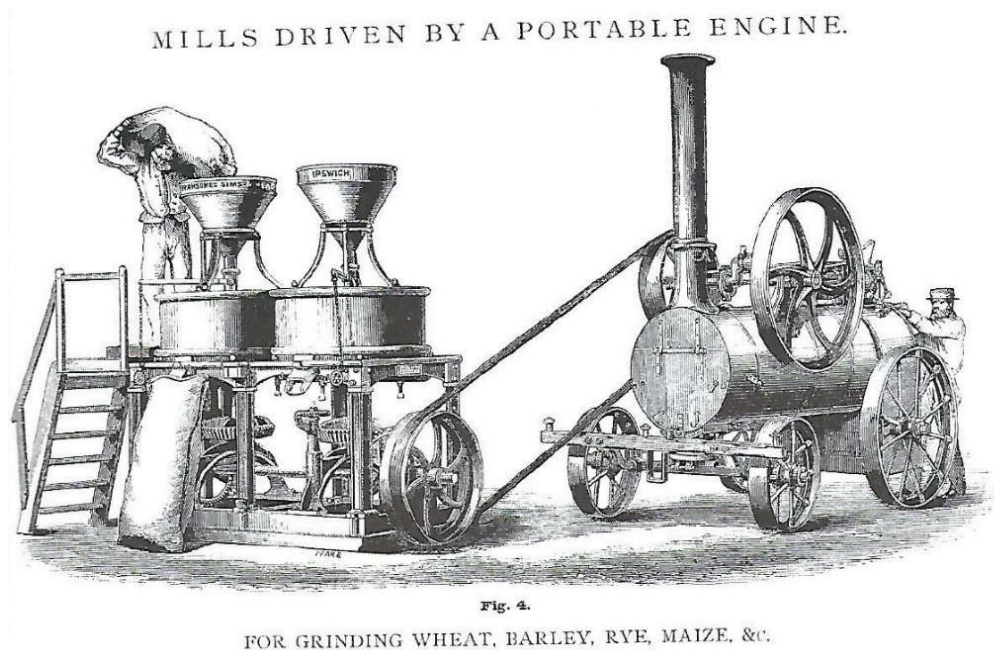


Fig. 50 – Imagem de locomóvel e moagem da Ransomes (1869) - (Seg. Brown, 2008, p. 55).

²⁰⁰ BROWN, 2008, p.55.

A presença das casas, ditas dos criados, na apólice, assim como as demais oficinas e arrecadações do lado Sul [6], merecem uma breve caracterização, ainda que se mostrem já muito alteradas com o passar das gerações. O conjunto possui cerca de 78 metros de lado, por 56 metros formando um rectângulo com um grande pátio central. Actualmente, o interior deste espaço está adaptado para alojar cavalos, em *boxes* individuais. Do lado de fora existem então as casas geminadas dos trabalhadores, algumas desabitadas. A altura média do edifício é de 3,40 metros, possuindo duas entradas para o pátio, uma do lado Noroeste, outra a Sudeste. O comprimento destas passagens é de 12 metros. Do lado Noroeste existem oito portas, quatro de cada lado da entrada com respectivas janelas. No lado oposto repete-se esta cadência, mas já com muitas alterações e adaptações efectuadas pelas famílias que ali moram. As medidas de portas e fenestrações são, grosso modo, semelhantes às dos edifícios anteriormente analisados (Fig. 51 – Anexo 13).

Importa salientar que, apesar de não descritos na apólice, existem alguns edifícios posteriores àquele documento, assim entendidos por não figurarem na mesma, e porque pelo menos um deles possui uma data (**1883**) como já foi mencionado. Alguns destes edifícios são arrecadações, outros estão sem utilização.

Do lado direito da loja, onde não só se encontra a data, mas igualmente, sinais de transmissões nas paredes, está situado edifício adossado onde se identifica uma capela improvisada com sinais interiores de estar em abandono há bastante tempo. Em frente a esta e no mesmo alinhamento, encontra-se outro núcleo de edificadros paralelos à estrada nacional 118 e defronte para a fábrica, são os escritórios e a recepção da Quinta de Alorna (Figs 52 e 53 – Anexo 13). Em muito semelhantes, estes edifícios apresentam 45,16 metros de comprimento por 9,17 metros de largura e uma altura média de 3,50 metros, no primeiro núcleo e medidas semelhantes no segundo. Ainda que construções posteriores já realizadas durante a administração da filha do Visconde da Junqueira, houve uma tentativa clara de manutenção do aspecto geral das construções, não se notando grandes variantes arquitectónicas.

Uma observação generalizada à Quinta da Alorna revela, na verdade, uma arquitectura muito semelhante ao que se realizava nas demais quintas e núcleos habitacionais da região, à excepção do palácio e o edifício onde se localizaria o lagar de azeite. As dimensões deste último edifício, associadas às actividades que sabemos terem

decorrido no seu interior são efectivamente os únicos sinais de produção industrial. Recordemos no entanto o que Ana Arroja menciona sobre as características dos edifícios industriais quando menciona que “não se pode considerar que exista uma linguagem específica e ilustrativa da arquitectura de um edifício industrial. Com a rápida evolução tecnológica, no início do século XIX, a estagnação de um modelo adequado a uma fábrica era impossível. Para que fosse rentável a construção do edifício não podia ser dispendiosa nem demorar a executar pelo que se criaram padrões e modelos que, a par de uma estandardização, davam forma ao edifício.”²⁰¹

Não podemos, de forma alguma, indicar uma data concreta para a construção do edifício onde se localizou o lagar, no entanto, em 1869, segundo a apólice, já ali existiria uma moagem de azeitona. O que pode ser certamente reconhecido são as diversas alterações observáveis no edifício que ocorreram certamente ao longo da existência daquela construção e não apenas num único momento, num verdadeiro exercício de estratigrafia vertical. Estas alterações podem ser notadas, por exemplo: no acrescento superior do edifício, possivelmente levando à substituição do telhado original, facilmente verificável nos lintéis de canto que demonstram um acabamento diferente dos que se encontram mais abaixo; nas janelas que foram anuladas para a abertura não apenas de pequenas portas, onde os silhares debaixo mostram igualmente um acabamento diferente, mas igualmente do grande portão da fachada Sul, já no século XX, utilizando lintel em betão; no interior do compartimento Sul que se encontra pavimentado a paralelos de granito; numa das portas onde se observa o coronel de Conde (a filha do Visconde é tornada Condessa em Abril de 1874); num dos pilares onde se vê a marca da fundição de Fradellos (fundada em 1877), pilares que podem eventualmente ter substituído outros em madeira, ainda que não tenha sido possível a verificação de quaisquer pré-existências.

Todos estes edifícios rodeiam um grande pátio que possui um dos cartões-de-visita da Quinta: um arbusto gigante, *Phytolacca dioica* ou mais conhecido nas Pampas Argentinas como “Ombu”, cujos ramos se quebram com relativa facilidade. Segundo o director da Quinta, a “árvore” terá cerca de 200 anos e não está ali desde o tempo dos

²⁰¹ ARROJA, 2007, p 24.

Marqueses, mas sim desde que a propriedade passou para a posse da família Sampaio²⁰² (Fig. 54 – Anexo 13).

Também neste largo está estacionada uma máquina de alisar estradas (*Wheeled Scraper* que tal como o nome indica, serve para raspar a superfície das vias) (Fig. 55 – Anexo 13) da marca Western Cº de Aurora, Illinois, dos Estados Unidos da América. Possui, além da marca do fabricante, a chapa do revendedor onde se pode ler “Monteiro Gomes, Lda. / Engenheiros / R. do Alecrim. 10-Lisboa”.

Para além dos espaços onde se erguem os edifícios descritos, a Quinta possuía ainda uma quantidade considerável de terrenos sobrecarregados com pagamentos de foros à data da compra pelo Visconde da Junqueira. O mesmo tratou de adquiri-los para não ter que pagar esses aforamentos, para além de ter comprado outros terrenos livres²⁰³.

É natural que o Visconde tivesse programado de forma consciente a compra da herdade. É quase certo que antes de qualquer documento assinado já tivessem havido garantias de que as herdeiras Oyenhausen lhe venderiam o domínio. Um facto que pode sustentar esta hipótese, está registado nos documentos manuscritos do *tabellião* de Almeirim, datado de 31 de Outubro de 1842²⁰⁴. Este documento é uma escritura de compra e venda entre o *Illustríssimo Commendador* José Dias Leite Sampaio e Francisco José Godinho Júnior, testemunhada por ilustres locais, onde o primeiro adquire por 100 mil reis um terreno que tinha 97 oliveiras e que confrontava a sul com um terreno do qual José D. L. Sampaio já era proprietário. Logo por aqui se entende que havia uma natural preparação para uma direcção a tomar e assim existe a noção que o futuro Visconde já apostava em força no seu empreendimento.

Importa elencar algo que por norma não é “contabilizado”, mas que pensamos, com toda a justiça, ser parte indissociável dos empreendimentos do Visconde em Almeirim: os terrenos agrícolas. Impossível é, por ora, apurar com toda a certeza os que possuíam oliveiras, vinha ou cereais, ou mesmo quais os que seriam utilizados como pasto. É no entanto possível entender a relação entre a extensão destas propriedades e a necessidade de infraestruturas de suporte à produção.

²⁰² Note-se que ainda hoje, na Quinta das Águias, Rua da Junqueira, em Lisboa, está logo à entrada um arbusto igual a este.

²⁰³ HENRIQUES, s.d., p.15.

²⁰⁴ ADS. Livro de Notas do Tabellião de Almeirim, maço 144, fl 4 a fl 5v.

Não entrando em pormenores quanto à forma de posse ou arrendamento, à data de 1865, possuía o Visconde as seguintes propriedades que arrolou ao Banco de Portugal²⁰⁵: Casal do Choupo e casal das Amoreiras no campo de Moncão, Casal do Forno do Tijolo, uma courela com 5 astins²⁰⁶ no campo de Moncão, Casal da Caneira no campo de Moncão, Casal do Vale de Tijolos, quatro courelas no porto das Barcas, Casal da Torre dos Cónegos, Cabeceira do Casal da Torre, ou prazo das Praias, Charneca de Almeirim, terreno junto à serra de Almeirim, Casal de São Lourenço ou Carril, Courela do Diabo Negro, Courela dos Dezes, Casal do Chinchorro, duas courelas no campo de Moncão, uma com 5 astins, terreno no Porto das Cortes, outra courela no campo de Moncão, com 16 astins, Casal da Parreira na Ribeira de Muge, Casal da Fonte, Vinha do Arneiro nos subúrbios de Almeirim, Courela na Lagazona e outra no Diabo Negro, Quatro terras na Azeiteira (Azeitada?), Diabo Negro, Godinhas e Deses, Pinhal das Cegonhas, uma courela denominada Godinhas no campo de Moncão, Vinha do Cahim, próxima de Almeirim, um terreno denominado Luisinho, outro terreno no Pinhal das Cegonhas, oito domínios directos nos prazos da Feteira, Pinhal das Cegonhas, Ferrarias, Caniçais, Serrado, Pupo e Ludovice, prazo na Charneca de Almeirim, prazo no Serrado, outro terreno no Luisinho, no prazo de Vale de Nabais, outro terreno no Pinhal das Cegonhas, seis terrenos no prazo de António Gomes, um terreno no prazo de José Xavier da Silva, dois terrenos nas Ferrarias e nos Caniçais, terreno no casal de José Vieira, e um terreno no casal do Lourçal.

Como se pode observar, são realmente muitas propriedades. Podemos ainda cruzar esta informação com a que nos transmite Francisco Henriques²⁰⁷:

“Por escritura de 21 de Fevereiro de 1843 (...) comprou a D. Pedro de Sousa Holstein, Duque de Palmela, pela quantia de 6.600.00 (sic) (...) [as] seguintes propriedades: Adema da Fonte, Adema do Meio, Adema de Fora, Os dezoito, Os Vinte e Cinco. (...) até 1850, adquiriu à Fazenda Nacional para onde haviam sido transferidos, e a outros, os domínios directos dos seguintes prazos de que já possuía o domínio útil: Charneca (1844), Planície, onde existia a subenfiteuse dos Abertugais (1844), Feiteira ou Pantufo, que era uma subenfiteuse, Casal do Forno de Tijolo ou de Vale de Nabais, Casal do Choupo e das

²⁰⁵ AHBP 75 processos de liquidação de créditos Visconde da Junqueira, 1º arquivo, *Relação dos títulos d'aquisição das propriedades d'Almeirim*.

²⁰⁶ Medida agrária linear que equivale a 5,5 metros. Para uma maior profundidade sobre este assunto, veja-se VIANA, 1999, p. 488.

²⁰⁷ HENRIQUES, s.d.

Amoreiras, Corregedor, Courela da Marquesa, Casal de Francisco de Oliveira Leite, formado pelas Cortes Grandes, Diabos Negros, Godinhas e Dez Grandes, Mina (...) (1843).

Adquiriu mais por esse tempo, as vinhas do Josué Sapateiro e uma Courela de terra no campo do Moncão, chamada a Godinha (...) bem como outra terra denominada Manuel da Costa e a Herdade da Parreira (...).”

O documento segue elencando courelas, prazos e foros (Caniçais, Ferrarias, Serrado, prazo das Cegonhas, Ludovice, Lagazona, Cortes, Jacob, Caim, Areeiro, Lourical, Catorze, Dezoito, Vinte e Cinco, Olival dos Pilares, Pinhal dos Pilares, Luizinho e olival do Luizinho, olival da Cascalheira e canto da Cascalheira, terreno onde depois foi a vinha do Maldonado) e o autor termina o rol:

“Estas propriedades eram isentas de qualquer encargo, conjecturando-se que tenham sido compradas à Fazenda Nacional, como depositário dos bens da Coroa²⁰⁸”.

No capítulo das Problemáticas e Discussão, abordaremos a relação inequívoca entre a posse destes terrenos e a necessidade de estruturas e cadeias operatórias no espaço da Quinta de forma a dar vazão às várias produções.

Representará a Quinta da Alorna o que se pode designar por uma “industrialização” em espaço rural a partir de meados do século XIX? Máquinas a vapor e caldeiras foram claramente utilizadas na produção de azeite e bagaço ou aguardente, bem como na debulha e moagem de cereais. A produção do vinho parece não ter recorrido a “mecanização”, pelo menos durante a administração do Visconde, podendo no entanto o ter sido já durante a administração da Condessa, com o equipamento da E. Mabilille Frères. Destaque-se a ausência de referências a máquinas ou caldeiras nos edifícios destinados a esta produção designados normalmente como adegas e lagares, localizados sobretudo no lado nascente do núcleo junto ao palácio (Planta A1 – Anexo 10).

A utilização de máquinas a vapor (fixas ou móveis) e caldeiras nas actividades agrícolas foi uma realidade no espaço rural português desde a primeira metade do século XIX, ainda que esta mecanização não tenha sido nem imediata nem uniforme. Certamente que em diversas partes do nosso país as máquinas auxiliaram a agricultura. No distrito de Santarém, realidade que importa referir no presente estudo, poucas parecem ser as

²⁰⁸ *Ibidem*. Sobre o assunto da propriedade rural por parte das elites sociais e políticas veja-se CUSTÓDIO, 1977 e CRUZ, 2006.

máquinas fixas em laboração no auxílio das actividades produtivas em meados daquele século.

A primeira neste distrito foi introduzida na Quinta da Cardiga em 1842²⁰⁹ com 2 cavalos de potência e fabrico francês, seguindo-se-lhe a Quinta da Alorna em 1851²¹⁰, com 18 cavalos e de fabrico português. A já por demais referida apólice de seguro da Fidelidade revela que em 1869 existem na Quinta dois equipamentos que faziam uso do vapor: a caldeira portuguesa e a máquina do lagar de azeite sem, no entanto, especificar quaisquer características daquelas. Teremos de esperar 27 anos até que novas informações surjam sobre os mecanismos a vapor da Alorna. O processo de inspecção da 3ª Circunscrição Industrial à Quinta contém uma carta assinada pela Condessa da Junqueira, datada de 16 de Maio de 1896, que revela a existência de duas caldeiras a vapor, uma fixa (Processo nº 810) e outra locomóvel (Processo nº 809)²¹¹, como referido no canto superior direito do documento, atestando que *“há bastante tempo estão em descanso e que deseja por novamente em serviço”*. É igualmente mencionado que a Condessa da Junqueira tem intenções de as fazer trabalhar novamente na produção de azeite e na debulha de cereais (não mencionando a produção de vinho). É provável, atendendo aos custos de aquisição de uma máquina fixa nova, que o equipamento em questão ainda se trate da primitiva máquina a vapor referida no *Relatório da Repartição de Manufacturas de 1857*. A 8 de Junho de 1896, o processo 810 menciona uma “caldeira a vapor de origem portuguesa, cilíndrica e horizontal, com uma capacidade de 4,16 m³ e uma superfície de aquecimento de 22,54 m². Em 1904 aquando da notícia do *Jornal Commercio e Industria* é mostrada fotografia do lagar de azeite da Quinta da Alorna com o seu motor²¹², vertical. É possível que aquele motor fosse accionado através do aquecimento da mencionada caldeira horizontal. Por ser a vapor requeria um gerador ou caldeira.

Esta informação sobre a caldeira é rectificada a 17 de Novembro de 1921, já sob a administração da Sociedade Agrícola da Alorna, adicionando a informação de que se trata de uma produção da “*Antiga Casa de Colares*”, mais tarde transformada na Companhia Perseverança²¹³ e utilizada no lagar de azeite. No canto inferior direito do verso deste

²⁰⁹ Cf: Relatório da repartição de manufacturas, 1857.

²¹⁰ CUSTÓDIO, 2008, p. 82; Relatório da repartição de manufacturas, 1857.

²¹¹ Arquivo da ex-DRELVT (actual IPQ), processos sobre caldeiras a vapor.

²¹² MARQUES, 1904.

²¹³ MÓNICA, 1982, p. 1242.

documento encontra-se o seguinte apontamento: “*Vertical / 12 HP / 50 ' / m / 1 cilindro / fixo / Nacional [rasurado] / Companhia Preserverança [rasurado] / construtor / J. F. Cail & Cia. / A Paris 1851*”. Acreditamos que este é o motor vertical accionado pela caldeira portuguesa que já se encontrava na Quinta desde o tempo do Visconde, para moer azeitona²¹⁴. A última notícia que existe sobre aquela máquina no dito processo data de 1934, quando é mencionado o seu abatimento²¹⁵. Não nos parece que esta discrepância documental na força motriz indicada (18 e 12 cavalos), pudesse representar dois motores diferentes. Em ambos documentos é indicada a data de assentamento para 1851, pelo que o *Relatório da Repartição de Manufacturas* de 1857 teria de os ter mencionado aos dois. Poderão estes valores serem relativos à potência nominal (18) e à potência efectiva (12)²¹⁶?

Relativamente à locomóvel, aquela que ainda hoje pode ser vista na Quinta da Alorna, o processo é fácil de interpretar. A 8 de Junho de 1896 foi aprovado o seu funcionamento e assim sucessivamente até 1954 quando é mencionado o seu abate para sucata.

Seja como for, interessa notar que a partir de meados do século XIX quase todas as unidades agrícolas, com alguma dimensão, localizadas no distrito de Santarém ou distritos circundantes (Lezíria), passam a utilizar o vapor no auxílio da produção, seja ele a partir de máquinas móveis ou fixas²¹⁷. Ainda hoje, máquinas a vapor fixas, que parecem ter sobrevivido em menor quantidade, podem ser observadas na Quinta do Casal Branco ou Casa Cadaval, utilizadas para diferentes funcionalidades, tais como a prensagem do vinho ou o descasque de cereais. Relativamente à produção de azeite e moagem de azeitona, a documentação revela que apenas mais uma máquina, em 1857, se encontrava adaptada a esse serviço, ali bem perto, na Quinta da Cardiga²¹⁸. Em 1905, no entanto, sabemos que o

²¹⁴ Ver anexo 9

²¹⁵ Arquivo da ex-DRELVT (actual IPQ), processos sobre caldeiras a vapor.

²¹⁶ A diferença entre as duas designações é comparável à expressa nos electrodomésticos que utilizamos no dia-a-dia. Quando um equipamento tem a potência nominal de 400 watts (por exemplo, uma fonte de alimentação de um computador), o mesmo só pode fornecer abaixo deste valor, senão sobre-aquece e avaria. Com um motor é semelhante. Se a potência consumida (efectiva ou real) ultrapassa a nominal (a máxima que o motor pode produzir) a unidade técnica poderia colapsar.

²¹⁷ Esta afirmação pode ser atestada não apenas pelo número de processos existentes na ex-DRELVT, mas igualmente através das sobrevivências desta maquinaria no território em questão.

²¹⁸ Relatório da repartição de manufacturas, 1857.

Conde do Sobral tinha o seu próprio lagar de azeite em Almeirim a vapor, ainda que desconheçamos a data da sua instalação²¹⁹.

A produção de azeite com recurso a métodos mecânicos foi comum em todo o Sul da Europa a partir de meados do século XIX, ou seja, a zona onde tradicionalmente este produto era fabricado²²⁰. Esta mecanização pode ser observada, apenas a título de exemplo, em Espanha (Lérida), em lagar preservado e transformado em restaurante conhecido como El Moli de Cal Sec²²¹, em Itália, na zona do Piemonte²²² ou no Sul de França na Huilerie Sainte Anne, ainda hoje possível de ver a funcionar²²³.

Quanto às unidades técnicas motoras móveis, comumente designadas como locomóveis, a sua sobrevivência na zona em apreço é algo mais numerosa com evidências possíveis de observar na própria Quinta da Alorna, mas igualmente em Almeirim, na Chamusca, na Azinhaga, Benavente ou Coruche, sendo estas localidades meros exemplos. Normalmente, os inspectores atribuíam a estas unidades a funcionalidade em “serviços agrícolas”, mas a adaptação às necessidades pontuais podiam incluí-las como motores centrais semi-fixos (bastaria para tal retirarem-se-lhes os rodados e assentá-las em suportes de alvenaria) em serrações ou lagares. Não podemos esquecer que a necessidade, além de aguçar o engenho, proporciona a vontade de adaptação.

²¹⁹ FREITAS, 1905.

²²⁰ Veja-se sobre este assunto de forma mais detalhada: CUSTÓDIO, Jorge (1998). *O Lagar e o "Azeite Herculano"*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém.

²²¹ Cf: <http://hotelrestaurantemolidecalsec.blogspot.pt>, consultado a 20-08- 2015.

²²² Cf: <http://giancarlogallo.altervista.org/category/frantoio/>, consultado a 20-08-2015.

²²³ Cf: <http://www.huilerie-sainte-anne-boutique.com/>, consultado a 20-08- 2015.

6.2. Lisboa

“Lisboa modificou-se após o terramoto de 1755. Núcleos manufactureiros e fábricas com as suas chaminés fumegantes estão semeados pela cidade, sendo os principais Alcântara, Bom Sucesso, Junqueira, Xabregas e Boavista. Alcântara é uma zona de fervilhante actividade humana. Ainda é também uma zona onde se sente o peso da industrialização e da adaptação constante deste processo. Os terrenos conquistados ao Tejo medem neste sítio uma área mais considerável do que em qualquer outro ponto do porto de Lisboa, e a linha marginal, que no século XVI não passava para além da ponte de Alcântara, avançou em direcção ao Tejo uma extensão de cerca de 900 metros”²²⁴.

“Alcântara e Calvário constituíam na segunda metade do século XIX as localidades possuidoras de unidades industriais das mais relevantes do reino. Eram elas a fábrica de azeite de purgueira de Henry Burnay (que já tinha possuído outra em Santa Apolónia²²⁵), a de sabão, velas de estearina e de diversos óleos do Visconde da Junqueira (que será a principal unidade da União Fabril), a fábrica de extracção de óleos da companhia Lisbon Oil Mills Limited, a fábrica da Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense, e a fábrica de tapetes e outros lanifícios do Sr. Bernardo Daupias & C^a ²²⁶”.

O núcleo industrial das Fontainhas (Planta B; Alçado da Fábrica da Companhia da União Fabril – Anexo 10) encontrava-se assim inserido numa zona que, devido aos interesses económicos, assistiu a manutenções, mas igualmente a mutações e reconversões em conformidade com as necessidades de adaptação que cada companhia teria face às exigências dos mercados.

Para este complexo industrial, à semelhança do que constatámos para a Quinta de Alorna quanto às produções, sabemos, através de diversa documentação, o que fabricou desde a sua fundação, em 1857, enquanto Fábrica da Quinta da Caldeira ou Fábrica do Visconde da Junqueira, até ao final da Companhia da União Fabril, nos finais dos anos 90. Para o período que nos interessa, ou seja, entre 1857 e 1865, momento em a CUF é criada, a produções registadas são:

1. Óleos diversos, desde 1861, à excepção do óleo de purgueira²²⁷.
2. Sabão e sabonetes, desde 1859²²⁸.

²²⁴ SILVA, 1942, pp. 53-55, 57, 67-69, 75

²²⁵ FREITAS, 1906, p. 29

²²⁶ RIBEIRO et al, 1981.

²²⁷ ACQ, Alvará de 1861.

3. Velas de estearina desde 1857²²⁹.

Entre 1865 e a morte do Visconde da Junqueira em 1870 (ou mesmo até à fusão com a Companhia Aliança Fabril em 1889) a CUF produziu:

1. Óleos comestíveis e industriais, incluindo o óleo de purgueira²³⁰.
2. Fertilizantes, nomeadamente massa de purgueira²³¹.
3. Velas e estearina²³².
4. Sabão e sabonetes²³³.
5. Tabaco²³⁴.

Para o estudo físico do complexo industrial das Fontainhas, foram utilizadas duas metodologias, já recorrentes na presente dissertação: a pesquisa documental e o registo físico. A primeira vertente de investigação apoiou-se em alvarás, registos dos inquéritos industriais, notícias coetâneas, plantas, iconografia, fotografia e bibliografia. A segunda foi conseguida através da observação directa dos vestígios arquitectónicos do complexo fabril, infelizmente escassos, e só materializáveis hoje na forma de uma longa fachada sobrevivente e uma chaminé.

No caso da fábrica da União Fabril ou Fontainhas, não cabe neste estudo uma tarefa que seria por si só bem maior: a evolução e as mutações deste complexo, entre a sua construção, em 1857, até à sua demolição parcial em fins dos anos 90 e alvares da década de 2000. A tarefa a que nos propusemos restringe-se temporalmente entre 1857, data da fundação da fábrica e 1870, ano da sua morte, atendendo às alterações que a criação da CUF em 1865 deve ter gerado. No entanto, muitas das informações obtidas provêm de documentos posteriores que mencionam as produções da CUF.

O conjunto de sete volumes de processo de obra nº 8107 depositada no Arquivo Municipal de Lisboa, em Campolide, é representativo dessas modificações. Cada volume contém dezenas de pastas, uma para cada acção a efectuar tais como alterações, ampliações, pedidos de licença, indicações de números de polícia, reparações na estrutura

²²⁸ ACQ, Alvará de 1859.

²²⁹ Actas das sessões da comissão de Inquerito – 1865.

²³⁰ Inquérito industrial 1881, 2ª parte, lv. 1º.

²³¹ Inquérito Industrial de 1881.

²³² ACQ, Alvará de 1865.

²³³ ACQ, Alvará de 1865.

²³⁴ ACQ, Alvará de 1865 e estatutos da companhia.

ou no telhado, aprovações de projectos, entre tantos outros registos²³⁵.

Infelizmente, o documento mais antigo desta colecção tem a data de 1892 e reporta alterações do imóvel, no caso, a construção de um guarda-fogo. Não existem em arquivo documentos anteriores a esta data o que, para já, impossibilita o uso deste processo para o estudo no âmbito da cronologia proposta. O volume 2 do processo supracitado contém, no entanto, um dado importante e dá-nos conta de uma alteração substancial da fachada principal na rua Fradesso da Silveira, em 1906²³⁶.

O alvará que aprova os estatutos da Companhia União Fabril em 1865 é claro sobre que produtos se iriam produzir em Alcântara: *“Sabões e sabonetes de todas as qualidades, velas de estearina, óleo de purgueira, e todos os mais óleos já conhecidos ou que venham a descobrir-se e o comércio de todos estes produtos, e bem assim o comércio e fabrico do tabaco”*²³⁷. Estas, à excepção do óleo de purgueira, privilégio da Fábrica Burnay até 1857²³⁸, eram já as produções do Visconde na sua fábrica original. A fábrica das Fontainhas estaria assim já adaptada a estas produções aquando da criação da CUF. Como refere Louis Figuier (1873-1876): *“Assez souvent les fabricants de bougie stéarique transforment eux-mêmes leur acide oléique en savon, de sorte qu'une savonnerie est très-souvent annexée à une fabrique de bougie stéarique”*²³⁹.

A planta mais antiga que tivemos acesso desta unidade fabril encontra-se depositada no Arquivo CUF-Quimigal no Barreiro e data ou de 1906 ou de 1919, pois o documento apresenta a legenda “1906 digo 1919”. A acreditar na primeira data, a fábrica pode ter sido representada aquando da proposta de alteração da fachada²⁴⁰. Aquela planta, legendada em francês, representa e identifica todas as divisões internas daquele espaço industrial, assim como as localizações das chaminés e dos meios de acesso disponíveis. Outras plantas mais recentes existem igualmente no processo que demonstram como aquele espaço fabril se manteve quase inalterado até, pelo menos, meados do século XX.

²³⁵ AMCML. Processo 8107/DAG/PET/1931.

²³⁶ Ver anexo 10.

²³⁷ ACQ, Estatutos da União Fabril, Cap. 1, Artigo 1º

²³⁸ CORDEIRO, 2006, p. 59; Revista universal Lisbonense, Tomo VI, anno de 1846-47, pag. 520; CARREIRA, 1981, p. 298.

²³⁹ “Muitas das vezes os fabricantes de velas de estearina transformam eles mesmos o ácido oleico em sabão, de maneira que uma saboaria está normalmente anexa a uma fábrica de velas de estearina.” - FIGUIER, 1873-1876, p.440.

²⁴⁰ Nesta planta pode ler-se “Outº 1906/alias Dezembro de 1919” no canto inferior direito.

Atendendo que a cadeia industrial para a produção de velas, sabões e óleos entre 1865 e 1906/19 poucas alterações sofreu, acreditamos que a planta disponível nos pode fazer recuar, com as devidas reservas, à organização original. Sabemos que entre a morte do Visconde da Junqueira e esta planta, aconteceram algumas reorganizações do espaço, sobretudo o início da produção de adubos químicos e de rações para animais, mas não foram assim tão profundas que implicassem uma total remodelação das divisões. Acreditamos mesmo que as novas produções simplesmente ocuparam o espaço de antigas produções. Note-se que entre 1857 e 1881 a produção de estearina e de velas é constantemente mencionada na documentação relativa às Fontainhas. Contudo, na planta da fábrica de 1906/19 não existe qualquer referência a estearina, pelo que é possível que a CUF já não produzisse este produto ou que o mesmo fosse produzido numa das suas dependências. Sustenta esta ideia da manutenção do espaço o facto que algumas estruturas, tais como os depósitos de óleos, os motores fixos²⁴¹ e as chaminés, não mudarem de lugar com facilidade.

Uma dos problemas irremediáveis para o estudo desta fábrica prende-se com a demolição parcial de toda a área em 1999, com excepção da fachada da rua Fradesso da Silveira e de uma outra na rua das Fontainhas. Ali foi construído o complexo habitacional denominado Alcântara Rio. Também a chaminé foi poupada, com a inscrição vertical “Químicos”, e que permite testemunhar uma das funções do espaço durante o século XX. O projecto esteve a cargo do arquitecto Frederico Valsassina, contemplando o Consulado Geral de Angola, uma série de habitações multifamiliares e diversos equipamentos hoteleiros²⁴². A concepção da área dos jardins ficou a cargo do gabinete de arquitectura PROAP Lda., enquanto que o desenho dos imóveis foi responsabilidade da empresa Frederico Valsassina Arquitectos²⁴³.

As plantas sobreviventes representam pequenas escadarias, o que demonstra o acesso a um primeiro andar, ou mais, principalmente nas zonas destinadas aos armazéns e

²⁴¹ Existiram sem dúvida, e verificámos nos arquivos da ex-Direcção-Geral de Economia da Região de Lisboa e Vale do Tejo (DRELVT) que muitas das vezes a maquinaria referente à CUF das Fontainhas ter atribuída a morada da sede que era o nº 170 da travessa do Baluarte, outras vezes com o nº 5 do Largo das Fontainhas. Na travessa do Baluarte estava situada a administração da CUF, sensivelmente a partir de 1898, onde tinha sido a fábrica da Companhia Aliança Fabril. Apesar de fugir completamente à baliza cronológica proposta para este trabalho, mais adiante será brevemente referida a fusão entre estas duas companhias no final do século XIX.

²⁴² AGOSTINHO, 2013, p. 114.

²⁴³ Para mais informações, veja-se <http://www.proap.pt/pt-pt/projecto/alcantara-rio-quarter-2/>

depósitos. Na parte interna da fábrica, nas áreas do fabrico dos sabões e da estearina, não surgem muitos acessos por escadaria a níveis superiores, o que indicará que a actividade industrial se desenvolveria ao nível do solo. Como não existem plantas desses possíveis pisos superiores, todas as descrições só são possíveis ao nível térreo. A planta de 1906/19, 36 anos após a morte do Visconde, é a nossa melhor fonte para o estudo daquela fábrica e é com base nela que a Planta B (Anexo 10) é apresentada. Relativamente ao alçado apresentado ele é apenas a reprodução do alçado em documento de 1906²⁴⁴.

A área de 23314.11 m² do complexo fabril da CUF estava limitada a Sul pela rua Fradesso da Silveira, a Oeste pela rua das Fontainhas que parte do largo homónimo e termina, curvando para entroncar a Norte, na rua João de Oliveira Miguens (antiga rua de Cascais) que ladeia o espaço do lado Este, orientado de Norte para Sul. Os números de polícia destas fachadas em 1922 sofreram uma regularização, pedida pela própria Companhia, sendo que as duas portas viradas para o largo das Fontainhas exibem os números 30 e 31. As três portas viradas para a rua Fradesso da Silveira possuem os números 2, 4 e 6. A rua João de Oliveira Miguens possuía vinte e quatro portas com os números ímpares de 1 a 43, ficando duas sem número de polícia, e outras duas últimas com a sequência normal, ou seja 45 e 47. A única porta na rua das Fontainhas obteve o número 47²⁴⁵.

A descrição deste espaço industrial será feita com base na planta de 1909/16, visto tratar-se do documento mais antigo que possuímos. Ao exemplo do que foi feito para a Quinta da Alorna, os diferentes espaços/compartimentos serão identificados através de número dentro de parêntesis rectos [1]. Na planta mencionada, os produtos que ocupam maior espaço neste complexo industrial são: a zona de produção de sabões e sabonetes, a de óleos e adubos, e a zona que acreditamos ter produzido primitivamente a estearina e as suas velas.

A fábrica de sabões [1] apresentava planta subrectangular onde existia compartimento com o gerador de vapor que aquecia as caldeiras de saponificação, ao qual se encontrava adossada pequena chaminé, onde se geraria o calor que fervia o sabão,

²⁴⁴ AMCML. Processo 8107/DAG/PET/1931.

²⁴⁵ Processo 8107/DAG/PET/1931, depositado no Arquivo Municipal de Lisboa, pasta 1, processo 13563.

accionando o processo de saponificação (neste caso atribuído a Léon Droux²⁴⁶), que como mencionámos em capítulo anterior, era conseguido através de aquecimento. Os tanques onde aquele produto secaria, eram fabricados em alvenaria. Associado a esta zona produtiva surge ainda a área de expedição, onde o sabão seria embalado antes de sair da fábrica. A primeira licença para produção de sabões atribuída ao Visconde para este espaço, remonta a 1859, através de alvará régio. Nele consta que *“no processo fabril dos sabões, e sabonetes serão os óleos vegetais e as gorduras animais fervidos a banho-maria, juntando-se-lhes oportunamente na quantidade, conveniente solução ou lexívia de soda, e cal viva, consolidando o produto ao ar livre ou em fornos apropriados.”* Segundo este mesmo documento, os espaços destinados à produção de sabão deviam ser *“lageados ou asfaltados”*²⁴⁷. Não é fácil mencionar as medidas originais deste espaço, no entanto, em 1906/19 ela ocuparia cerca de 20 % do total da área, num espaço com sensivelmente 65 metros de comprimento por 30 metros de largo.

As fábricas de sabões, recorrendo ao mesmo método produtivo são bem conhecidas. Caldeiras que aquecem os recipientes para ferver a mistura, tanques de secagem e armazéns são características comuns a todas as fábricas que produzem estes produtos. Veja-se a organização da planta geral de uma indústria saboeira marsehesa, representada por Louis Figuier (1873-1876) onde a cadeia industrial está perfeitamente organizada de acordo com o processo de fabrico: os armazéns dos ingredientes orbitam em torno do núcleo central, onde estão os tanques de saponificação, as caldeiras e máquinas a vapor com respectiva chaminé.

²⁴⁶ Realidade descrita no Inquérito Industrial de 1881, segunda parte, lv. 1º. Este processo encontra-se descrito em DROUX, Léon (1870), *La Savonnerie*. Paris: Librairie Scientifique, Industrielle et Agricole, Eugène Lacroix.

²⁴⁷ ACQ, Alvará de 1859.

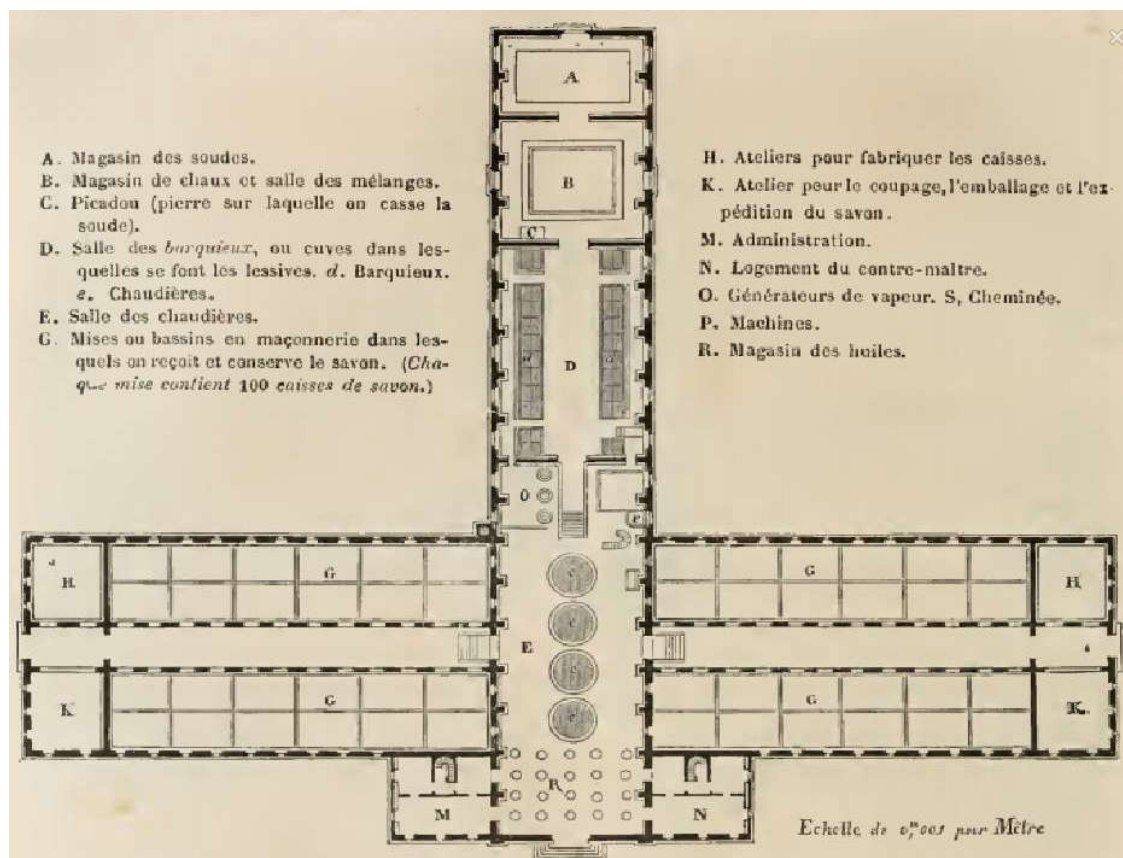


Fig. 56 – Planta de fábrica de sabões em Marselha (seg. Figuiet, 1873-1876, p. 416)

As cubas em alvenaria onde solidifica o sabão estendem-se para lá do núcleo central, conforme a necessidade e a capacidade produtiva. Naturalmente distantes do “coração” do complexo, estão os escritórios da administração, a casa do encarregado da fábrica, as divisões de empacotamento e expedição do produto ou as oficinas onde se fabricam as caixas²⁴⁸.

Outras fábricas existiam no país que produziam sabão, ainda nos finais do século XIX, tais como a Claus Porto, fundada em 1887, mais tarde quando adquirida por Achilles Brito mudando a sua designação para Ach. Brito. Desconhecem-se as plantas daquele complexo fabril, mas certamente que deveria obedecer à mesma cadeia operativa.

Voltando ao objecto deste capítulo, a Este da fábrica de sabões, estava a fábrica de óleos [2], ocupando uma área sensivelmente semelhante, mas com uma disposição diferente adaptando-se à Rua das Fontainhas à qual se encostava. A legenda da planta mencionada refere a existência de “*filtros e bombas hidráulicas*”, e de “*prensagens dos tourteaux*”, maquinaria accionada claramente pela energia a vapor e pelo motor

²⁴⁸ FIGUIET, 1873-1876, p. 416.

igualmente mencionado. Diversas prensas compunham este espaço, possivelmente para o esmagamento das mais diferentes sementes e bagas, nomeadamente todos os óleos que os alvarás autorizavam a produção, inclusive o de purgueira. É igualmente mencionada, para este espaço, uma “refinaria de óleo de algodão a vapor”²⁴⁹. Associados a este local, existiam depósitos de óleos. Acreditamos que seria aqui que, desde 1859 se produziam os óleos autorizados e, a partir de então, outros, tal como o óleo de *copra* (polpa de côco) mencionado na planta. Note-se que o alvará que autoriza a exploração de óleos (Alvará régio de 1861) menciona que podem ser produzidos todos os óleos conhecidos, excepto purgueira (mencionada como “pinhão-da-índia”) e mesmo essa, pode ser produzida a partir de 1865. Assim sendo, o óleo de *copra* podia ser produzido desde o início da laboração da fábrica, incluído na designação de “óleos conhecidos”.

A largura máxima deste espaço era de 32 metros e o seu comprimento de 65 metros.

Ainda que na planta de 1909/16 parte enorme da fábrica seja designada como a zona de produção de fertilizantes [3] acreditamos, devido à localização central daquele espaço, que se trataria da primitiva zona da produção de estearina e de suas velas, o edifício mais antigo. O método utilizado desde 1857 para a produção de velas nas Fontainhas era o método Cahonet & Morane. Esta dupla de técnicos fazia parte de um universo de muitos inventores (já mencionados no capítulo anterior), cujo labor e espírito criativo resultou em aperfeiçoamentos de maquinaria para produção industrial de velas que proporcionaram avanços espantosos na quantidade com cerca de 47 mil velas feitas por turno laboral de 10 horas, o que daria em 250 dias de trabalho, cerca de 15 milhões de pacotes, com 10 velas cada²⁵⁰.

Todos estes espaços encontravam-se muito perto das zonas onde são identificadas as caldeiras e motores [4], bem como os depósitos de combustível (carvão), associados à presença de uma grande chaminé, exactamente no lugar onde ainda hoje pode ser observada uma estrutura deste tipo, com mais de 50 metros de altura. Ainda que este pareça ser o espaço da chaminé desde o início da fábrica do Visconde, é impossível saber se aquela chaminé seria a que hoje ainda subsiste. O alvará régio de 1861 refere na

²⁴⁹ “Extraído das sementes do algodoeiro (*Gossypium*) por prensação; em estado bruto é de cor escura castanho-avermelhado. Para a sua refinação o processo mais empregado é com alcalis causticos, obtendo-se assim a precipitação das matérias córantes pola formação do sabão na neutralisação do óleo. Bem purificado é neutro, ficando de cór amarelo e com gosto a nozes. (...) Bem refinado emprega-se para usos alimenticios.” – Cf: CARROGGIO, 1930, p.17.

²⁵⁰ AA.VV.,1923, p.2.

condição 10ª que as caldeiras, ao contrário do que normalmente se recomendava, se encontravam no interior do edifício, onde ainda estavam em inícios do século XX, como indicado na planta. Esta recomendação, possivelmente devido ao perigo que representava ter uma caldeira perto da zona de trabalho esteve em vigor durante muitos anos. Note-se que no Regulamento das Caldeiras de 1928 a alínea A) do Artigo 6º refere que para as caldeiras de primeira categoria “a instalação deve ser feita fora de casas de habitação ou de oficinas com andares por cima, em local onde só trabalhe permanentemente pessoal de fogo”²⁵¹. Devido às parcas sobrevivências documentais e físicas da fábrica das Fontainhas não nos é possível apresentar dados conclusivos acerca das unidades técnicas motoras ou operadoras. No entanto, podemos dar alguns exemplos de fábricas que cumpriram esta recomendação, tal como a fábrica de lanifícios de Manteigas²⁵², embora mais tardia, com as caldeiras fora do edifício que albergava a produção têxtil, ou as fábricas de pólvora de Barcarena ou de Vale de Milhaços, ainda que a natureza destas últimas a isso obrigasse.

No alvará régio de 1861 que permite ao Visconde fabricar óleos, a 2ª condição refere: “que à máquina de vapor não poderá exceder a força de vinte e quatro cavalos, e as respectivas caldeiras serão construídas solidamente, e munidas de manómetros e válvulas de segurança”²⁵³, tal como em 1928 ficou registado no regulamento das Caldeiras onde estes equipamentos a vapor são obrigados a ter válvulas de segurança e manómetros de controlo²⁵⁴.

Os acidentes com caldeiras a vapor, já preocupavam os técnicos e fabricantes do século XIX. Veja-se a notícia relatada na *Revista Universal Lisbonense*, 2ª série, tomo V de 1853 acerca dos acidentes ocorridos com embarcações a vapor nos Estados Unidos da América²⁵⁵, ou na mesma revista, no ano de 1845, tomo IV, dois artigos assinados por Pedro Celestino Soares, nos quais o autor dá conta de um “*Invento portuguez para precaver perigos nas explosões das caldeiras do vapor*”²⁵⁶ e “*Observação acerca da segurança das machinas de vapor*”²⁵⁷. Estes alertas tiveram reflexo na legislação de

²⁵¹ Cf. *Boletim do Trabalho Industrial* nº 120, Regulamento das Caldeiras, p. 4.

²⁵² FOLGADO, 2005.

²⁵³ ACQ, Alvará de 1861.

²⁵⁴ Cf. *Boletim do Trabalho Industrial* nº 120, Regulamento das Caldeiras, p.6.

²⁵⁵ Op. cit. p. 130.

²⁵⁶ Op. cit. p. 115.

²⁵⁷ Op.cit. p. 297.

1928²⁵⁸, e na adopção de medidas de segurança directamente aplicadas no corpo das caldeiras, sejam elas móveis, fixas ou semi-fixas: além da rebitagem das chapas, passa-se a utilizar a cintagem, com recurso a cintas de aço, unidas por aparafusamento.

A parte central da fábrica seria envolvida por 23 compartimentos. Para treze daqueles, algumas paredes seriam as fachadas que ainda hoje subsistem na Rua Fradesso da Silveira e no Largo das Fontainhas. Dos restantes 10 compartimentos não existem quaisquer evidências físicas.

Para além destes compartimentos existiriam ainda diversos armazéns, inclusive armazéns de detritos, escritórios e mesmo uma carpintaria. A planta de 1909/16 revela ainda a existência de um pequeno quartel de bombeiros, equipado com carros a vapor para combate de incêndios, bombas manuais e viaturas diversas, na esquina com a rua João de Oliveira Miguens. A atravessar parte deste espaço surge um “caminho-de-ferro”, que nos parece tratar-se uma linha interna, onde locomotivas e vagões trariam matérias-primas e expediam os produtos acabados.

Ainda que não tenham sobrevivido evidências do pavimento interno da fábrica, sabemos através do alvará régio²⁵⁹ que aquele seria “*lageado ou asphaltado, ou calçado de pedra miuda*”.

As fachadas ainda presentes deste complexo industrial estendem-se apenas ao longo da Rua Fradesso da Silveira, Largo das Fontainhas e Rua das Fontainhas (Figs. 56, 57 e 58 – Anexo 13). Na primeira, surgem quatro portas e 27 janelas ao nível do rés-do-chão, enquanto o primeiro piso possui 31 fenestranças. Esta face possui 125 metros de comprimento por 10,70 metros de altura. A distância média do rés-do-chão ao 1º piso é de 5,60 metros.

Qualquer das aberturas nas três fachadas não possui lintel, exibindo arcos abaulados em tijoleira, apoiados em meias ombreiras. Todas as janelas possuem silhares no peitoril com 0,22 metros de espessura. Estes silhares são de calcário branco que aparenta em alguns casos desgaste, o que pode indicar serem ainda os originais do edifício.

A face que está virada para o largo, possui ao nível do piso térreo, uma entrada larga com 15,57 metros de largura por 5,30 de altura, quatro janelas e uma porta. Esta fachada sofreu grandes alterações ao nível do piso térreo, possivelmente já no presente século

²⁵⁸ Boletim do Trabalho Industrial nº 120, Regulamento das Caldeiras, p. 4.

²⁵⁹ ACQ, Alvará de 1861.

aquando da construção do empreendimento e do consulado de Angola. A larga entrada mencionada eliminou a existência de uma porta e três janelas, como se pode verificar em foto de 1967 da autoria de Artur Goulart²⁶⁰. Foi igualmente removido um varandim em ferro que decorava uma das janelas do piso superior, ligeiramente mais larga que as restantes.

O piso superior possui nove janelas, algumas apenas como ornamentação, de forma a não perturbar a sequenciação imposta. A altura desta fachada é igual à anterior, a sua largura é de 30,44 metros.

Na rua das Fontainhas sobram duas fachadas divididas por uma entrada larga para uma via de acesso ao pátio interior. Soma a primeira, 14 fenestranças no total, sete para cada piso com uma altura igualmente de 10,72 metros, com largura de 27 metros.

A segunda fachada é um pouco diferente das anteriores. Possui uma porta e seis janelas no piso térreo, sete janelas no primeiro piso e sete pequenas janelas no segundo piso, sendo que estas apresentam arco de volta perfeita em tijoleira e ombreiras muito diminutas. A altura desta construção é de 10,78 metros, por 30,55 de largura.

Nesta fachada é de notar que, para o primeiro piso e para o rés-do-chão, todos os arcos igualmente abaulados possuem uma pedra de fecho, algo que não se nota nas outras aberturas já descritas, o que pode indicar outra etapa na construção.

Todas as fachadas têm um remate em calcário com 1,06 metros ao longo das mesmas, com excepção da rua das Fontainhas.

Todas as janelas, normalmente distantes 2,30 metros entre si, têm uma altura média de 2,47 metros por 1,40 de largura, as portas variam entre 4,30 e 4,60 metros de altura por 1,40 de largura.

A côr destas fachadas actualmente é bege e as aberturas das janelas não possuem portadas. A maioria é preenchida com vidros foscos, estruturas de alumínio (Rua das Fontainhas) ou apenas publicidade aos espaços comerciais que agora lhes dão vida.

É evidente que as poucas fachadas sobreviventes não permitem tirar grandes ilações sobre o quão “industrial” seria este edifício. Mas podemos tentar a interpretação do espaço pelo cruzamento de informação patente na documentação.

²⁶⁰ Cf. <https://toponimialisboa.wordpress.com/2014/03/> consultado a 20-08-2015.

No interior do número 6, as arcadas internas têm como descarga colunas quadrangulares de calcário semelhante ao utilizado nos silhares exteriores. Poderão ser sobreviventes do complexo fabril?

No pátio interior, ergue-se qual silencioso colosso representativo de um tempo que já não volta, a previamente mencionada chaminé da fábrica (Fig. 59 – Anexo 13). Construída em tijolo maciço, possui uma altura até ao bordo do capitel de cerca de 50 metros. A base quadrangular, em tijolo, possui 3,80 metros de cada lado por 7,70 metros de altura, sendo ornamentada em toda a volta com tijolos salientes. Mostra marcas variadas tais como vestígios de empenas de telhados, esticadores de apoio interno a 5 metros de altura numa face e 6 metros noutra. Apresenta do lado virado para a Rua João de Oliveira Miguens, os vestígios dos apoios de transmissões de força motriz. Não sabemos se a chaminé que actualmente se mantém no espaço do pátio interior, teria a mesma disposição ou dimensão à época da administração Junqueira, contudo teria que ter existido estrutura para o mesmo fim. O já citado alvará de 1857 menciona-o na 3ª condição, que terá de haver chaminé que ultrapasse em três metros os edifícios circundantes.

Podemos aceitar que o menor número de portas da Rua Fradesso da Silveira, em contraponto com a maior quantidade de portas que havia na rua João de Oliveira Miguens, está relacionado com o facto que os armazéns virados para a rua Fradesso da Silveira comportavam intramuros os depósitos mais perigosos e insalubres e que a rua João de Oliveira Miguens, para além de possuir a entrada para a portaria principal e a entrada/saída da linha de caminho-de-ferro, acolhia armazéns de material inofensivo.

Relativamente à maquinaria e caldeiras associadas a esta fábrica, poucas são as notícias que nos permitem inferir sobre as suas características particulares. O alvará de 1861 menciona precaução para evitar as já mencionadas explosões²⁶¹ e que a máquina a vapor não poderá exceder a força de 24 cavalos. Em 25 de Novembro na 1865, nas *Actas das sessões das comissões de Inquérito*, perante a pergunta número 3 que incide sobre a maquinaria presente nas Fontainhas, o Visconde da Junqueira responde que tem um motor com a força de 60 cavalos.²⁶² No Inquérito Industrial de 1881 é mencionado que a Companhia da União Fabril tem duas máquinas a vapor: uma de 25 e outra de 12

²⁶¹ ACQ, Alvará de 1861.

²⁶² Cf. Conselho Geral das Alfândegas - Inquerito Industrial de 1865 - Actas das Sessões da Comissão de Inquérito. Lisboa: Imprensa Nacional 1865.

cavalos²⁶³. Em 1886 são instaladas na CUF duas caldeiras belgas construídas pela Société Anonyme de Grivegnée²⁶⁴ (Processos nº 33 e 34). As mesmas caldeiras, horizontais, com 26m³ de capacidade e superfície de aquecimento de 80 m², são inspecionadas com sucesso em 1897. Todos os outros processos de máquinas ou caldeiras associadas à Companhia da União Fabril (Processos 201, 737 e 738) indicam que as máquinas se encontram no número 940 da Avenida 24 de Julho. Estes processos correspondem aos anos de 1895 e 1898. As máquinas com os processos 737 e 738, cilíndricas e horizontais, foram construídas pela Empresa Industrial Portuguesa. A caldeira com o número 201 aparece como pertencente à empresa Dauphinnet & Castay.

Após a morte do Visconde da Junqueira, não eram novidade as dificuldades com que se debatia a CUF. Já desde 1875 que Henry Burnay fazia parte do Conselho de Administração da empresa, assim como o Visconde da Gandarinha²⁶⁵.

Retirando informação do *Inquérito Industrial de 1881*, a fábrica das Fontainhas produzia naquele tempo, estearina em velas e em blocos, sabão normal e para uso industrial, óleo e massa de purgueira, óleo de gergelim e amendoim, oleína e glicerina. Vendia a estearina em Lisboa, no Porto, na Madeira e nos Açores. A oleína seguia para as fábricas nacionais de lanifícios. Para França exportava glicerina, os óleos indiferenciados seguiam para Inglaterra, para Lisboa e a outras saboarias do território português. O sabão era vendido em Lisboa, Porto e nos arquipélagos, enquanto que a massa da purgueira era expedida para a zona de Lisboa, Torres Vedras e Alenquer²⁶⁶.

Laborava com um universo total de 133 empregados, sendo 90 deles homens, 29 mulheres e 14 menores. O horário era de 10 horas com possibilidade de haver *serões*²⁶⁷. Os valores declarados ao Inquérito Industrial de 1881 sobre a facturação eram os seguintes: Ao ano: 184:000\$000 réis. Por produto, em média com referência ao triénio de 1877-1880: Sabão (600 toneladas): 88:000\$000 réis; Velas de estearina e estearina em bloco: 76:500\$000 réis; Óleo de purgueira: 12:800\$000 réis; Massa de purgueira: 18:000\$000 réis; Oleína: 12:700\$000 réis; Glicerina: 3:200\$000 réis. Totalizava este valor em 211:200\$000

Lisboa, tal como o Porto, foi, durante todo o século XIX, um vórtice de atracção para

²⁶³ Inquérito industrial de 1881, 2ª parte, livro primeiro.

²⁶⁴ Arquivo da ex-DRELVT, processos sobre caldeiras a vapor.

²⁶⁵ AMARAL, 1993, p. 16.

²⁶⁶ Cf. Inquérito Industrial de 1881, segunda parte, livro primeiro.

²⁶⁷ Horas extras.

novos trabalhadores, vindos do campo ou mesmo habitantes da cidade. Em busca de melhores condições de vida, numa capital renovada da catástrofe de 1755, os fluxos migratórios rurais foram engrossando “para onde afluíam os capitais, para onde davam ao seu trabalho melhor e mais certa recompensa”²⁶⁸. Este aumento demográfico fez com que se buscasse a constituição de bairros operários o mais perto possível das unidades fabris que empregavam a população²⁶⁹. Um dos exemplos desta política é a Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense que mandou construir habitações para os seus operários na Rua de S. Joaquim, com valores de aluguer acessíveis, principalmente para estes seus trabalhadores²⁷⁰. Se bem que os autores da época referiram estas iniciativas como absolutamente caridosas e louváveis, não podemos deixar de pensar que haveria um duplo interesse cujo patronato não deve ter deixado de por em prática: a proximidade do operário à unidade fabril poupa tempo de deslocação, e passa a pagar ao empregador o local onde habita. Os autores ingleses Peter Neaverson e Marilyn Palmer referem este aspecto na seguinte frase: *“the close proximity of the house to the mills, as in other model communities such as Belper, New Lanark and Styal, may suggest benevolence on the part of the mil-owner but in spatial terms it symbolises the discipline of the factory, needing a contiguous workforce who were available to meet the demands of a continuous power source”*²⁷¹.

Assim, os bairros operários, numa primeira fase, ficam perto ou nas imediações das fábricas, acabando por se integrarem na paisagem urbana em virtude do seu crescimento.

Em 14 de Fevereiro de 1898, a Fábrica Sol da Companhia Aliança Fabril (CAF) sofreu um grande incêndio que a destruiu parcialmente, e é por esta altura que entra em cena um grande nome da indústria de Lisboa: Alfredo da Silva. A fusão das duas companhias é proposta por Silva a Henry Burnay e, a 20 de Abril daquele mesmo ano, sendo os estatutos da nova CUF lavrados pelo tabelião Joaquim Barreiros Cardoso, cujo capital social de passava a ser 500:000\$000²⁷².

Mas esta já é outra história...

²⁶⁸ RIBEIRO et al, 1981.

²⁶⁹ Sobre a Habitação Operária, ver SOUSA e MARQUES, 2004, p. 434.

²⁷⁰ RIBEIRO et al, 1981.

²⁷¹ PALMER e NEAVERSON, 1998, p. 7.

²⁷² AMARAL, 1993, p.18.

7. Problemáticas e Discussão

Ao longo da investigação em torno dos empreendimentos industriais do Visconde da Junqueira e do próprio homem, desenvolveu-se um intenso progresso heurístico, do qual foram nascendo propostas e argumentos de discussão ou debate que serão submetidas à lupa hermenêutica. Sendo o estudo tanto da Quinta da Alorna como da CUF, entre 1843 e 1870, terreno até aqui pouco lavrado, abordamos no presente capítulo cada uma dessas ideias que foram surgindo, teorizando e problematizando sobre cada uma, nunca as encerrando, mas antes permitindo que no futuro, as mesmas possam servir de exemplo para estudos e abordagens semelhantes.

Todos estes debates convergem para a resposta a uma pergunta: de que forma os empreendimentos, sucessos e insucessos do Visconde da Junqueira levaram à fundação da Companhia da União Fabril?

A Quinta da Alorna e as suas produções parece-nos ser o ponto de partida lógico para estas problemáticas, não apenas porque foi efectivamente o seu primeiro grande empreendimento, mas porque foi também o espaço que mais perguntas suscitou.

Um dos primeiros grandes debates começa com uma passagem muito simples de um texto redigido em 1859 sobre aquela quinta, da autoria de Guilherme Tiago do Couto: *“O único edifício notável que existe neste Concelho é o antigo Palácio da Marquesa da Alorna, hoje pertencente ao Visconde da Junqueira que estabeleceu frente a ele uma máquina a vapor, e oficinas para o fabrico do azeite de purgueira”*. Sempre nos pareceu muito estranho que José Dias Leite Sampaio, homem de grande visão empresarial tivesse instalado em Almeirim uma fábrica para a produção de óleo de purgueira. Em momento algum durante os séculos XIX e XX surge mais alguma notícia à fabricação deste produto naquele local, senão na *Notícia de Almeirim* onde aquela referência surge. Em boa verdade, a Quinta é sempre mencionada, quer em documentos sobre a mesma, quer em estudos mais recentes, como produzindo intensamente apenas dois produtos: o vinho e o azeite, produções que ainda hoje mantém.

Neste sentido, qual a lógica de produzir óleo de purgueira tão longe dos grandes centros de produção e consumo, nomeadamente Lisboa? Todas as tentativas que fizemos para responder a esta pergunta apenas pareciam apontar para um único caminho – nunca

se produziu óleo de purgueira em Almeirim e Guilherme Tiago do Couto incorreu num engano... mas nem sempre as respostas são tão simples. As sementes de purgueira não crescem em Portugal. Como já foi referido, é uma planta que se sente bem onde existe aridez dos terrenos, propícia ao seu desenvolvimento. Todos os relatos coetâneos do Visconde que temos encontrado concluem sempre o mesmo: a purgueira era uma planta cara de importar, pagando taxas alfandegárias consideráveis, quando descarregada em Lisboa²⁷³. Faria sentido aumentar ainda mais os seus custos ao fazê-la subir o Tejo? A navegação do Tejo só era possível em barcos de grande porte até Valada, pois a partir dali, a *“navegação na estiagem só é permitida a pequenos barcos. Os grandes barcos chegam n’este estado do rio ao Porto de Muge, e ali passam as cargas para outros mais pequenos, o que aumenta o preço dos transportes”*²⁷⁴. Acresce a este facto que a navegação condicionada na *estiagem* obriga a uma sazonalidade do fluxo da matéria-prima, e uma condicionante extra à laboração contínua. Seria o óleo de purgueira um produto assim tão valioso que compensasse todo este esforço financeiro? Seria rentável fazer subir a semente da purgueira pelo Tejo? São cerca de 70 km por barco até a zona de Muge ou pouco menos até Valada. Deste ponto, são mais 12 km continuando no rio Tejo, utilizando barcas mais pequenas, ou 10 km subindo pela vala de Alpiarça, admitindo que haveria condições de navegação nesta via. Recordemos que se fosse utilizado o Rio Tejo, este ainda dista em 3 km da Quinta da Alorna. Duvidamos que tal acontecesse pois, a título de exemplo, em 1844 enquanto um almude de azeite de oliveira custava 3\$100, a mesma unidade de óleo de purgueira custava 2\$500²⁷⁵. Porquê produzir óleo de purgueira trazendo a matéria-prima de tão longe e tendo de o vender mais barato, quando as azeitonas estavam ali tão perto, nas suas propriedades?

Contudo, não poderíamos ignorar que Guilherme do Couto menciona claramente oficinas para produzir azeite de purgueira. O que levaria este autor a escrever tal afirmação? O suporte para resposta a esta questão, surgiu quando descobrimos um documento de 1858 depositado no Arquivo Histórico do Banco de Portugal, designado como Concordata dos Credores de 1858. Ali são mencionadas as três fábricas que o Visconde da Junqueira possuía em Lisboa, *“humas para fabricar velas d’estearina, de sêbo, e*

²⁷³ Ver Anexo 6: *“...chega a Lisboa oneradissima pelos direitos enormes que em Cabo Verde paga para o estado...”*.

²⁷⁴ GUERRA, 1855, p. 34. Guerra publica um barco a vapor no Tejo por altura dos estudos e obras do Tejo.

²⁷⁵ CORDEIRO, 2006, p. 60

cêra em grume, outra para sabão, e a terceira para fabricar e clarificar toda a qualidade d'óleos, estando a primeira já em laboração, as seguidas quasi em completo acabamento, e a terceira com todo o maquinismo e edifício quazi completo, tendo esta última o maquinismo em Almeirim". O Visconde guardava na Quinta da Alorna a maquinaria que futuramente seria mandada para Lisboa para equipar a sua nova fábrica.

Seja como for, burocraticamente, nada impedia o Visconde da Junqueira de desenvolver esta actividade em Almeirim (o privilégio dos Burnay tinha cessado em 1857), ainda que em Lisboa só tenha conseguido a autorização para produzir este produto em 1865 com a fábrica da CUF, visto que em 1861, na sua fábrica de extracção de óleos ainda não estava autorizado. Qual a lógica de um homem já excessivamente endividado e quase na falência, arriscar uma produção tão onerosa? Custa a acreditar que um industrial como José Dias Leite Sampaio, demonstrando grande capacidade em mover-se no mundo da finança, faria os seus investimentos sem contabilizar custos. O próprio Visconde e os seus sócios em 1865 queixam-se do quão tributado este produto é junto da Comissão de Inquérito Industrial.

Em 1867 o livro "*Os direitos de exportação da semente de purgueira em Cabo Verde : considerações a proposito do projecto aprovado na Camara dos Senhores Deputados...*" relata as queixas sobre a oneração da purgueira e da pauta proteccionista falhada ao comércio português, referindo que tal oneração existia desde a pauta das alfândegas de Cabo Verde de 1851.

É assim nossa crença que o Visconde nunca produziu óleo de purgueira em Almeirim ou que se o fez não só o produziu em muito pouca quantidade, durante pouco tempo, como nunca dali tirou rentabilidade. Note-se que em 30 de Junho de 1857 o *Relatório da Repartição de Manufacturas*, pela mão de Sebastião José Ribeiro de Sá, refere que na Quinta da Alorna se mói azeitona, com recurso a uma máquina a vapor, assente em 1851, construída em Portugal. Em momento algum nem no *Relatório* nem na *Notícia de Almeirim* é dito que a máquina a vapor laborou na produção de óleo de purgueira.

Existe a possibilidade de Guilherme Tiago do Couto ter obtido informações confusas acerca do que produzia a fábrica na Quinta da Alorna. Imaginemos que, em visita à Quinta, um amável Visconde lhe mostrava de bom grado a maquinaria em depósito, que produzirá o tão procurado combustível. O médico observou-a, e relatou fielmente o que viu. Também existe a possibilidade de o Visconde da Junqueira ter feito a experiência da produção do

óleo de purgueira durante algum tempo, e que o relato do médico coincida exactamente com esta fatia temporal. Terá sido a Quinta da Alorna um laboratório de experimentação dos bens a produzir em Lisboa? A sua fábrica de sabões esteve activa em Lisboa desde 1859. Será que compensaria fazer a purgueira subir o Tejo, extrair o seu óleo, para depois o reenviar novamente para Lisboa para ser utilizado na indústria dos sabões? Isso podia ser feito com o azeite, matéria-prima que já ali estava. Foi a Alorna um centro produtor e abastecedor das fábricas do Visconde, em Lisboa?

Lembremo-nos que, por ordem do próprio Visconde, os animais doentes que são mencionados no Capítulo 4²⁷⁶, foram enviados para a Aldeia Galega para abate, para posteriormente utilizar o sebo nas produções da fábrica das Fontainhas.

Após todas estas dúvidas, atribuir neste momento, ao edifício da fábrica, o rótulo exclusivo de “Fábrica de Azeite de purgueira”, já não é tão claro. “No entanto, tal como se passa com a história no seu conjunto, a palavra escrita deve ser vista sempre como um complemento, e nunca como um substituto da arqueologia²⁷⁷”.

Outra das questões que se levanta neste estudo é a razão que terá levado o Visconde a trazer a maquinaria da sua futura fábrica para a guardar em Almeirim. Seria este equipamento assim tão valioso e de tão difícil aquisição que justificaria trazê-lo para tão longe, em vez de alugar um armazém em Lisboa, ou mesmo guardá-lo na Quinta das Águias? Ou será que o Visconde adquiriu toda a maquinaria ainda antes de 1857, quando começou a construção das fábricas e, devido às dificuldades financeiras, apenas conseguiu finalizar aqueles complexos industriais em 1861, justificando guardar por quatro anos o equipamento em Almeirim?

A Quinta da Alorna é efectivamente um espaço aberto a debates. Outra discussão importante passa pelos geradores de vapor existentes naquele empreendimento rural, cujos registos nem sempre são consistentes. Se no relatório de 1857 é mencionada uma máquina a vapor de construção portuguesa, assente em 1851, notamos que mais tarde o único equipamento que é identificado como português, é a caldeira horizontal enquanto o motor vertical por ela accionado é efectivamente francês, assente, segundo aquele relatório e documento da ex-DRELVT, em 1851. Esta confusão entre motores e caldeiras leva a que uma pergunta seja feita: quantas caldeiras e motores foram erradamente

²⁷⁶ E relatado no Archivo Rural de 1865 ,nº 8, p. 524.

²⁷⁷ BAHN, 1997, pp. 64-65

classificados nestes relatórios e registos? Ainda que sejam fontes extremamente importantes no estudo da industrialização portuguesa, serão estas assim tão fidedignas na reconstrução histórica destes espaços e equipamentos?

É ainda interessante debatermos sobre a própria fábrica ou unidade fabril comumente aceite como tendo sido mandada construir pelo Visconde da Junqueira, bem como os edifícios a si anexos. A apólice de seguro de 1869 menciona “*a casa da machina e fabrico de azeite*” pelo que automaticamente julgamos que se trata daquele edifício. Contudo, se olharmos com mais atenção as evidências apontam para uma edificação mais tardia, já durante a administração da sua filha. Ainda que sejam várias as pequenas evidências, duas destacam-se imediatamente, nomeadamente o silhar com a coroa de Conde (título que José Dias Leite Sampaio nunca possuiu) e os pilares em ferro com a marca da fundição de Fradelos que apenas começou a laborar em 1877, alguns anos depois da morte do Visconde.

Nas imagens seguintes, mostramos os diferentes coronéis, de visconde e de conde, com a fotografia da marca do silhar entre as duas.



Fig. 60 – Coroa de Visconde, silhar da Alorna e coroa de Conde

Como se pode observar, a representação genérica do lado esquerdo mostra-nos um coronel de visconde. A da direita, um coronel de conde. É fácil perceber a diferença. Esta comparação permite-nos atribuir a colocação deste silhar marcado (representado ao centro), já em período posterior a 1874 inclusive, que é o ano da criação do título de conde da Junqueira a José da Paz de Castro Seabra, por estar casado com D^a Emília Angélica Monteiro de Sampaio.

Também não nos é possível afirmar taxativamente que aquele edifício foi apenas construído depois de 1877, mas, a já existir, foi alvo de grandes remodelações, que acreditamos terem ocorrido por volta de 1883 quando os edifícios que o circundam foram efectivamente construídos, como comprova a data por cima de uma das portas no interior da loja. As constantes remodelações e a utilização actual do espaço como oficina de serralharia e arrecadação lançam algum ruído na compreensão deste imóvel único, testemunha da industrialização portuguesa em meio rural.

Acreditamos que a Condessa da Alorna fez grandes adaptações na quinta tendo como objectivo o aumento da sua produção. Após a remodelação do edifício e construção de novas casas, apostou no melhoramento da produção tendo posto a funcionar, em 1896 as máquinas a vapor existentes na quinta, como atestam os documentos da ex-DRELVT.

A Quinta da Alorna era, ao tempo do Visconde, uma grande unidade de produção agrícola, mais não fosse pela existência, junto ao lagar de azeite de “*seis grandes armazéns e cinco cazas*” que serviriam para armazenar grandes quantidades de vinho, cereais e azeite e cuja área total deveria rondar os 3000 m².

Curioso como, ao contrário de outras quintas nas redondezas²⁷⁸, não existem sinais de alguma vez ter havido uma chaminé na Alorna. Uma caldeira com 4 m³ de capacidade que alimenta um motor movido a vapor com 18 C/V (nominais) não precisaria de uma chaminé? Note-se que a locomóvel, vistoriada como caldeira, apresenta uma capacidade de 1,160 m³ e uma superfície de aquecimento de 8,60 m² enquanto a caldeira horizontal, de fabrico português tinha 4,160 m³ de capacidade e 22,54 m² de superfície de aquecimento. Atendendo que a caldeira fixa tem uma dimensão quatro vezes superior à móvel, a ausência daquela estrutura de exaustão nos parece estranha.

O principal objectivo de um industrial como o Visconde da Junqueira seria o lucro. Neste sentido para onde eram exportadas e vendidas as produções da Quinta da Alorna? Sabemos através de diversa documentação que o Visconde não só era um produtor, como um negociante de vinhos. Aliás, segundo a já mencionada concordata de 1858 foi devido a um negócio de vinhos falhado entre Barcelona e o Brasil que se iniciaram os problemas financeiros a que esteve sujeito até ao final da sua vida. É bem possível que o vinho da Quinta da Alorna, através dos melhoramentos introduzidos durante a sua administração, se tenha tornado um produto muito apetecível no mercado externo. O Visconde era

²⁷⁸ Exemplo: Casal Branco.

certamente um homem viajado, sempre dedicado aos negócios. Pelo menos desde 1833 que o sabemos em Londres a tratar de assuntos do interesse da Coroa. Estaria ele em Inglaterra para tratar de negócios ou para aprender os benefícios da mecanização e da industrialização? Ou ambas?

Relativamente ao azeite não existe documentação que mencione a sua venda, mas está atestada a sua grande produção. Este poderia ter tido um fim comercial, mas a partir de 1857 e depois em 1859 poderia igualmente ter sido enviado para as suas fábrica de velas e sabões em Alcântara e utilizado como matéria-prima, conhecendo-se claramente as suas propriedades como fonte de estearina e gordura. Seria assim rentável produzir óleo de purgueira na Alorna se fosse para o empregar como matéria-prima da sua fábrica de sabões a partir de 1859 para produzir sabão de alta qualidade, esse sim, vendido a preços elevados? Note-se que o edifício da fábrica de óleos só está pronto em 1861 e até lá, se não produzisse, teria de comprar os óleos para empregar na indústria dos sabões.

Atendendo a estas grandes produções associadas ainda à criação e gado e produção de cereais, possivelmente para alimentar os animais, a Quinta da Alorna era efectivamente, e ao exemplo de outras quintas nas redondezas uma grande unidade produtiva. Qual foi o impacto económico e social desta nova unidade em Almeirim?

Segundo informação pessoal do arquitecto Elias Cachado Rodrigues, autor de várias monografias sobre a localidade, existiam só na vila, “cerca de 50 destilarias nos finais do século XIX, e nas primeiras três décadas do século XX. A casta Fernão Pires, principal tipo de uva dominante nos vinhedos almeirinsenses e das fazendas a sudeste, foi a causa desta proliferação de estruturas de produção de aguardente vínica. O bagaço era vendido e transportado para a zona norte do país”, segundo o mesmo, “para empresas produtoras de vinho do Porto. Aparentemente o negócio era tão rentável que existia à época uma profissão especial que tinha como única ocupação a intermediação nas vendas do produto”. Para além de ter marcado a morfologia da vila, fica patente pelas fontes já apresentadas, que a própria paisagem rural foi afectada. De facto, desde as inovações do Visconde (e mais tarde da sua filha), e pelo seu exemplo seguido por outros latifundiários locais, a lezíria circundante tornou-se mais rica e produtiva, e consequentemente, atraente a investimentos humanos e económicos. De recordar que, segundo Guilherme Tiago do

Couto²⁷⁹, o Conde da Taipa foi também uma figura de grande importância nos mesmos moldes do Visconde, juntando-se a muitos outros. E terminando com uma frase do mesmo autor que ilustra o desenvolvimento que a localidade experimentava: *“Não me cansarei pois, em descrever a quantidade de vinhas e olivais grandes, e pequenos que tem este concelho, porque isso seria difícil, atendendo ao seu número e limitar-nos-emos em dizer que a sua quantidade é tal, que Almeirim exporta muito azeite, e centenas de pipas de vinho, e que para o futuro mais serão, porque as meteduras de bacelo continuam”*²⁸⁰.

Certamente que o desenvolvimento da produção levou à criação de mais trabalho e claramente a impactos na paisagem, com a plantação de nova vinha. Este crescimento laboral originou a construção de casas de criados, ainda que não seja possível aferir quantas pessoas poderiam viver no seu interior. Uma propriedade destas dimensões necessita de espaços funcionais para suporte às actividades rurais, como é óbvio. Mas precisa também da efectividade humana pelos mais variados motivos. Ao morarem no interior dos limites da Quinta, os trabalhadores e as suas famílias estão próximos do local de trabalho o que para a época era importante, de forma a diminuir os tempos de deslocação. É normal verificar isto em outras propriedades relativamente próximas, como por exemplo na herdade do Casal Branco, ou na Quinta de Santa Marta. Este motivo é apresentado por Marilyn Palmer e Peter Neaverson²⁸¹ para a realidade fabril de comunidades inglesas, onde os autores contrapõem a benevolência do dono do espaço fabril em fornecer habitação para os seus trabalhadores com a necessidade de força laboral contínua para ir de encontro às necessidades que a cadeia industrial requer. No entanto, no contexto que se apresenta, o dono da terra sabe também que a presença de famílias numa herdade faz com que o espaço seja entendido pelos mesmos também como seu, apelando a uma certa territorialidade ou bairrismo. Podem ter a sua horta, os seus animais domésticos, em suma, o seu espaço dentro de um espaço maior. Sentindo-se responsáveis, os inquilinos/trabalhadores são um efectivo que auxilia em caso de catástrofes naturais, trabalhos com o gado, outros trabalhos indiferenciados e até na defesa da propriedade contra roubos e vandalismo de um modo geral. Conforme menciona Maria Filomena Mónica, “uma fábrica [como tudo indica que é o edifício maior da Quinta já

²⁷⁹ Op. Cit., 1859, p.33

²⁸⁰ Ibidem

²⁸¹ PALMER e NEAVERSON, 1998, p.7

referido] não é apenas uma grande unidade de produção, pelo que o número de operários nunca é suficiente para delimitar o universo fabril²⁸², constituído por todos aqueles que orbitam em torno do edifício.

O operariado da Quinta da Alorna, considerando que estamos perante uma unidade fabril, ia muito para além dos trabalhadores que faziam funcionar o lagar de azeite, tendo de ser contabilizados todos aqueles que trabalhavam nas propriedades rurais onde crescia a uva e azeitona, a matéria-prima fundamental desta fábrica. É bem provável que nenhum desses indivíduos tenha entrado nas contas da Estatística Industrial de 31 de Dezembro de 1852, pelo que a Quinta da Alorna, a par de outras quintas produtoras de azeite ou vinho na região, não foi contabilizada como fábrica ou manufactura onde trabalhassem mais de 10 empregados, ainda que existam em 1869 dezasseis casas para criados. A pergunta impõem-se: Será que se podem considerar como operários os trabalhadores de uma propriedade rural cuja produção é já mecanizada e possui, nos seus terrenos, uma unidade fabril com um gerador de vapor?

Não nos é possível atestar quando começam os negócios do Visconde a correr mal. Sabemos que a primeira hipoteca sobre a Quinta ocorre em 1848, no entanto isso não quer dizer que estivesse em dificuldades. Poderia precisar de capital líquido para um grande investimento, tal como a aquisição de terrenos em Alcântara, onde a industrialização começava a arrancar e um potencial centro de negócios se estava a desenvolver. Neste sentido, e atendendo que entre 1843 e 1857 apenas conhecemos o Visconde a produzir na Alorna, poderão os rendimentos da quinta ter servido aos investimentos industriais do Visconde em Lisboa? Foi o investimento de Alcântara completamente despropositado e em vez de dar lucro arrastou o Visconde para a ruína? Será que a possível produção de purgueira em Almeirim e os seus custos contribuiu para esta falência? A primeira concordata de credores que se conhece é de 1858, um ano após a abertura da fábrica de velas. A partir de então, aqueles documentos sucedem-se até ao final da sua vida e mesmo depois do seu falecimento, através da sua filha.

As fábricas de Alcântara não foram construídas simultaneamente. O Visconde começou a produzir velas em 1857, sabões em 1859 e óleos em 1861. É um espaço industrial em crescimento durante estes quatro anos. As construções sólidas deste complexo industrial levam-nos a crer que a planta que apresentamos, feita com base na

²⁸² MÓNICA, 1987, p. 821

planta de 1906, mostram a manutenção do espaço industrial durante décadas. Até que ponto seria viável mudar as disposições das caldeiras/motores dentro de uma unidade fabril? As infraestruturas auxiliares nomeadamente, tubagens, exaustão, transmissões, etc., não mudariam com facilidade. Substitui-se a caldeira quando incapaz de laborar, mas mantêm-se estas estruturas. Apenas alterações fundamentais na *chaine operatoire* motivam estas alterações o que não aconteceu entre 1865 e 1906 para quaisquer das produções em apreço. Note-se que a possível utilização do espaço para produção de velas pela produção de adubos não provocou alterações nos espaços e apenas nos equipamentos necessários.

Os alvarás régios para a produção de sabão e óleos que tinham sido dados ao Visconde, são ratificados nos mesmos moldes para averbamento documental em 1912, já com a administração de Alfredo da Silva na CUF, suportando a ideia que os métodos produtivos eram tão semelhantes, que não sentia necessidade de alterações de maior monta. Nesta data já não se encontra qualquer referência a velas.

As queixas relativamente aos custos da importação de estearina são feitas pelo Visconde em 1864 perante o Conselho Geral das Alfândegas, onde menciona mesmo a intenção de encerrar a sua fábrica de velas, justificando o fecho com a concorrência dos produtos holandeses e belgas, os direitos alfandegários, os preços até do papel de embrulho ou dos pavios em comparação com o exterior. Não se sabe bem quando encerrou a fábrica de velas da Companhia da União Fabril, mas no Inquérito Industrial de 1881 ainda se ouvem queixas por parte dos administradores, relativamente aos custos de produção.

A transformação do espaço das velas em fábrica de adubos parece ter sido uma solução lógica. Até porque o excedente da produção dos óleos assim o obrigou. O escoamento para os bagaços das prensagens, dos *tortaux* da purgueira, acumulavam-se e começaram gradualmente a ser encarados como uma fonte de rendimento muito melhor do que as velas. Como menciona João Inácio Ferreira da Lapa, em 1878: *“Gasta-se o sabão, procuram-se as vellas — saem facilmente os oleos. Mas os bagaços, os promettedores bagaços, que deviam sair da fabrica aos milhares de barricas por mez, esses estacionam, porque poucos sabem que esta ali sob aquella fórma vil, uma cousa superior ao ouro, o pão*

*e a carne para o pobre o para o rico.*²⁸³”. Estava ali mesmo, uma aposta forte num futuro mercado que encontraria a sua expansão mais tarde na margem sul da grande Lisboa.

A criação da Companhia da União Fabril foi a última cartada do Visconde. Nas Requerimento ao Conselho geral das Alfândegas de Dezembro de 1864, nota-se com os seus empreendimentos estão arruinados e irá mesmo encerrar a fábrica das velas. As dívidas amontoam-se e a produção de vinhos na Alorna já não consegue suportar todas as despesas. Neste sentido, une-se a dois outros industriais seus amigos, funda a CUF e vende à Companhia os seus terrenos e edifícios, ficando seu accionista até à morte, cinco anos depois. É legítimo então dizer-se que a CUF nasce num espaço já totalmente estabelecido com edifícios, equipamentos e meios de exportação dos produtos. É legítimo também acreditarmos que Anselmo Pinto Basto e William Gruis quereriam ser ressarcidos das quantias que emprestaram ao Visconde.

Apesar do elevado valor da venda, não foi o suficiente porém para pagar a todos os seus credores.

Tentámos debater qual a importância da Quinta da Alorna para o desenvolvimento económico e consequentemente social da zona de Almeirim durante a segunda metade do século XIX. E qual o impacto da fábrica do Visconde, mais tarde Companhia da União Fabril, em Alcântara e em Lisboa? Aquela área da cidade assumiu-se como um polo de produção desde os inícios da industrialização na capital portuguesa atraindo fábricas como a Fábrica de Lanifícios de Daupias (1839) ou a Companhia de Fiação de Tecidos Lisbonenses (1846) e a partir de então uma enorme explosão de grandes e pequenas indústrias tais como a Companhia da União Fabril, a Companhia Aliança Fabril, a Fábrica de Louça de Alcântara, Companhia Industrial de Portugal e Colónias, entre outras. O papel das fábricas do Visconde e mais tarde da CUF parece ter sido o de tantas outras empresas que ali se estabeleceram. Este novo polo industrial tem a localização geográfica perfeita para a aquisição de matérias-primas e o escoamento dos produtos acabados. Estas empresas, no conjunto, contribuíram para a industrialização lisboeta, momento em que conforme Marilyn Palmer e Peter Neaverson “(...) o fabrico de produtos deixou de ser ao nível da produção doméstica ou artesanal e moveu-se para uma produção industrial ou capitalista”

²⁸⁴.

²⁸³ LAPA, 1878, p. 37

²⁸⁴ PALMER e NEAVERSON, 1998, p.15

Os destinatários dos bens produzidos nos empreendimentos do Visconde não são fáceis de atestar. O azeite poderia ser vendido ou enviado para Lisboa para ser usado nas fábricas de velas e sabões. Os vinhos eram certamente comercializados, mas desconhecemos que tipo de vinhos estaria o Visconde a fazer e para onde os exportaria, ainda que saibamos dos seus negócios com o estrangeiro. Relativamente às velas só nos podemos socorrer de documentação iconográfica para atestar quem eram os grandes consumidores destes bens. Em todas as imagens que encontrámos de edifícios públicos ou locais públicos, tais como tabernas, a iluminação ainda é feita por lamparinas, desconhecendo-se se estariam a queimar óleo ou azeite. A representação de velas ocorre sobretudo no interior das igrejas e casas nobres, pelo que acreditamos serem estes os grandes consumidores de velas de estearina. Os mais pobres, a usarem velas, utilizariam as de sebo, ainda produzidas, de menor custo e cheiro mais intenso. Relativamente aos sabões, é efectivamente uma produção em franco crescimento em finais do século XIX e inícios do século XX com diversas fábricas a abrirem no país. Os novos ideais de limpeza e higiene do século XX motivaram o desenvolvimento deste produto. Quanto aos óleos, eram fundamentais para o fabrico de sabão podendo, no entanto, ser vendidos como lubrificantes para a indústria.

Neste sentido o Visconde da Junqueira é responsável ao longo da sua vida por importantes produções no panorama económico português. O vinho é por excelência o produto mais exportado e que mais riqueza gerou no nosso país desde os finais da Idade Média quando começa a ser exportado em grandes quantidades para o Norte da Europa²⁸⁵. O azeite era igualmente exportado em grandes quantidades ainda que acreditemos que neste caso foi sobretudo utilizado como matéria-prima para a produção de velas e sabões, o mesmo tendo acontecido com os óleos industriais produzidos em Alcântara. Relativamente às velas e sabões, estes eram efectivamente produtos que Lisboa e as colónias desejavam em grande quantidade, tal como é atestado no Inquérito Industrial de 1865.

Para terminar este capítulo, e olhando para toda a “discussão” a que este se propôs, será legítimo questionarmo-nos também se os empreendimentos do Visconde contrariaram um modelo de agricultura capitalista. Ou seja, ao invés dos recorrentes investimentos de capitais oriundos da indústria na produção agrícola, neste caso parece-

²⁸⁵ Veja-se sobre este assunto MARQUES, 1993.

nos que ocorreu o inverso: foram os dinheiros gerados na Quinta, investidos no desenvolvimento de uma unidade industrial...

8 - Conclusão

Este estudo acerca dos empreendimentos rurais/fabris/industriais de José Dias Leite Sampaio tentou lançar alguma luz sobre um tema que aparentava estar votado a um esquecimento progressivo. É curioso como a Companhia da União Fabril se tornou uma das grandes companhias industriais ao longo do século XX em Portugal e já poucos se lembram o que esteve na sua génese.

A crescente expansão das localidades, ou a sua estagnação, mostram-se cruéis para com a memória industrial. As alterações urbanas de acordo com as necessidades organizacionais do próprio crescimento da cidade, nem sempre contemplam de forma racional o aproveitamento do património remanescente. Muitas das vezes esse aspecto poderá estar relacionado com a falta de conhecimento e estudos que demonstrem a importância da memória patrimonial.

Dir-se-á que todas as coisas têm um ciclo. Concordamos. Mas há que preservar as memórias desses ciclos. É esta a ideia primordial da elaboração deste trabalho. A recuperação da memória. Neste caso, da memória de uma industrialização cheia de reticências em contexto rural e de uma memória industrial plena, em contexto urbano, ligadas pelo denominador comum da figura do Visconde da Junqueira. Desta ideia é que nasceu a pergunta que iniciou esta tese: onde e como nasceu a Companhia União Fabril?

Tentou-se, com esta tese, identificar o legado do Visconde da Junqueira e não restam dúvidas que quanto mais se compreender e estudar estas personalidades da industrialização portuguesa, melhor se compreendem as suas acções e as consequências daquelas, contemporâneas ou próximas dos mesmos.

Foram expostos dados sobre os empreendimentos da Quinta de Alorna e da fábrica de Alcântara, na sua vertente física (edifícios, máquinas, documentação) e teórica (interpretação do volume de dados, cruzados com as evidências materiais).

Recordemos agora o início desta dissertação quando diversos objectivos foram elencados. Cremos ter encontrado, debatido ou concluído sobre alguns deles... e levantado ainda mais questões sobre outros.

O primeiro objectivo passava pelo reconhecimento do legado de José Dias Leite Sampaio e a sua importância para o estudo e conhecimento da industrialização em Portugal. Sem dúvida que o legado do Visconde da Junqueira nos dá importantes

informações sobre a industrialização portuguesa, sobretudo através da utilização de capitais obtidos a partir de produções agrícolas para a industrialização em meio urbano. Por outro lado, o visconde apostou em produtos que se encontravam em franco crescimento e consumo na segunda metade do século XIX, tais como as velas de estearina, o sabão e os óleos.

Creemos que com esta dissertação pelo menos fizemos justiça ao Visconde, dando-lhe o seu devido lugar na história da industrialização portuguesa, com o conhecimento e aquisição de equipamentos e construção de edifícios que ainda hoje podem ser observados e que deviam estar sempre associados à sua memória. Ainda que a sua vida tenha, certamente, sido atribulada a partir de certo momento, foi efectivamente um homem que nunca baixou os braços. Vemo-lo a queixar-se ao Conselho Geral das Alfândegas e às Comissões do Inquéritos Industriais, a fundar fábricas e a fundar Companhias tentando sempre salvar o seu património.

Relativamente ao estudo dos empreendimentos de Almeirim e de Alcântara esta dissertação apresenta o trabalho possível segundo as informações que sobreviveram e que nos foram possíveis de visualizar. Note-se que nunca nos foi permitido entrar dentro do palácio da Quinta da Alorna e todas as imagens que visualizámos do seu interior foram encontradas na internet, tiradas por visitantes ocasionais durante festas de casamentos. Sabemos que tem os tectos pintados, e as paredes forradas azulejos do século XVIII e XIX.

Através das evidências físicas nestas duas localidades e das informações documentais e iconográficas, estudámos edifícios, máquinas e métodos de fabrico. Compreendemos quais as produções do Visconde e a forma como aquelas eram efectuadas, mas estudámos sobretudo pessoas, não só nas figuras proeminentes como o Visconde e a sua filha, mas também os outros que faziam os quotidianos destas casas, através das colheitas ou do seu papel na cadeia industrial.

O Visconde era certamente um homem do seu tempo, industrial informado, indivíduo viajado, um negociante. As suas fábricas demonstram que conhecia os métodos e técnicas de fabrico mais avançados à altura e possuía os mais variados equipamentos importados de Inglaterra ou adquiridos no nosso país. As suas fábricas, pelo que conseguimos reconhecer, utilizavam os mais avançados métodos, tal como as das velas e sabões. O impacto destas inovações no panorama nacional é difícil de aferir. É possível que

fossem métodos inovadores para o Portugal de então, mas, como verificámos, o Visconde não tirou muita rentabilidade deles, entrando em falência.

O que resta do edifício da Companhia da União Fabril encontra-se preservado. É provável que tanto a fachada como a chaminé ali fiquem por mais uma centena de anos. Foram estes vestígios integrados, tanto quanto possível no desenvolvimento daquela zona, adaptando-se, mas reconhecendo e preservando o passado industrial. Quanto à Quinta da Alorna é difícil prever o que vai acontecer. O núcleo do Palácio encontra-se preservado e a sua função actual permite pensar numa futura continuidade. Quanto ao núcleo oposto, apenas o tempo o dirá. A fábrica apresenta já sinais da degradação natural imposta a um edifício sem cuidados de conservação.

Cremos ter efectuado um trabalho, que, tanto quanto possível, contribuiu para um melhor conhecimento da realidade industrial rural e urbana e de que forma aquelas duas se cruzaram, através dos métodos e técnicas da Arqueologia Industrial. Demos a conhecer os edifícios, mas sobretudo tentámos compreender as dinâmicas industriais dos mesmos e como máquinas e pessoas interagiam.

Certamente que o Visconde da Junqueira não foi o único industrial português a desenvolver ambas actividades. Portugal era, a esta época, mais rural do que urbano e grande parte da riqueza era ainda gerada nas herdades deste país, sobretudo através da exportação de vinho. Os lucros da Quinta da Alorna parecem ter sido constantes ao longo da sua vida, nunca sobre eles manifestando qualquer queixa, o mesmo já não podendo dizer das suas indústrias urbanas.

Os empreendimentos industriais de José Dias Leite Sampaio estiveram claramente na base da CUF. Neste sentido esta Companhia nasce em Lisboa em 1865, instalando-se em edifícios que tinham pertencido exclusivamente ao Visconde para a produção de velas, sabões e óleos, os mesmos produtos que continua a produzir. As razões para a sua fundação é que são bem diferentes do que aquelas que tínhamos em mente quando começámos esta dissertação. A CUF não nasce do grande sonho de um homem visionário... a CUF nasce na tentativa desesperada de salvar o seu património e não cair na desgraça.

Não gostaríamos de terminar esta dissertação sem uma palavra sobre o impacto que toda esta investigação pode ter na própria Arqueologia Industrial em Portugal. No perímetro da Arqueologia, o século XIX português ainda continua a ser um campo aberto, fértil, à espera de ser trabalhado, tanto a nível das fábricas como da cultura material e o

consumo quotidianos dos bens que estes complexos produziam. O caminho percorrido na elaboração deste trabalho, provou-nos esta afirmação sem qualquer dúvida.

Sobre o desconforto que matérias de um passado recente ainda provocam na área dos estudos superiores ou mesmo fora dos muros da academia, conta-nos Manuel Cerdà o exemplo, tão semelhante em Espanha, de como a Arqueologia Industrial ainda é vista naquele país com alguma “desconfiança”:

“Ésta no goza del favor de la comunidad académica, al menos de quienes, en teoría, deberían estar interesados en su desarrollo: historiadores (los que trabajan la época contemporánea sobre todo) y arqueólogos. Dificilmente, la renovación teórica y conceptual podrá darse sin su concurso. Es mas: dicha renovación no se producira si no va acompañada de otra mas profunda que plantee también cambios en los postulados sobre los que sustentan la historia - la historia como ciencia, evidentemente - y la arqueología. Sin una adecuada consideración académica, cualquier tipo de investigación esta abonada al fracaso, al menos hoy por hoy. Mas, por el momento, arqueólogos e historiadores ven con indiferencia, cuando no con desprecio, la disciplina²⁸⁶.”

Porque é que em Inglaterra esta área goza de um prestígio que transborda as suas próprias fronteiras? E o caso dos Estados Unidos da América, tão atentos ao seu legado histórico, patrimonial e industrial? Será porque é um país mais “novo” quando comparado com as realidades Europeias? Mas se assim é, como explicar o igual interesse e procedimento da academia inglesa e do próprio cidadão britânico? São comuns, em Inglaterra, as feiras e demonstrações de máquinas a vapor móveis restauradas, a *internet* publicita mais de 30 encontros de veículos históricos movidos a vapor, incluindo cilindros compressores, *steam-wagons*, carros a vapor e locomotoras, só em território britânico. E não contabilizando as feiras itinerantes.

Nos Estados Unidos acontecem igualmente concentrações destas máquinas em diversos estados, tais como o Minnesota, o Alabama ou o Iowa. Os visitantes podem ver de perto estes veículos, mas podem também ver outras máquinas a trabalhar: por norma surgem, em *side-events*, demonstrações com máquinas semi-fixas ou fixas, com locomóveis

²⁸⁶ CERDÀ, 2008, pp. 54-55.

ou com equipamento auxiliar, tais como ceifeiras-debulhadoras, enfardadeiras ou outros²⁸⁷.

Em Portugal, não existem estas iniciativas. Não pretendemos com isto apontar algum atraso em relação aos outros países, até porque vários motivos de ordem social, económica e cultural estabelecem naturalmente as diferenças entre as partes. Queremos antes recordar que ainda vamos bem a tempo de encarar este património como uma área de futuras apostas nos mais diversos ramos da cultura, do entretenimento ou mesmo do turismo.

Este distanciamento entre o cidadão comum português e o período da industrialização em Portugal deve-se então a quê? Não se verifica para o período medieval este alheamento, o que é curioso. A nível nacional, ocorrem todos os meses várias feiras medievais em diferentes pontos do país.

Será porque sentimos mais o peso histórico de um tempo em que Portugal tem um passado reconhecido, e que ombreia com outras nações que não passaram por esta época (caso dos próprios Estados Unidos da América, tão apaixonados pela Europa medieval, tardo-antiga e clássica...)? Será que teimamos em ignorar os vestígios da Revolução Industrial porque a mesma não ocorreu em pleno no nosso território?

Basta-nos visitar as instituições governamentais portuguesas, na intenção de consultar os arquivos que as mesmas detêm (mesmo os arquivos mortos): para os mais sensíveis, adverte-se que podem encontrar “cenas eventualmente chocantes” dado o estado de abandono de alguns deles.

No entanto, existem pessoas persistentes e resistentes que teimam em concentrar os seus esforços nesta área, mesmo quando a própria academia olha para matérias e materialidades de um passado recente, com desconfiança.

Foi graças a essas pessoas que foi possível elaborar este estudo... não foi em vão.

²⁸⁷ O acesso a esta informação está repartido por vários *sites* na *internet*. Apesar de não gozar de credibilidade científica, a informação neles contida, é um excelente ponto de partida para procurar referências para estes eventos. De uma forma geral, para a época da Revolução Industrial e para o património industrial britânico, a *internet* apresenta-se como uma fonte a considerar, com as devidas precauções.

Bibliografia

- AA.VV. (1918) – *Encyclopedia Americana*. New York: Encyclopedia Americana Corporation.
- AA.VV. (1923) – *Domande e Risposte di scienza applicata, di elettrotecnica e di meccanica industriale, invenzioni e brevetti, La Scienza Per Tutti*, Milão: Casa Editrice Sonzogno, Ano II, Nº 22.
- AA.VV. (1980) – *Enciclopédia Universal & Lello Irmão*, Porto; Livraria Lello.
- AA.VV. (1983) – *O Vinho na história portuguesa, séculos XIII-XIX: ciclo de conferências*. Porto: Academia Portuguesa da História e Fundação Engenheiro António de Almeida.
- AA.VV. (1994) – *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Actas das sessões da comissão de inquérito encarregada de estudar a exposição internacional aberta na cidade do porto em 18 de setembro de 1865 (1865)* – Lisboa: Imprensa Nacional.
- AGOSTINHO, Samuel Rodrigo Leite (2013) – *A Herança Industrial de Lisboa: o rio e os novos desafios funcionais*. Dissertação de mestrado em Arquitectura apresentada à Universidade Lusíada de Lisboa (texto policopiado).
- ALMEIDA, J. Carvalho de (1912) – *A Cultura do Azeite e o Fabrico do Azeite*. Lisboa: Livraria Ferreira.
- Almeirim: Um pouco de história (1985) – Almeirim: Câmara Municipal.
- AMARAL, Isabel Maria da Silva Pereira (1993) – *A presença da Companhia União Fabril no contexto industrial português - de 1865 a 1977*. Provas de aptidão pedagógica e científicas apresentadas à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (texto policopiado).
- ANASTÁCIO, Vanda (2009) – *A Marquesa de Alorna (1750-1839)*. Lisboa: Prefácio.
- ANDRADE, José Joaquim Lima Monteiro (2012) – *O espírito de Almeirim : um desafio*. Almeirim: Santa Casa da Misericórdia.
- ARROJA, Ana Filipa Larcher (2007) – *Universidade Lusófona – Potencial Património Arquitectónico Industrial*. Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico apresentado à Universidade de Évora (texto policopiado).
- ARRUDA, Ana Margarida (1997) – *As Cerâmicas Áticas do Castelo de Castro Marim*. Lisboa: Edições Colibri.
- Azeite de Portugal - Portuguese olive oil*. (2000) – Lisboa: ICEP.
- BAHN, Paul (1997) – *Arqueologia - Uma breve introdução*. Lisboa: Gradiva.

BANKS, Don (1996) – Introduction in *Deep Frying Chemistry, Nutrition, and Practical Applications*. Illinois: AOCS Press.

BECKMAN, John (1817) – *A History of inventions and discoveries*, vol. III. London: S. Hamilton Weybridge, Surrey.

BÖHM, Jorge (2013) – *O Grande Livro da Oliveira e do Azeite - Portugal Oleícola*. Lisboa: Dinalivro Editora.

Boletim do trabalho Industrial (1928) – nº 120. Regulamento das Caldeiras. Coimbra: Imprensa da Universidade.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima (1991) – Lisboa, bastião do proteccionismo (pautas, política e indústria nos anos 30-40 do século passado), *Análise Social*, vol. XXVI (112-113) (3.º-4.º), pp. 515-535.

BOURBON, Francisco de Paula Peixoto da Silva e (1969) – *A evolução do equipamento dos lagares de azeite*. Lisboa: Junta Nacional do Azeite.

BROWN, Jonathan, (2008) – *Steam on the Farm*. Marlborough: The Crowood Press, Ltd.

BRYAN, Cyril P. (1930) – *The Papyrus Ebers*. Letchworth, Herts: The Garden City Press LTD.

CALDAS, Eugénio de Castro (1998) – *A Agricultura na História de Portugal*. Lisboa: Empresa de Publicações Nacionais Lda.

CAPELO, Rui Grilo; MONTEIRO, Augusto José; NUNES, João Paulo Avelãs; RODRIGUES, António Simões; TORGAL, Luís Filipe; VITORINO, Francisco Manuel (1994) – *História de Portugal em Datas*. Lisboa: Círculo de Leitores.

CARMO, Bento Pereira (1843) – Apontamentos para a história das saboaria sem Portugal. *Revista Universal Lisbonense*, Tomo I, pp. 282-283.

CARREIRA, António (1981) – *Estudos de Economia Caboverdiana, Estudos de História de Portugal e dos Portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional casa da Moeda.

CARROGGIO, Isidro (1930) – *Tratado prático sobre a indústria de sabões e glicerinas*. Lisboa: Indústrias Gráficas.

CARVALHO, Maria João Lopo de (2011) – *Marquesa De Alorna: Do Cativoiro De Chelas À Corte De Viena*. Alfragide: Oficina do Livro.

Catálogo da Exposição Nacional das Indústrias Fabris realizada na Avenida Da Liberdade em 1888 (1889) – Volume 2. Lisboa: Imprensa Nacional.

Causa entre o Marquez de Fronteira, a Condessa D'Oeynhausien, o Barão e Baroneza da Junqueira (1850) – Lisboa: Typographia da Revista Universal Lisbonense.

CERDÀ, Manuel (2008) – *Arqueología industrial Teoría y práctica*. Valencia: Univesitat de Valencia.

CIDADE, Hernâni (1930) – *A Marquesa de Alorna: sua vida e obras*. Porto: Companhia Portuguesa Editora.

Conhecimentos úteis. Seda (1843-1844) – *Revista Universal Lisbonense*, Tomo III, p. 169.

CORDEIRO, Bruno Cordovil da Silva (2006) – *A iluminação pública em Lisboa e a problemática da história das técnicas*. Dissertação de mestrado apresentada à universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais (texto policopiado).

CORTESÃO, Mário (1956) – *Culturas Tropicais - Plantas Oleaginosas*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

COSTA, Joanne Régis; MORAIS, Ronaldo Ribeiro de (2013) – *Documentos 112 Carapa guianensis Aubl. (Andirobeira) em Sistemas Agroflorestais*. Manaus, AM: Embrapa Amazônia Ocidental.

COSTA, Luiz Cincinnato da (1937) – *O problema do azeite em Portugal*. Lisboa: Tipografia da Seara Nova.

COUTO, Guilherme Tiago do (1859) – *Breve Notícia de Almeirim*. Almeirim: Associação de Defesa do Património Histórico-Cultural do Concelho de Almeirim, 1991.

CRUZ, Ana (2006). *A Elite de Santarém nas Primeiras Décadas do Regime Liberal (1834-1868)*, Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (texto policopiado).

CUNHA, Rui Maneira (2006) – O Sítio e a arquitectura de uma casa Quinhentista na Ribeira de Santarém – Ensaio tipológico das casas urbanas de frente estreita, *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, nº18, pp.13-36.

CUNHA, Rui Maneira (1997) – *Elementos caracterizadores da Arquitectura Urbana - As medidas como elemento caracterizador da Arquitectura, entre os séculos XII e XVIII, com base na Vila de Monsaraz*. Dissertação de mestrado apresentada em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos apresentada à Faculdade de Arquitectura de Lisboa (texto policopiado).

CUNHA, Rui Maneira (2014) – *Arqueologia industrial: panorama da indústria moageira portuguesa no século XX – a Empresa de Moagem do Fundão, Lda*. Dissertação para a obtenção do grau de Doutor, apresentada à FCSH-UNL (Texto policopiado).

CUSTÓDIO, Jorge (1977) – *Linhas de Força da História Social de Santarém no Século XIX*. Santarém: Junta Distrital.

CUSTÓDIO, Jorge (1991) – *Notas a Breve Notícia de Almeirim por Guilherme Tiago do Couto 1859*: Almeirim: Associação de Defesa do Património Histórico-Cultural do Concelho de Almeirim.

CUSTÓDIO, Jorge (1998) – *A máquina a vapor de Soure: um património industrial da Fundação Belmiro de Azevedo*. s.l.: Fundação Belmiro de Azevedo.

CUSTÓDIO, Jorge (1998) – *O Lagar e o "Azeite Herculano"*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém.

CUSTÓDIO, Jorge (2002) – *A Real Fábrica dos Vidros de Coima [1719-1747] e o vidro em Portugal nos séculos XVII e XVIII: aspectos históricos, tecnológicos e arqueológicos*. Lisboa: IPPAR.

CUSTÓDIO, Jorge (2008) – *Almeirim – Cronologia*. Almeirim: Edições Cosmos.

CUSTÓDIO, Jorge (2015) – O Território e o Tempo da Arqueologia Industrial, intervenção e investigação, realidades de hoje, perspectivas de futuro. *Al-madan*. 19. IIª série, pp. 80-95.

CUSTÓDIO, Jorge; RIBEIRO, Isabel; SANTOS, Luísa (1981) – *Arqueologia industrial do bairro de Alcântara: estudo e materiais*. Lisboa: AAIRL /Companhia Carris de Ferro de Lisboa.

CUSTÓDIO, Jorge; SANTOS, Luísa (1990) – *A Real Fábrica de Fiação de Tomar e a 1ª geração Europeia e Americana de fábrica hidráulicas*. Coimbra: s.n.

DALLA BELLA, João António (1784) – *Memorias e observações sobre o modo de aperfeiçoar a manufactura do azeite em Portugal*. Lisboa: Officina da Academia real das Sciencias.

DALLA BELLA, João António (1818) – *A Memória Sobre A Cultura das Oliveiras em Portugal*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias.

Dicionário de Língua Portuguesa (1995) – Porto Editora, 7ª edição.

DROUX, León (1870) – *La Savonnerie*. Paris: Librairie Scientifique Industrielle e Agricole, Eugène Lacroix.

DUARTE, Amílcar (2008) – Amendoim – A «Noz Subterrânea». Cultivo em Aljezur. *Al-Rihana*, 4 pp. 23-41.

DUARTE, Cláudia (2012) – *Musealização da Levada de Tomar: subsídios para a conservação do património industrial da moagem Portuguesa*. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto Politécnico de Tomar (texto policopiado).

ESPARGOSA, Francisco Raposo de Souza d'Alte (1905) – *Lagares de azeite: breves considerações sobre parte do seu material*. Lisboa : Typographia Minerva Central.

FARIA, Miguel Figueira de (2004) – *Alfredo da Silva Biografia*. Lisboa: José Mello e Bertrand Editora.

FERRÃO, José Mendes (2005) – *A aventura das plantas e os descobrimentos portugueses*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical e Fundação Berardo: Chaves Ferreira.

FERREIRA, Carlos Henrique Gomes (1900) – *Custos de produção do azeite*. Lisboa: Bertrand.

FIGUIER, Louis (1873-1876) – *Les Merveilles De L'industrie Ou Description Des Principales Industries Modernes* (disponibilizado em <https://archive.org/details/lesmerveillesdel01figu>), consultado a 27 de Fevereiro de 2015).

FOLGADO, Deolinda (2002) – Património Industrial da Covilhã - Um caso de estudo no âmbito da salvaguarda patrimonial. *Património Estudos* Nº 3, pp. 115-123.

FOLGADO, Deolinda (2005) – *Proposta de classificação da Fábrica de lanifícios de S. Gabriel - Manteigas*. Processo nº DE-2005/U-(3) (texto policopiado).

FOLGADO, Deolinda (2012) – *A Nova Ordem Industrial e o Estado Novo (1933-1968): Da Fábrica ao Território de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte.

FOLGADO, Deolinda, (2002) – *Inventário do património industrial da Covilhã – Um caso de estudo no âmbito da salvaguarda patrimonial*, Relatório apresentado ao Instituto Português de Arqueologia (texto policopiado).

FREITAS, Augusto S. Barjona de (1906) – *A Purgueira e o seu óleo*. Lisboa: Typographia “A Editora”.

FREITAS, Augusto Santiago Barjona de (1905) – *Dois lagares de azeite: oficinas, material, technica e notas economicas*. Lisboa: Imprensa Nacional.

GACON-DUFOUR; FONTENELLE, Julia de; THILLAYE; MALEPEYRE (1851) – *Nouveau manuel théorique et pratique du savonnier ou l'art de faire toutes sortes de savons*. Paris: Librairie Encyclopedique de Roret.

GARCIA, José Penha (1938) – *O problema do azeite*. Lisboa: Direcção Geral dos Serviços Agrícolas.

GAUTHEROT, Pierre (1912) – *Fabrico do Azeite*. Lisboa: Empresa Literária Universal.

- GONÇALVES, Marta (2014) – *O palácio como matriz de inscrição na cidade*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa (texto policopiado).
- GOUVEIA, José Manuel Baptista; SALDANHA, José Luís Possolo de; MARTINS, Alva Seixas; MODESTO, Maria de Lourdes; SOBRAL, Vítor (2002) – *O azeite em Portugal*. Lisboa: Edições Inapa.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (s.d.) – Lisboa/Rio de Janeiro: Enciclopédia Lda.
- GUERRA, Manuel José Júlio (1861-64) – *Estudos Chorographicos Phisicos e Hidrographicos da Bacia do Tejo...*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- HELLER, Joachim (1996) – *Promoting Use Of Underutilized And Neglected Crops. 1. Physic nut *Jatropha Curcas* L.*, Roma, IPGRI.
- HENRIQUES, Francisco (s.d.) – *A Quinta da Alorna* (texto policopiado).
- Inquérito Industrial de 1881* (1881) – Lisboa: Imprensa Nacional.
- Inquérito Industrial de 1890* (1890) – Lisboa: Imprensa Nacional.
- JANEIRO, António Rio de (1960) – *Indústria de Sabões e Sabonetes*. Lisboa: Bertrand.
- JANICK, Jules (2008) – *The Encyclopedia of Fruit & Nuts*. [S.l.]: CABI.
- KRAMER, Samuel Noah (1971) – *A História começa na Suméria*. Lisboa: Circulo de Leitores.
- LAINS, Pedro (2008) – *A Economia Portuguesa no Século XIX*. Lisboa: INCM.
- LANGHANS, F. P. de Almeida (1949) – *Apontamentos para a história do azeite em Portugal*. Lisboa: Junta Nacional do Azeite.
- LAPA, João Inácio Ferreira (1878) – *Os bagaços de purgueira e mendobim para adubo das terras e engorda dos gados*. Lisboa: Companhia União Fabril.
- LIMA, Silvestre Bernardo (1865) – *Chronica agricola, O Archivo Rural*, nº VII, p. 167.
- LOUREIRO, José Pinto (1956) – *O Monopólio do sabão e as saboarias de Coimbra*. Coimbra: Biblioteca Municipal.
- AMOURETI, Marie-Claire, COMET, Georges; NEY, Claude; PAILLET, Jean (1984) – À propos du pressoir à huile: de l'archéologie industrielle à l'histoire, *Mélanges de l'Ecole française de Rome*, 96, nº1, pp. 379-421.
- MARQUES, A.H. de Oliveira (1993) – *Hansa e Portugal na Idade Média*. Lisboa: Editorial Presença.

MARQUES, A.H. de Oliveira (1987) – *Nova História de Portugal*, Vol. IV, *Portugal na crise dos séculos XVI e XV*. Lisboa: Editorial Presença.

MARQUES, A.H. de Oliveira (2002) – *Nova História de Portugal*, Vol IX, *Portugal e a instauração do Liberalismo*. Lisboa: Editorial Presença.

MARQUES, Salvador (1904) – A Condessa da Junqueira. *Comércio e Indústria*, XI Anno, nº 168.

MATTA, José Nunes da (1862) – Varejo da Azeitona, *Arquivo Rural*, Vol. V, pp. 156-157.

MATOS, Ana Maria Cardoso (1997) – O Património Industrial da Zona Ribeirinha – o caso de Alcântara in *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa do II Colóquio Temático: Lisboa Ribeirinha*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

MENDES, Amado (1992) – O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos, *Análise Social*, vol.XXVII (116-117), pp. 357-365.

MENEZES, António Cardoso de (1897) – *Noções De Oleicultura Prática Azeite - Seu Fabrico, Depuração, Conservação E Análise*. Coimbra: França Amado.

MESCHER, Virginia (2008) – Dispelling the darkness: Types of Candles and the appropriateness of each for the mid-19th century. (http://raggedsoldier.com/candle_article.pdf) consultado a 10-07-2015).

MÓNICA, Maria Filomena (1982) – Indústria e democracia: os operários metalúrgicos de Lisboa (1880-1934), *Análise Social*, vol. XVIII, pp. 1231-1277.

MÓNICA, Maria Filomena (1987) – Capitalistas e industriais (1870-1914) in *Análise Social*, Vol. XXIII, pp. 819-863.

MÓNICA, Maria Filomena (1992) – Negócios e política: os tabacos (1800-1890). *Análise Social*, Vol. XXVII, (116-117), pp. 461-479.

NATIVIDADE, J. Vieira (1939) – *O azeite em Portugal*. Porto: Grémio dos Exportadores de Azeite do Porto.

NEVES, Ana Alexandra dos Santos (2008) – *Avaliação do Aproveitamento de Óleos Alimentares Usados Para a Produção de Biodiesel na Área Metropolitana do Porto*. Dissertação de Mestrado em Energias Renováveis apresentada à Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (texto policopiado).

NEVES, José Acúrcio (1827) – *Noções históricas, económicas e administrativas sobre a produção, e manufactura das sedas em Portugal e particularmente sobre a Real Fábrica do subúrbio do Rato, e asua anexas*. Lisboa, Impressão Régia.

O Snr. J. F. J. Bicker e o infame vil procedimentos da Condessa da Junqueira Emília Angélica Monteiro Sampaio Proprietária da Quinta da Alorna em Almeirim, que está hypothecada ao Banco de Portugal que quantida de cem contos de réis (189-) – s.l., s.n.

OLIVEIRA, V. Dias de (2010) – *Variabilidade genética do pinhão-manso cultivado em dois agrossistemas de Sergipe*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal de Sergipe (texto policopiado).

O Azeite: como se fabrica e como se conserva. (1912) – Porto: Oficina do Commercio do Porto.

Organização do Banco de Portugal (1847) – Relação Geral dos Accionistas. Lisboa Imprensa Nacional.

ORTIGÃO, Ramalho (1993) – *As Farpas*. Lisboa: Clássica.

PALMER, Marilyn; NEAVERSON, Peter (1998) – *Industrial Archaeology Principles and Practice*. London: Routledge.

PEREIRA, Alvares (1862) – Cultura da oliveira, *Archivo Rural*, vol. VII, p. 546.

PEREIRA, Benjamim (1997) – *Tecnologia Tradicional do Azeite em Portugal*. Idanha-a-Nova: Centro Cultural Raiano.

PINTO, Albano da Silveira (1890) – *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*. Lisboa: Empreza Editora de Francisco Arthur da Silva.

PREGO, João da Motta (1903) – *Fabricação do Azeite - Conferencia realizada em Portalegre no dia 31 de março de 1903 a convite da Comissão executiva do conselho districtal de agricultura*. Portalegre: Typographia Fragoso & Leonardo.

Produção do azeite em 1915: existências e disponibilidades para o consumo, do mesmo produto (1916) – Lisboa: Direcção geral de Estatística.

RAYNAUD, V. (1870) – Sobre a cultura da oliveira, *O Archivo Rural*. Volume XIII, pp. 158-161.

REIS, Jaime (1996) – *O Banco de Portugal das Origens a 1914*, 1º volume. Lisboa: Banco de Portugal.

Relação e Índice Alfabético dos Estudantes matriculados na Universidade de Coimbra e no Lyceu no Anno Lectivo de 1855 para 1856 com as suas filiações, naturalidades e moradas e com a

designação das diversas cadeiras e disciplinas, e dos lentes e professores respectivos (1856).
Coimbra: Imprensa da Universidade.

Relatório da Repartição das Manufacturas do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Apresentação à Câmara dos Deputados pelo Ministro e Secretário de Estado Respectivo, (1857) – Lisboa.

Resoluções do conselho geral das alfândegas: edição oficial (1885) – Lisboa: Imprensa Nacional.

RIBEIRO, Isabel; CUSTÓDIO, Jorge; SANTOS, Luísa (1981) – *Arqueologia Industrial do Bairro de Alcântara, Estudo e Materiais - Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa*. Lisboa: Companhia Carris de Ferro de Lisboa.

RIBEIRO, Raquel Sofia Santos (2006) – *Museologia e expografia: proposta expositiva para o lagar de azeite em Tinalhas*. Tese mestrado de Museologia, Departamento de Arquitectura, Urbanismo e Geografia apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (texto policopiado).

RODRIGUES, Maria João Madeira (2002) – *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*. Coimbra: Quimera.

RUCK, Charles (1927) – *Sabões e Sabonetes*. Lisboa: Imprensa Literária Universal.

SANTOS, António Maria dos (1996) – *Para o Estudo da Arquitectura Industrial na Região de Lisboa (1848-1918)*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (texto policopiado).

SANTOS, Maciel Morais (2000) – *Os Capitais Metalomecânicos em Portugal 1840-1920*. Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (texto policopiado).

SARAIVA, Dyonisio António (1865) – Relatório nosológico do gado no districto de Santarém, concernente ao anno de 1864 a 1865, *Archivo Rural*, nº 8, p. 524.

SARDÀ SEUMA, Samuel (2013) – Arqueologia, viticultura i consum de begudes alcohòliques: els primers vins de Catalunya (segles VII-VI aC) *Estudis d'Història Agrària*. 25, pp. 85-114.

SERRA, Manuel Coelho Pereira (1950) – Urge desenvolver em Cabo Verde a cultura da purgueira como uma das melhores fontes de receita do Arquipélago, *Revista do Ultramar*, ano 3º, nº 19 pp. 19-20.

SERRÃO, Joel (2002) – *Dicionário da História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas.

- SERRÃO, Luís (1998) – *Enciclopédia Mundial da Oliveira*. Madrid: Concelho Oleícola Internacional.
- SEQUEIRA, João Luís (2015) – A Fábrica de Azeite de Purgueira da Quinta da Alorna, em Almeirim, *Al-madan*. 19. IIª série, pp. 112-123.
- SHANLEY, Patrícia (2005) – *Frutíferas e plantas úteis na vida amazônica Andiroba (Carapa guianensis Aublet. Cordeiro)*. Belém: CIFOR: Embrapa Amazônia Oriental: IMAZON.
- SILVA, Henrique Dias da (2012) – Reformas Administrativas em Portugal desde o Século XIX, *Jurismat: Revista Jurídica*. N.º 1, pp. 65-97.
- SILVA, Augusto Vieira da (1942) – A Ponte de Alcântara e suas circunvizinhanças: nota histórica, separata da Revista *Olisipo*, nº 18, pp. 53-75.
- SILVA, Pedro Nunes da (2001) – Contributos para a preservação de um lagar em Veiros – Estremoz. Estremoz: Câmara Municipal.
- SILVEIRA, J. H. F. (1869) – *A Sericicultura em Portugal*. Lisboa: Typographia Franco-Portuguesa.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (2005) – *D. Afonso IV*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- SOUSA, Fernando (2004) – *História das Indústrias das Sedas em Trás-os-Montes*. Bragança: Edições Afrontamento.
- SOUSA, Fernando de; MARQUES, A.H. de Oliveira (2004) – *Nova História de Portugal – Portugal e a Regeneração*, vol. X. Lisboa: Editorial Presença.
- SOUSA, Silvino de; SILVA, Pio de Passos e (1907) – *Tratado de sabões*. Porto: Livraria Chardron.
- TAVARES, José de Sousa (1901) – *O Azeite*. Lisboa: Typographia J. da Costa Braga.
- TORMENTA, Filipe Gonçalves (1908) – *Fabrico do Azeite*. Lisboa: Typographia Castro Irmão.
- VAZ, António Luís (1974) – *A Marquesa de Alorna*. Braga: Presença e Diálogo.
- VIANA, Mário (1999) – Algumas medidas lineares medievais portuguesas: o astil e as varas, *Arquipélago. História*. Universidade dos Açores, 2ª série, vol. 3, pp. 487-493.
- VIDAL, V. A. Canhoto; FERRÃO, J. E. Mendes; XABREGAS, J. J. Lopes; COUTINHO, L. Pereira (1962) – *Oleaginosas do Ultramar Português*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

Webgrafia:

<http://alorna.pt/quem-somos> - consultado a 10-05-2015

http://apps.kew.org/wcsp/namedetail.do?name_id=138049.

<http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p34.html> - consultado a 02-09-2015

<http://desafiodealmeirim.blogspot.pt/> consultado a 05-07-2015.

<http://desafiodealmeirim.blogspot.pt/> consultado a 27 – 01 -2015

<http://dgterritorio.pt/> - consultado a 20-3-2015

<http://geneall.net/pt/nome/Emília Angélica Monteiro de Sampaio> - consultado a 25-04-2015.

<http://geneall.net/pt/nome/21695/jose-dias-leite-sampaio-1-visconde-da-junqueira/> - consultado a 27 – 01 - 2015

<http://giancarlogallo.altervista.org/category/frantoio/> - consultado a 20-08-2015.

<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/index.htm> - consulta efectuada em Novembro e em Dezembro de 2014.

<http://hotelrestaurantemolidecalsec.blogspot.pt> - consultado a 20-08- 2015.

<http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2012/06/cuf-companhia-uniao-fabril.html> - consultado a 26-08-2015.

<http://www.adegadovinho.com.br/artigo.php?recordID=11&artigo=Principais%20Tipos%20de%20Vinhos> consultado a 21-08-2015

<http://www.brasiliana.com.br/obras/ensaio-sobre-as-construcoes-navais-indigenas-do-brasil/pagina/252/> - consultado a 27-07-2015

http://www.britishmuseum.org/explore/highlights/highlight_objects/gr/t/three_bronze_strigils_with_sce.aspx consultado a 21-06-2015

http://www.cifor.org/publications/pdf_files/Books/BShanley1001/203_208.pdf consultado a 05-07-2015

<http://www.expressivecandles.com/history.php> - consultado a 14-07-2015

<http://www.fundacaobelmirodeazevedo.pt/biografia.html> - consultado a 10/01/2015

http://www.gracesguide.co.uk/Ransomes,_Sims_and_Head consultado a 12-08-2015

<http://www.gutenberg.org/>

<http://www.huilerie-sainte-anne-boutique.com/> - consultado a 20-08- 2015

<http://www.lifeinitaly.com/wines/history.asp> - consultado em 11-07-2015.

<http://www.luis-simoes.pt/page/historia> - consultada a 10/01/2015

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=27265 consultado a 10-08-2015

<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.02.0137%3Abook%3D28%3Achapter%3D51> consultado a 27-07-2015

http://www.pg.com/en_US/company/heritage.shtml - consultado a 14-07-2015

<http://www.proap.pt/pt-pt/projecto/alcantara-rio-quarter-2/>

http://www.savon-de-marseille.ca/histoire1.html#VZgIF_IVhBc consultado a 04-07-2015.

<http://www.soaphistory.net/soap-history/history-of-soap/> consultado a 21-06-2015

http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas07-08/08_MHRP.pdf -
consultado a 11-07-2015

<http://www.worldagroforestry.org/af/treedb/> - consultado em 25-05-2015

<https://archive.org/index.php>

<https://books.google.com/>

<https://toponimialisboa.wordpress.com/2014/03/> consultado a 20-08-2015

<https://www.google.com/patents/US271192> - consultada a 12-07-2015.

se <http://www.vinho.org/tudo-sobre-vinho/processo-de-producao-e-fermentacao/> consultado a
21-08-2015

Lista de imagens

- Fig. 1 - Fotografia da Condessa da Junqueira
- Fig. 2 – Equipamento para produção de velas de estearina
- Fig. 3 – Fabrico de sabões
- Fig. 4 – Planta da purgueira – Cabo Verde
- Fig. 5 – Data de 1883 sobre porta na loja da Quinta da Alorna
- Fig. 6 – Fachada principal da Quinta da Alorna
- Fig. 7 – Fachada principal da Quinta da Alorna
- Fig. 8 – Brasão da família Almeida
- Fig. 9 – Fachada lateral da Quinta da Alorna
- Fig. 10 – Porta da fachada lateral
- Fig. 11 – Fachada das traseiras da Quinta da Alorna
- Fig. 12 – Fachada das Traseiras da Quinta da Alorna
- Fig. 13 – Representação das estações do ano
- Fig. 14 – Brasão do Barão da Junqueira no centro do frontão
- Fig. 15 – Estátua de Flora
- Fig. 16 – Fachada do edifício mais a norte [2a]
- Fig. 17 – Edifício (a nascente) cuja fachada se orienta para o pátio central
- Fig. 18 – Torre de Pombal
- Fig. 19 – Edifício (a poente) cuja fachada se orienta para o pátio central
- Fig. 20 – Pátio central
- Fig. 21 – Casa do gado
- Fig. 22 – Edifício com dois andares
- Fig. 23 – Casa do poço
- Fig. 24 – Edifício onde se localizaria a possível destilaria
- Fig. 25 – Edifício sul do grupo poente
- Fig. 26 – Locomóvel da Quinta da Alorna
- Fig. 27 – Locomóvel da Quinta da Alorna
- Fig. 28 – Maquinaria auxiliar francesa
- Fig. 29 – Prensa para uva da marca E. Mabilhe Frères
- Fig. 30 – Fachada Norte
- Fig. 31 – Fachada Sul
- Fig. 32 – Fachada Este
- Fig. 33 – Fachada Oeste
- Fig. 34 – Silhar da Porta com um J e coroa de Conde.
- Fig. 35 – Porta larga do edifício.
- Fig. 36 – Arrecadação interior, lado norte, na fábrica
- Fig. 37 – Lagar de azeite da Alorna em 1904
- Fig. 38 – Esgoto para escoamento das águas.
- Fig. 39 – Furações para suporte de acessórios nos pilares de ferro
- Fig. 40 – Marcas de suportes no travejamento do tecto
- Fig. 41 – Pilar em ferro
- Fig. 42 – Marca da Fundação de Fradellos num dos pilares
- Fig. 43 – Convergência entre pilar de ferro e travejamento em madeira.
- Fig. 44 – Escada de acesso ao piso superior
- Fig. 45 – Aspecto geral do piso superior
- Fig. 46 – Talhas para guardar azeite localizadas no piso superior
- Fig. 47 – Parede de um dos armazéns
- Fig. 48 – Fachada dos actuais armazéns
- Fig. 49 – Moagem guardada num dos actuais armazéns
- Fig. 50 – Imagem de locomóvel e moagem da Ransomes (1869)

- Fig. 51 – Fachada Noroeste das casas dos criados
- Fig. 52 – Fachada dos edifícios onde se encontra a loja da Quinta
- Fig. 53 – Fachada dos edifícios onde se localizam os escritórios da Sociedade da Quinta da Alorna
- Fig. 54 – Ombu da Quinta da Alorna
- Fig. 55 – Máquina de alisar estradas (cilindro) da marca Western Cº de Aurora
- Fig. 56 – Fachada da Rua Fradesso da Silveira
- Fig. 57 – Fachada do Largo das Fontainhas
- Fig. 58 – Fachada da Rua das Fontainhas
- Fig. 59 – Chaminé
- Fig. 60 – Coroa de Visconde, silhar da Alorna e coroa de Conde